

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEDU

LAURENCE WÜRDIG GONÇALVES

POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA BOLÍVIA NO CONTEXTO DA ALBA (2006-2009)

PORTO ALEGRE – 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEDU

LAURENCE WÜRDIG GONÇALVES

POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA BOLÍVIA NO CONTEXTO DA ALBA (2006-2009)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

ORIENTADORA: VERA MARIA VIDAL PERONI

PORTO ALEGRE – 2011

LAURENCE WÜRDIG GONÇALVES

POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA BOLÍVIA NO CONTEXTO DA ALBA (2006-2009)

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Vera Maria Vidal Peroni (Orientadora):_____

Dra. Marlene Ribeiro (PPGEDU/UFRGS):_____

Dr. I-Juca Pirama Camargo Gil (UFRGS):_____

Dr. André Reis da Silva Luiz (UFRGS):_____

Dra. Lucia Camini (UNB):_____

Dedico nossos estudos à luta
dos povos latino-americanos
por um mundo mais justo,
por um mundo mais digno,
por um mundo mais livre.

Agradeço a todos e todas
que me acompanharam
e que me acompanharão nesta vida.
Por seus sentimentos, por nossa vitalidade.
Um agradecimento especial para *Pachamama*.
Hallalla Bolivia

*“Nosso mundo físico e social
pode ser e tem de ser feito, feito, e,
se der errado, feito de novo.”*
David Harvey

Resumo

Esta pesquisa analisa as políticas educacionais da Bolívia no contexto da Alternativa Bolivariana para as Américas, entre o período de 2006 a 2009. As relações destas políticas com a atual conjuntura mundial e da América Latina possuem características singulares em suas proposições políticas e práticas a partir do Estado boliviano. O processo social e político boliviano levou à eleição do Movimento ao Socialismo – Instrumento Político de Soberania dos Povos no ano de 2005 através do líder indígena Evo Morales Ayma. Determinadas políticas educacionais que se diferenciam de governos anteriores da Bolívia, no sentido da ampliação do direito à educação, acontecem ao mesmo tempo em que o indigenismo é priorizado em relação à superação das contradições sociais constituintes do processo de desenvolvimento desigual do capitalismo boliviano.

Palavras-chave: Bolívia; ALBA; Políticas Educacionais.

Resumen

Esta investigación examina las políticas educacionales de Bolivia en el contexto de la Alternativa Bolivariana para las Américas, entre el período de 2006 y 2009. La relación de estas políticas con la actual situación mundial y de la América Latina tienen características singulares con las propuestas, políticas y prácticas del Estado boliviano. El proceso social y político boliviano llevó a la elección del Movimiento al Socialismo de Bolivia – Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos en 2005 por el líder indígena Evo Morales Ayma. Determinadas políticas educacionales que se diferencian de los gobiernos anteriores de Bolivia, en términos de aumentar el acceso a la educación, suceden al mismo tiempo que el contenido autóctono se prioriza en relación con la superación de las contradicciones sociales que constituyen el proceso de desarrollo desigual del capitalismo en Bolivia.

Palabras-clave: Bolivia; ALBA; Políticas Educacionales.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBA – Alternativa Bolivariana para as Américas

ALBA-TCP – Alternativa Bolivariana de los Pueblos de América – Tratado de Comercio de los Pueblos

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

BM – Banco Mundial

CAN – Comunidade Andina

CEI – Comunidade dos Estados Independentes

COB – Central Obreira Boliviana

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão

MAS-IPSP – Movimiento al Socialismo – Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos

MEC – Ministerio de Educación y Culturas

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MIR – Movimento de Esquerda Revolucionário

MNR – Movimento Nacional Revolucionário

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PDVSA – Petróleos de Venezuela, S.A.

PIR – Partido da Esquerda Revolucionária

PROMECA – Proyecto de Mejoramiento de la Calidad de la Enseñanza Escola

PURS – Partido da União da república Socialista

TELESUR – Televisión Del Sur

TLC – Tratado de Livre Comércio

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – Agência de Desenvolvimento Interamericano dos Estados Unidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 O CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO: AS REDEFINIÇÕES DO PAPEL DO ESTADO NOS BLOCOS DE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E A ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA AS AMÉRICAS	18
1.1 O CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO	18
1.2 AS REDEFINIÇÕES DO PAPEL DO ESTADO	27
1.2.1 A América Latina e as Redefinições do Papel do Estado	32
1.2.2 Formação dos Blocos Econômicos da América	35
1.3 A ALBA	37
1.3.1 Educação na ALBA	46
2 BOLÍVIA: DO NEOLIBERALISMO ÀS ATUAIS LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS.....	49
2.1 DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL BOLIVIANO ÀS POLÍTICAS NEOLIBERAIS	56
2.2 LUTAS SOCIOPOLÍTICAS E O GOVERNO EVO MORALES	60
3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA BOLÍVIA	68
3.1 A EDUCAÇÃO NO GOVERNO EVO MORALES E A ALBA	68
3.2 ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E A NOVA CONSTITUIÇÃO DE ESTADO	71
3.3 PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	79
3.4 CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO	84
3.5 LEI AVELINO SIÑANEZ E EDUARDO PEREZ	87
3.6 O NUEVO CURRÍCULO	90
3.7 UNIVERSIDADES INDÍGENAS BOLIVIANAS – UNIBOL	92
3.8 CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO E POLÍTICA DE PÓS-ALFABETIZAÇÃO	96
3.9 BONO JUANCITO PINTO	105
3.10 A AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL – JICA	114
CONCLUSÃO	119
REFERÊNCIAS.....	127
ANEXOS.....	131

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa as políticas educacionais da Bolívia no contexto da Alternativa Bolivariana para as Américas – a ALBA – no período de 2006 a 2009. Este período é referente aos quatro primeiros anos de políticas educacionais do governo Evo Morales, sendo eles também os anos iniciais da participação da Bolívia no bloco internacional da ALBA. Este estudo se apresenta no sentido de aprofundar o conhecimento sobre os movimentos históricos contemporâneos na América Latina com suas influências sobre as políticas educacionais.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar as políticas educacionais da Bolívia no contexto da ALBA no período de 2006 a 2009, especificamente contextualizando o período particular do capitalismo e suas implicações na redefinição do papel do Estado na América Latina nas políticas educacionais na região e na formação do bloco de países da ALBA. Em seguida, analisa o processo boliviano e seus agentes políticos e sociais na formação do governo Evo Morales com sua participação na ALBA e a implicação deste processo para a educação do país, assim como a constituição da própria ALBA a partir da Bolívia. Por último, analisa determinadas políticas educacionais do governo boliviano em relação às políticas educacionais da ALBA e ao período particular do capitalismo entre os anos de 2006 e 2009, onde a ALBA e ao atual governo boliviano são críticos e propõem alternativas.

A busca de tais horizontes também possui uma História. Desde os estudos históricos sobre América Latina e Educação durante a graduação de Licenciatura em História, tais temas fazem parte de motivação pessoal, do meu cotidiano de estudos, das pesquisas acadêmicas de que participei, das experiências políticas e de

pensamento que vivi. Cerca de oito anos atrás, em minha primeira pesquisa monográfica ainda na graduação, realizei um estudo sobre a historicidade do ensino de História da América no Brasil através dos livros didáticos da República Velha até a Nova República.

Particpei de uma geração do movimento estudantil que priorizou os temas da Educação latino-americana em muitas semanas acadêmicas e encontros de estudantes da Federação do Movimento Estudantil de História desde 1999 até 2005. Enquanto vivíamos as experiências das primeiras edições dos Fóruns Sociais Mundiais em Porto Alegre já desde 2001, lutávamos contra a Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA, pauta política do governo venezuelano de Hugo Chávez na época e que foi negada pelos Governos sulamericanos da região em 2005 na Argentina, assim como do governo do Estado do Rio Grande do Sul no período de 1998 até 2002 e de muitos movimentos sociais e, com certeza, do movimento estudantil.

No curso de Especialização em História Contemporânea, iniciei estudos que se aproximavam da linha de pesquisa de Políticas Públicas com o estudo histórico das políticas educacionais de governos de esquerda como Cuba e Nicarágua durante os anos oitenta, assim como o de governos zapatistas autônomos no México e os movimentos de educação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Brasil. Exatamente no ano do curso de especialização, em 2005, a Venezuela se tornou um país considerado território livre de analfabetismo pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A partir de então, voltei meu interesse para estes novos governos de esquerda do início do século XXI na América Latina na busca de conhecer suas políticas de educação. A partir do contato com o livro *A Campanha de Erradicação do Analfabetismo em Cuba*, da pesquisadora Vera Maria Vidal Peroni, tive a iniciativa de buscar realizar esta pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esta foi mais uma obra que dentro do contexto e de minha História sociopolítica me levou a pesquisar estes temas.

A formação de blocos internacionais, combinados com um ciclo de ascensão eleitoral de governos, partidos e movimentos de esquerda nos últimos dez anos, constroem políticas educacionais singulares em relação à estratégia das reformas

educativas impulsionadas pelo neoliberalismo. Estas políticas educacionais mantêm-se desconhecidas e estranhas, considerando a nossa “brasileira” e “ocidental” falta de identidade para com a América Latina. Nosso desconhecimento das políticas educacionais que se propõem como “novas” é latente nos países vizinhos deste continente neocolonizado e na mira permanente do imperialismo estadunidense desde o Século XIX. Pretendo contribuir com este estudo para o entendimento da atualidade das políticas educacionais no continente latino-americano, assim como o desenvolvimento constante dos estudos em políticas públicas da educação. A relevância social e política desta pesquisa acontece no sentido de contribuir, inclusive, para a qualificação da educação pública e democrática do nosso continente, assim como realizar a reflexão a partir de nós mesmos, buscando não só uma educação de qualidade, mas também através da integração de latino-americanos.

São importantes os estudos sobre o ciclo de ascensão dos novos governos de esquerda para as políticas educacionais, considerando-se a relevância que os mesmos possuem atualmente no contexto do continente latino-americano. O papel do Estado pode estar sendo revisto e reavaliado a partir das críticas à mundialização do capital e da efetivação de determinadas políticas públicas neoliberais¹ que lhe são características e que se desenvolveram na América Latina durante os anos noventa², como também pode estar sendo mitificado e passando por proselitismos e fetiches, dependendo da situação concreta ao compararmos discursos, práticas políticas e práticas educacionais. A qualidade e a quantidade do conhecimento que podem ser construídas a partir das contradições realizadas entre a resistência institucional e governamental ao neoliberalismo possuem sua existência concreta, sendo necessárias e passíveis de serem estudadas, pesquisadas e criticadas.

Um processo particular das relações que a ALBA constrói de forma concreta com os países que formam o bloco acontece em relação à Bolívia, no governo Evo Morales eleito em 2005. Evo Morales iniciou sua gestão já sob a proposta da ALBA, sendo o

¹ PERONI, Vera Maria Vidal. *Política Educacional e Papel do Estado: no Brasil dos anos 1990*. São Paulo : Xamã, 2003.

² CASTRO, Moura y Carnoi Martins. *Como anda a reforma educação na América Latina? / organizadores: Claudio de Moura Castro e Martín Carnoy; tradução Luiz Albeto Monjardim e Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães*. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

primeiro país a construir políticas de educação do bloco ALBA como proposta política, colocando-as em prática desde o início de seu governo.

Este processo na Bolívia se diferencia, por exemplo, de Cuba (que passou por uma revolução socialista durante a Guerra Fria e construiu a ALBA durante o atual período do neoliberalismo), da Nicarágua (que possuiu experiências socialistas durante os anos oitenta, voltou às formas sociais e governamentais capitalistas, alcançando o poder pelas urnas novamente um governo sandinista, entrando também para a ALBA) e da Venezuela (que iniciou seus processos políticos de transformação antes da existência do bloco, participando, de forma fundamental, de sua proposição, formulação e construção). A Bolívia não possuía um passado de luta socialista governamental nem construiu a ALBA inicialmente.

O país boliviano tem uma história particular que, combinada com a forma como constrói as políticas da ALBA, está gerando um processo diferenciado de outros países do bloco. Este movimento histórico possui processos sociais e políticos que buscam a contradição contra a exclusão social provocada pelo capitalismo, construindo relações diferenciadas na sociedade e constituindo o próprio bloco internacional da ALBA de acordo com as mediações de tais movimentos particulares. As relações diferenciadas que cada país constrói com o bloco ALBA é mais um fator que justifica a existência de pesquisas locais focalizadas na ALBA, sem descontextualizar as relações destes processos específicos com o período particular do capitalismo da atualidade, assim como as relações de influência deste sobre o bloco ALBA.

A Bolívia, depois do Chile, foi um dos países pioneiros na América Latina a trabalhar com políticas econômicas neoliberais desde sua redemocratização pós-ditadura de Segurança Nacional em 1985. Este país nunca havia passado por qualquer experiência progressista de governo oriundo de organizações políticas e sociais de esquerda nem pertenceu ao grupo de países que inicialmente organizou e propôs a ALBA, mesmo tendo este bloco uma história bem recente. Assim que um novo governo de outras organizações políticas e sociais alcança o poder, passa imediatamente a fazer parte do bloco e praticar suas políticas com uma dinâmica acelerada, comparando-se às formações e aos processos de integrações de blocos internacionais existentes e aos próprios processos de outros países do bloco ALBA. Ou seja, a Bolívia

é o caso mais acentuado de direcionamento e integração do bloco ALBA de um país sem um passado com experiências governamentais progressistas ou socialistas na América Latina.

Estas características particulares no processo de construção do bloco tornam a Bolívia um caso à parte para pesquisas e investigações, dadas as condições em que estão acontecendo tais fenômenos educacionais em sua história, isto é, relações de ruptura, de reforma, de reajuste ou de continuidade com as políticas públicas de educação neoliberal, características do atual período histórico do capitalismo e que foram implementadas em muitos dos países da América Latina. Avançar nas propostas do bloco em tão pouco tempo e de forma tão rápida, sem ter participado de sua construção inicial, torna o caso da Bolívia especial de ser estudado, uma oportunidade singular de “El Cambio” para a esquerda indígena³, pois praticamente não há pesquisas realizadas na área de políticas públicas de educação sobre estes recentes processos de movimentos reais e concretos que estão acontecendo no continente latino-americano.

No contexto do atual período histórico particular do capitalismo e suas implicações para as redefinições do papel do Estado na América Latina e na área da educação, é enfocada a formação internacional dos blocos de países na conjuntura da Nova Ordem Mundial. Neste sentido, este estudo pretende entender o movimento concreto de construção do objeto de pesquisa que é a ALBA no contexto de ascensão eleitoral da esquerda em vários países latino-americanos onde se formam novas orientações geopolíticas nas correlações de força mundial e influenciam novas políticas públicas.

O processo boliviano é estudado neste trabalho, assim como sua recente história e suas principais características, partindo de sua ontologia de forma sintetizada, isto é, sua histórica colonização, o início das políticas neoliberais e o processo de crítica da luta social e política através do qual se tornou possível a ascensão do *Movimento al Socialismo – Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos/ MAS-IPSP* pela via eleitoral, assim como o início do governo Evo Morales e suas relações com a ALBA.

³ Ver STEFANONI e DO ALTO, (2008).

Ao final deste desenvolvimento, são estudadas as políticas educacionais que se fizeram mais importantes no período entre 2006 e 2009 como bases fundamentais das políticas públicas em educação do primeiro governo Evo Morales. As primeiras são leis que não abarcam somente a educação, mas caracterizam-na neste período, necessário para entender todo o processo boliviano no que se relaciona à sociedade e à ALBA.

1 AS REDEFINIÇÕES DO PAPEL DO ESTADO NOS BLOCOS DE PAÍSES NA AMÉRICA LATINA E A ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA AS AMÉRICAS – ALBA

1.1 O CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Os tipos e as formas de processos concretos na Bolívia em seu passado recente e no momento presente em suas políticas públicas de educação, assim como suas relações com a ALBA, passam por processos importantes de serem pesquisados. Pode-se constatar isso na viagem de pesquisa feita ao país durante o ano de 2009. Não existem estudos sendo realizados sobre isso no próprio país. Há poucas pesquisas feitas por outros países, incluindo esta, sob a orientação da UFRGS. Traços de mudança, de adaptação das mesmas políticas públicas neoliberais de educação com novas formas, mas de simples continuidade, já foram notadas e anotadas em saída de campo. Analisar tais questões concretas referentes às políticas educacionais da Bolívia no contexto da ALBA passa a ser o objetivo de estudo, problematizando o que se torna, na Bolívia, uma política que propõe uma educação para além dos marcos do neoliberalismo, uma educação para além do capital⁴. As possibilidades de construção de novas relações sociais não fundamentadas pela lógica do capital a partir das experiências das políticas públicas de educação da ALBA e da Bolívia neste período de 2006 a 2009 também são justificativas para se conhecer e analisar criticamente tal realidade de forma material, histórica e dialética.

Nas análises e nos processos de pesquisa são utilizadas as categorias da contradição e da síntese, pois formam a unidade da diversidade a partir de suas múltiplas determinações. O Materialismo Histórico é utilizado como método,

⁴ Ver MÉZÁROS, (2005).

organizando a interpretação essencial da História para com a ontologia dos objetos de pesquisa e para com o entendimento da totalidade do modo-de-produção capitalista e do período particular do capitalismo pesquisado. A metodologia utilizada dialoga com o concreto-abstrato-concreto no processo de pesquisa apresentada. As categorias da universalidade, da particularidade e da singularidade também são utilizadas nas análises, dando-se suas relações conforme Lukács:

o capítulo sobre a divisão do trabalho na manufatura e na sociedade, extremamente importante do ponto de vista teórico, começa com as seguintes considerações: “Se considerarmos o trabalho tomado em si mesmo, poderemos designar a divisão da produção em seus grandes gêneros, agricultura, indústria, etc., como divisão do trabalho em geral; a divisão destas classes de produção em espécie e subespécies, como divisão do trabalho em particular; e, finalmente, a divisão do trabalho dentro de uma oficina como divisão do trabalho em detalhe”⁴⁰ Marx, *Kapital*, I, pág. 368 (LUKÁCS, 1972, p.96).

A categoria de historicidade também é utilizada, a partir da qual também se utiliza o desenvolvimento desigual e os complexos em suas relações históricas, sociais, culturais, econômicas, entre o todo e as partes dentro do recorte de pesquisa escolhido para o estudo e a partir dos agentes que fazem sua História se tornar concreta na materialidade.

O início das gestões públicas de governos oriundos da esquerda na América Latina (em tempos de imperialismo estadunidense para o continente) as reivindicações socialistas por parte destes governos na conjuntura da reestruturação produtiva colocam-se ao encontro de numerosas relações de uma rica totalidade de determinações no movimento real. Realizando uma análise do geral para o particular para além dos fenômenos aparentes, estes movimentos essenciais formam uma unidade de diversidade em determinações múltiplas de uma síntese concreta. Para Karl Marx, o concreto

é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação (MARX, 1989, p. 229).

Como não são todos os setores da sociedade que entendem a forma proposta por Marx, os processos políticos e sociais que ocorrem em determinados países da América Latina nos últimos anos têm levado não só setores da sociedade, como também a mídia, as organizações políticas, os governos e as instituições privadas e alguns segmentos de intelectuais da própria academia e da sociedade a realizar discursos frágeis e análises distorcidas desse movimento real porque se utilizaram apenas da observação imediata e da representação superficial, ou seja, partiram e concluíram seu entendimento na aparência dos fatos, não constituindo cognição sobre suas essências, seja pelo erro metodológico de entendimento do movimento do real, seja propositalmente para distorcê-lo, formando e difundindo opiniões contrárias a estes mesmos processos sociopolíticos em andamento, constituindo-se, assim, agentes históricos adversários⁵.

Para o método de Marx, é insuficiente o conhecimento informativo externo e superficial para analisar as diferentes sínteses do caso latino-americano em seus governos da esquerda na relação com o bloco ALBA produzidos e provocados por seus próprios entraves internos e suas contradições, a partir da vida material de tais agentes históricos na sociedade, pois este não é o ponto de partida deste trabalho. As implicações e o imbricamento de tal movimento real nas políticas educacionais do governo boliviano entre 2006 e 2009 são partes essenciais desta análise que objetiva entender as próprias políticas educacionais na relação ao bloco ALBA nas múltiplas determinações concretas pesquisadas e analisadas deste governo, neste período. Cada parte possui seus elementos que a caracterizam e relacionam-se a outras partes assim como com o todo, sendo elas as múltiplas determinações que formam um mosaico do concreto que está sempre em movimento.

Este método permitirá desvendar quais movimentos, contradições e sínteses aconteceram na relação das políticas educacionais da Bolívia no contexto da ALBA entre 2006 e 2009, conhecendo assim qual unidade da diversidade foi organizada pelos agentes históricos e sociais em questão nestes quatro anos. São sínteses que não são

⁵ Visto as lutas entre a mídia e o MST no Brasil, por exemplo, na América Latina e no mundo com Cuba ou os Governos Chávez e Evo Morales com a mídia e setores de oposição da sociedade civil de seus países.

analisadas como fórmulas aplicáveis ao movimento real, mas como o próprio movimento real (MARX, 1985, p. 250).

Este estudo passa do particular para o geral no que possa determinar as contradições construídas pelos agentes históricos forjarem novas sínteses no seio do movimento real da sociedade a partir de suas múltiplas determinações. Cada momento da pesquisa é ponto de chegada e ponto de partida, correspondendo aos objetivos e análises que se constroem durante o trabalho.

A totalidade, para Lukács, é um ente originário dinâmico, “uma unidade de complexidade e processualidade” (LUKÁCS, 1979, p. 36), seguindo o movimento real do mundo concreto do ser social, pois, para este autor, assim como para Marx, as categorias são determinadas pela existência, são formas de ser. Na composição e no movimento concreto da totalidade, é preciso conhecer como se dá a relação entre o todo e suas partes, seja no período particular do capitalismo da atualidade, seja o neoliberalismo na América Latina também parte da totalidade do período de ascensão do ciclo eleitoral de governos de esquerda no início do século XXI, a formação do bloco ALBA e as políticas educacionais do governo Evo Morales entre 2006 e 2009.

Lukács afirma que

Em Marx, domina o momento do ser: essas determinações são momentos reais de complexos reais em movimento real, e só a partir desse duplo caráter de ser (ser em interação e em conexão complexa e ser ao mesmo tempo no âmbito de sua peculiaridade específica) é que podem ser compreendidas em sua relação reflexiva (LUKÁCS, 1979, p. 68).

Ou seja: o ser, em conexão complexa e em interação, constitui a universalidade como instrumento teórico-metodológico de análise, assim como o ser, ao mesmo tempo no âmbito de sua singularidade ou peculiaridade específica, constitui a particularidade também como instrumento teórico-metodológico de análise. Conforme Lukács,

As categorias gerais do todo e as suas partes sofrem aqui uma ulterior complexificação, sem, porém serem suprimidas enquanto relação fundamental: todo “elemento”, toda parte, é também aqui um todo; o “elemento” é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que agem em conjunto (LUKÁCS, 1979, p. 39-40).

A complexidade de cada “elemento”, como coloca Lukács, não elimina seu caráter de elemento; pode ser analisado separadamente, mas não decomposto do todo, devido às qualidades da processualidade, dinamicidade e unidade de complexidade que possuem as categorias conforme as determinações da própria existência que formam o ser social e o ser histórico. Portanto, é preciso entender as políticas educacionais da Bolívia no contexto da ALBA como partes que podem ser analisadas separadamente, mas não decompostas de seus complexos relacionais internos e externos, assim como de sua própria ontologia para o entendimento de como se relaciona, interage e se conecta com a totalidade.

Marx argumenta que a humanidade faz sua própria história não como quer, mas nas circunstâncias colocadas pelo passado que encontram imediatamente diante de si. Toda totalidade corresponde ontologicamente a uma determinada historicidade. Conforme Lukács,

O motivo dessa abstratividade é que, até esse momento, com o objetivo de iluminar as mais importantes dentre as determinações mais gerais da ontologia marxiana do ser social, mesmo não tendo negligenciado inteiramente (o que seria impossível) uma de suas dimensões mais decisivas, não emprestamos ainda o devido peso aos seu significado ontológico; referimo-nos à historicidade desse ser em sua totalidade, no complexo das suas partes, de suas conexões recíprocas, de sua mudança resultante das transformações da totalidade e dos complexos que a formam (LUKÁCS, 1979, p. 76).

A historicidade não se dá de forma linear, nem mesmo de forma dialética que não se relacione com a vida material. Mais uma vez, Lukács afirma que

a concepção ontologicamente correta do ser deva sempre partir da heterogeneidade primária recíproca dos elementos, processos e complexos singulares e, ao mesmo tempo, ter presente a ineliminável e profunda articulação deles em toda totalidade social histórico-concreta (LUKÁCS, 1979, p. 75-6).

A qualidade histórica do ser social nos demonstra haver heterogeneidade nos processos dos complexos gerais ou particulares que formam os elementos e o todo. O caráter ontológico da totalidade demonstra que o ser social também é formado por desenvolvimentos desiguais, os quais Lukács elabora no sentido de constituir historicidade no método de análise da ontologia do ser social que possua

universalidade teórica, que elementos do ser social constituam em movimentos concretos desiguais de desenvolvimento do real, independentemente das peculiaridades, singularidades ou especificidades que possuam tais elementos na interação com seus complexos, na totalidade. Mesmo que possuam universalidades e particularidades semelhantes, as políticas educacionais da Bolívia em relação à ALBA podem possuir desiguais desenvolvimentos entre si, assim como para outros complexos e para com seus próprios elementos internos, construindo suas relações de mediação de segunda ordem, pois “O movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular” (LUKÁCS, 1978, p.112).

O desenvolvimento desigual determinado pela vida material é uma dialética em que o ser social surge de forma relativamente autônoma, organizando seus complexos no interior de uma sociedade, mas que só pode se explicitar realmente na interação com outros complexos que se relacionem social, econômica, jurídica, cultural ou historicamente. Torna-se, então, relativa sua autonomia desigual de desenvolvimento nos complexos e nas relações que vão formando a totalidade. Mesmo se a interação de dois elementos particulares não possuírem uma ontologicidade social ou histórica em comum, mas fizerem parte de uma mesma realidade geográfica, por exemplo, o desenvolvimento desigual não está presente para-si, mas já está presente em-si. A mundialização do capital é a primeira produção social da História que determina materialmente o desenvolvimento desigual. Conforme Lukács, “No desenvolvimento desigual, se expressa à heterogeneidade dos componentes de cada complexo e da relação recíproca dos complexos.” (LUKÁCS, 1979, p. 128).

Uma unidade do fluxo global sintetiza estas heterogeneidades, não implicando em antítese com o todo do movimento real nem com uma irracionalidade do processo ou com uma “unicidade” historicista, segundo Lukács. Advinda de sua própria natureza, é do ser social que decorrem tais desigualdades de desenvolvimento como seu modo de manifestação necessário. Os processos de sínteses resultantes das múltiplas determinações não acontecem sempre da mesma forma, muitas vezes nem em contextos e realidades concretas similares.

Conforme Marx, a História se repete, mas nunca da mesma maneira. As políticas educacionais de cada país membro do bloco ALBA podem acontecer de diversas

formas conforme se possam verificar no movimento concreto de cada caso, formando desenvolvimentos desiguais através de seus complexos particulares e dos elementos que as caracterizam.

Apesar de possuir componentes heterogêneos ontologicamente como sua síntese complexa, o desenvolvimento desigual não deixa de estar submetido às determinações da totalidade e de suas partes, como o período particular do capitalismo a que pertence. Conforme Lukács,

Desigualdade do desenvolvimento significa, “simplesmente”, que a grande linha de evolução do ser social – a crescente sociabilidade de todas as categorias, vínculos e relações – não pode se explicitar em linha reta, segundo uma “lógica” racional qualquer, mas se move em parte por vias travessas (deixando mesmo atrás de si alguns becos sem saída) e, em parte, fazendo com que os complexos singulares, cujos momentos reunidos formam o desenvolvimento global, encontrem-se individualmente numa relação de não-correspondência (LUKÁCS, 1979, p. 134).

Os objetos de estudo precisam ser bem contextualizados na sociedade em que existem materialmente. O entendimento da totalidade não é compreensível sem mediações que não se relacionam nem se movimentam de forma exatamente semelhante, tanto quanto não é possível entendê-las absolutamente à parte uma das outras, mesmo que “a oscilação linguística no significado desta palavra, portanto, não deixa de ter ligações com o sentido lógico e com a função metodológica da particularidade.” (LUKÁCS, 1978, p.117). Jamais as determinações múltiplas do movimento do concreto vão se repetir exatamente, tanto quanto é perfeitamente possível para a Ciência desbravar a máscara da aparência da realidade filosófica-ética-política na qual todos vivem e sobrevivem. Este trecho de David Harvey esclarece esta questão quando diz que

As escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende pesadamente, é claro, das inovações tecnológicas (sendo vital o sistema de transporte e comunicações), bem como de várias condições político-econômicas mutáveis (o comércio, as rivalidades e alianças geopolíticas, etc.) Elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo em que definem as escalas em que se tem de travar a luta de classes (HARVEY, 2009, p.109).

As forças produtivas e as relações de produção do capitalismo internacional nunca se desenvolveram igualmente nas regiões e países do mundo. Diferenças, semelhanças, ciclos socioeconômicos alternados, paralelos ou intercalados entre as metrópoles e as periferias dos imperialismos coloniais e neocoloniais produzem, segundo Samir Amin (2004), desenvolvimentos desiguais do capitalismo em cada região ou país. Esta análise está articulada ao pensamento de David Harvey quando coloca que

Tem tanta importância considerar de que modo as diferenças geográficas estão sendo produzidas no aqui e agora quanto tem recorrer a matérias-primas histórico-geográficas que nos vieram de outros ciclos de atividade (HARVEY, 2009, p.111).

O caso boliviano, em que a realidade socioeconômica não criou padrões dignos de qualidade de vida para a maioria da população (sendo esta maioria de origem indígena), produziu contradições diferenciadas no desenvolvimento econômico deste país com suas implicações claras na luta de classes e na resistência ao modelo econômico neoliberal que, desde os anos oitenta governava a vida política e econômica e, com certeza, na proposição existente do governo Evo Morales desde 2006. É nítido, neste sentido, que a realidade social conjugue um dos países mais pobres da América Latina com a exclusão das populações pobres e/ou indígenas em sua maioria. A exploração neocolonial de minérios e hidrocarburetos, por exemplo, dos séculos XIX, XX e início do XXI, não incluía as populações que produziam esta riqueza a padrões que atendessem à maioria dos seus direitos básicos de vida.

Com este referencial teórico-metodológico, esta pesquisa quer contribuir com instrumentos científicos para as análises na área da educação, no estudo das políticas educacionais da América Latina contemporânea. Na busca desde modo de entendimento do social, do político, do econômico e, com certeza, do educacional, é que se inicia o primeiro capítulo, verificando as relações do período particular do capitalismo com a realidade latino-americana que possibilitou as sínteses que deram existência concreta ao objeto de pesquisa assim como suas contradições, pois “o padrão pode então ser descrito como as consequências geográficas desiguais da forma neoliberal de globalização” (HARVEY, 2009, p.115).

Sabe-se que, na América Latina, há um movimento diferenciado nos últimos anos e precisa-se saber que movimento é esse. No início do Século XXI, vários países latino-americanos passaram a ter governos de esquerda que chegaram ao poder pela via eleitoral e passaram a exercer suas políticas públicas de educação. Neste processo, alguns desses países criaram um bloco internacional propondo políticas de educação que passam neste momento a ser concretizadas. Esses países influenciam este movimento nas políticas nacionais dos países integrantes do bloco ALBA e a forma como cada país está constituindo estes movimentos internacionais são questões abertas, ou seja, o bloco ALBA está se constituindo a partir de suas políticas nacionais.

A Bolívia é um dos países que mais recentemente iniciou um governo de esquerda e que, no início do ano de 2010, foi reeleito para sua segunda gestão. A constatação, neste sentido, da quantidade de fontes melhor combinadas com esta pesquisa (no tempo que se tinha para realizá-la) foi uma das razões para a escolha deste país como objeto de estudo, pois não se poderiam abarcar outros países da ALBA no mesmo período de tempo. As políticas educacionais que já tinham e estão sendo praticadas na Bolívia se caracterizam como processos sociopolíticos mais radicalizados, principalmente no que se refere às reivindicações indígenas e nacionalistas.

As influências destes movimentos políticos educacionais nacionais já são factíveis e foram averiguadas em trabalho de campo, assim como foram conhecidas continuidades de políticas educacionais que contradizem o projeto político que está no governo e que é proposta pela ALBA. As inter-relações destes objetos de estudo é o que se precisa analisar.

As políticas educacionais da ALBA na Bolívia e as políticas educacionais bolivianas do período do governo Evo Morales podem adquirir diferentes características, principalmente naquilo que se relacionam às reformas educativas neoliberais e que influenciaram a América Latina e a própria Bolívia e no que se relaciona aos movimentos sociais e políticos progressistas e alternativos ao *status quo* histórico das elites bolivianas. Estas políticas educacionais podem constituir aspectos de corte e características mais populares e anticapitalistas como é a proposta formal da

ALBA⁶. Portanto, é importante entender como se materializa este movimento dialético e concreto sem haver separação entre o político e o econômico⁷ no modo de produção capitalista e no período particular do capitalismo em que vivemos.

Segundo Evaldo Vieira (2007), não existe a política social e sim as políticas sociais, uma vez que não existe um único método de análise, mas vários métodos que podem ser vistos da perspectiva do liberalismo ou do materialismo dialético. Tal interpretação sugere duas concepções antagônicas de política social. Conforme o autor, são duas as concepções de mundo: o liberalismo e o socialismo. Para Vieira,

na concepção liberal, a política social objetiva permitir aos indivíduos de certas necessidades não levadas em conta pelo mercado capitalista. E esta noção de política social não é e não pode ser apartada de alguns conceitos, de modo especial dos conceitos de História, de Política e de Estado, numa sociedade fundada no mercado em sua Lei (VIEIRA, 2007, p. 29).

Já na concepção materialista dialética, o autor explana sobre a política social que, num exame fundamentado no método materialista histórico-dialético, pode revelar a política social como parte da estratégia da classe dominante, mais adequadamente da burguesia. Pode mostrar que esta estratégia busca o controle do fluxo de força de trabalho no sistema de posições desiguais, existente na economia de mercado. Pode dar a conhecer a política social com estratégia capaz de conservar a desigualdade social, colaborando no funcionamento do capitalismo⁸.

1.2 AS REDEFINIÇÕES DO PAPEL DO ESTADO

O período histórico particular do capitalismo em que vivemos desenvolve processos nacionais e internacionais na área da educação que necessitam de estudos e pesquisas para serem conhecidos e compreendidos em suas formas e relações particulares e gerais, com a totalidade das conjunturas políticas e estruturas socioeconômicas existentes no movimento concreto do real. A reestruturação produtiva do capitalismo que acontece no início da década de setenta do século XX se constitui

⁶ www.alianzabolivariana.org.

⁷ Ver WOOD, (2003). A autora não separa as relações socioeconômicas entre si a partir de seu enfoque teórico sobre os processos sócio-históricos.

⁸ Ver VIEIRA, (1992).

em adequada e necessária via econômica alternativa para o capital superar sua própria crise provocada pela queda da taxa de lucro naquele momento. O diagnóstico feito pelos agentes do capital, pelas elites financeiras, pelos países mais ricos do mundo e pela intelectualidade orgânica ao sistema capitalista dá-se pelo princípio de que a crise do capitalismo se deve ao Estado e não ao capital naquele momento, portanto são políticas referentes ao papel do Estado que devem ser aplicadas para elevar a taxa de lucro e acabar a crise⁹.

No entanto, é exatamente o contrário o que se encontra em diversos autores. Para Samir Amin (2004), “La especulación financiera se da precisamente porque el sistema está en crisis estructural. ¿Cómo se define la crisis?” (p.105). Para este autor,

La crisis se define por la existencia de un excedente de capital que no puede ser reinvertido de forma rentable en la expansión del sistema productivo. Hay que encontrarle entonces mercados alternativos para evitar lo que el capitalismo más teme: la devalorización del capital. Y los mercados alternativos son lo que se llama la especulación, que no hacen más que retardar los efectos [...] (AMIN, 2004, p.105).

Não somente as crises dos anos setenta foram sentidas neste novo período de acumulação. Durante os anos noventa houve três crises em uma mesma década – do México em 1994, da Ásia em 1997 e da Rússia em 1998. Segundo Alberto J. Pla, “Y esta mundialización está en La esencia de este círculo vicioso en que se ha convertido la relación crisis-ajuste-crisis” (PLA, 2001, p.170). Assim como para Samir Amin (2004) ao colocar que

Cada etapa del modelo, caracterizado por un modelo de acumulación dado, se termina con una frase ‘especulativa’, una frase de financiarización, que es la demostración de que el modelo mismo ya no se puede reproducir indefinidamente, y que entra en crisis. La financiarización y la crisis están siempre estrechamente asociadas (AMIN, 2004, p.106).

Muitas são as explicações dadas para a crise do Capital e, durante a última crise de 2007-2008-2009, até mesmo Karl Marx foi “ressuscitado” pela economia capitalista para poder explicar a própria crise e encontrar alternativas dentro do próprio capitalismo. Segundo Alberto Pla, “hoy, la llamada recomposición capitalista (el ajuste

⁹ Ver PERONI, (2003).

neoliberal) es el predominio de la finanzas sobre la producción” (PLA, 2001, p.170). As crises econômicas da Ásia em 1997 e da Rússia em 1998 afetaram a estabilidade monetária do Brasil e influenciaram nos rumos das eleições nacionais de 2002, quando o governo flertava entre o neoliberalismo e a Terceira Via, iniciando-se no Brasil o ciclo de ascenso eleitoral das esquerdas na América Latina, pois o Brasil tem o peso de ser a maior economia capitalista da América Latina e de influenciar o continente nas relações sociopolíticas internacionalmente.

Durante a crise do capital nos anos setenta, a América Latina possuía uma conjuntura específica da região. A maioria dos governos dos países latino-americanos estava alinhada com os Estados Unidos da América (EUA) na conjuntura histórica da Guerra Fria.

A partir da Doutrina de Segurança Nacional, os países capitalistas foram favoráveis a apoiar ditaduras e abrir mão da defesa da democracia devido ao “perigo” do comunismo e das disputas que se davam no plano internacional com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Portanto, em grande parte, as medidas políticas de saída da crise foram iniciadas e aplicadas por governos autoritários, tendo na ditadura no Chile o maior exemplo (um dos primeiros países a iniciarem as políticas econômicas neoliberais na América Latina e no mundo).

O Chile constituiu-se em uma espécie de “laboratório” político-econômico para o capital internacional criar e construir políticas alternativas às do Estado de Bem-Estar Social, característico dos países capitalistas durante a Guerra Fria, ao próprio keynesianismo, e que foram iniciadas nos países ricos durante os governos de Margareth Tacher, na Inglaterra em 1979, e Ronald Reagean nos EUA em 1981. A aplicação dessas políticas, de forma geral organizada e não experimental, foi formulada durante as reuniões do Consenso de Washington de 1989, em que flexibilizações das relações sociais de trabalho e de produção, através de mudanças nas legislações que tratam sobre trabalho e sobre ajustes no setor financeiro do Estado, priorizaram a desregulamentação e o endividamento do erário público, as privatizações e terceirizações e geraram redefinições no papel do Estado no sentido de viabilizar na sociedade esta forma neoliberal de modelo econômico. Mas todo este esforço não impediu o acontecimento de novas crises econômicas com suas bolhas especulativas e

deflações, na lógica de continuidade de “regulação pela crise” inerente ao próprio capital¹⁰.

O neoliberalismo foi e está sendo imposto a países, povos, Estados, sociedades e comunidades do mundo através das leis de mercado, impondo suas próprias regras de funcionamento e reprodução, constituindo políticas públicas que, via de regra, não correspondem às próprias aspirações democráticas dos entes institucionais que as aplicam e desenvolvem. A educação passa a ser tratada como gasto público desnecessário e passível de ser privatizado e gerar lucro para os proprietários de seus empreendimentos, divergindo do papel de uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade que o Estado procurava trazer como sua responsabilidade em outros momentos históricos do mundo e da América Latina.

Com a queda do muro de Berlin em 1989 e a queda da própria URSS em 1991, o fim da Guerra Fria abriu espaço político e acentuou a aplicação das políticas e da economia neoliberal por mais países do mundo que abriam relações com a economia de mercado capitalista regulamentada agora pelos ajustes da política econômica neoliberal. Surgiu uma nova fase da globalização no mundo, a Nova Ordem Mundial, implementando o neoliberalismo em quase todos os países e lugares do mundo.

Esta nova forma de acumulação do capital, desenvolvida também a partir de uma reestruturação produtiva, torna o processo de produção (portanto também o de alienação) mais flexível no beneficiamento e na hegemonia do capital financeiro. Em qualquer canto do mundo, por meio concreto (material ou virtual), a economia de mercado pode ser desenvolvida: tudo pode ter preço e tornar-se uma mercadoria como uma relação universal entre os seres humanos. Mas as próprias crises do capital que vivemos nos anos noventa e início do Século XXI possuem seus limites mesmo que “grandes ondas” não tenham nos atingido financeiramente ou produtivamente, como diz Pla:

Como determinantes del sistema se pasó del comercio internacional y de la producción (lo que implica decir desarrollo de las fuerzas productivas, o sea tecnología) al predominio de las finanzas (el manejo financiero-especulativo, la manipulación de la moneda). El sistema se estabilizó relativamente (siempre las estabildades son relativas) y enseguida se entró en un proceso en donde es

¹⁰ Ver HARVEY, (2005).

ostensible que el funcionamiento del sistema por el predominio o la hegemonía del sector financiero tiene un límite (PLA, 2001, p.170).

Medidas concretas de muitos países já têm sido tomadas e pesquisadas, a maioria delas no sentido de manter ou de “curar” o capitalismo, assim como as que se permitem pensar para além dos atuais paradigmas econômico-financeiros. García Delgado nos coloca que

la tercera y última conclusión es que la ‘salida’ del neoliberalismo también tiene mucho que ver con qué tipo de región se contruya en los próximos años , con cuáles sean sus fortalezas, identidad y conciencia de sus intereses para inestarse en el mundo, y qué capacidad de negociar em forma conjunta pueda lograr. Entre otras cosas, porque la región puede converger sobre problemas decisivos del nuevo escenario de poder mundial, en el cual los Estados-nación por separado tienen ya cada vez menor peso e influencia. En esse sentido, insertar-se en el mundo y superar la narración neoliberal no es uma tarea solo nacional-global, sino que tiene que ver también con la mediación regional. Sobre todo, con la creatividad y energia que pueda ir desplegándose en el diseño de políticas regionales comunes sobre cuestiones cruciales como la paz mundial, la reducción de los subsidios agrícolas de los países desarrollados, la modificación de los obstáculos al desarrollo derivados del injusto endeudamiento y las tasas de interes usurarias, la eliminación de los paraísos fiscales que fomentan la corrupción y la evasión de los países en desarrollo, el apoyo a las propuestas de regulación del capitalismo especulativo (tasa Tobin), el combate a la producción y comercialización de la droga, así como el aseguramiento de estándares de medio ambiente para um desarrollo sustentable. En definitiva, cuetiones todas ellas decisivas para impulsar uma globalización ‘responsable’ o ‘cooperativa’, como superación más que como negación de la neoliberal (GARCÍA DELGADO, 2001, p.83-4).

Mesmo com as críticas feitas à financeirização e à globalização do livre mercado, mesmo com os ativistas do movimento antiglobalização e as edições do Fórum Social Mundial se opondo ao Fórum Econômico de Davos e ao G7¹¹, tais formas de dominação econômica e de imperialismo tanto dão fim ao Século XX quanto dão início ao Século XXI para o mundo. A crise do capital e suas estratégias para a manutenção de suas taxas de lucro movem-se, utilizando-se do poder econômico e do Estado, para universalizar as relações de pobreza e de autoritarismo que, de crise em crise, constroem relações particulares em cada região do mundo onde desenvolvem suas políticas de mercantilização e lucro.

¹¹ Grupo dos sete países mais ricos do mundo: EUA, Canadá, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Japão.

1.2.1 A América Latina e as Redefinições do Papel do Estado

Na América Latina, no final da Guerra Fria, houve a troca da Doutrina de Segurança Nacional para a Nova Ordem Mundial, a da globalização neoliberal. As políticas neoliberais aplicadas por governos ditatoriais, em sua maioria, passaram a ser propaganda política de partidos oficiais e forças políticas em quase todos os países da América Latina. Foram defendidas pela grande mídia durante os processos de redemocratização que muitos países da América Latina passaram durante os anos oitenta e início dos anos noventa na região latino-americana. Quatro governos foram os melhores exemplos desta adaptação das políticas ao neoliberalismo: o governo Collor no Brasil, o governo Salinas no México, o governo Fujimori no Peru e o governo Menem, na Argentina, no início dos anos noventa. E governos posteriores, com certeza, ampliaram e aprofundaram as políticas neoliberais em seus países.

As políticas públicas no período histórico do neoliberalismo passaram por reformas que se direcionaram para a privatização, terceirização, flexibilização e para as perdas dos direitos, para as políticas de descentralização administrativa, para a descaracterização da gestão democrática na administração pública, com influência direta sobre seu financiamento e políticas sociais¹². As políticas educacionais passaram pelo mesmo processo e, inclusive, sobre suas formas de avaliação educacional, assim como os próprios conteúdos e conceitos curriculares com influência direta, gestada e dirigida por organismos internacionais entre eles a UNESCO e o Banco Mundial/ BM.

Segundo a Professora Dra. Marília Fonseca¹³, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/BIRD ou Banco Mundial nasceu em 1945, juntamente com o Fundo Monetário Internacional/FMI, e os dois surgem com a tarefa de reconstruir a Europa do pós- guerra. Findada esta tarefa, o FMI se constituiu em um órgão mais político de elaboração de políticas para o desenvolvimento, e o BIRD, o órgão prestador de recursos para implementar as políticas. Conforme a autora coloca, o

¹² *Dilemas da Educação Brasileira em tempos de Globalização Neoliberal: entre o Público e o Privado* / Organizado por Vera Maria Vidal Peroni. Vera Lúcia Bazzo, Ludimar Pegoraro; Áurea de Carvalho Costa... [et al.]. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. (Série Política e Gestão da Educação).

¹³ Palestra realizada em 23/04/1999 no 1º Encontro Estadual de Escolas de Formação de Professores – séries iniciais e educação infantil. Porto Alegre/RS.

BIRD empresta ao Brasil recursos que condicionam e submetem as políticas educacionais aos interesses e políticas ditadas pelo BM.

No plano das políticas públicas, a atuação no campo da educação vem ocorrendo através de uma profunda reforma educacional conduzida prioritariamente pelo governo federal, que produz impactos no plano estadual e municipal. Tal reforma, assim como outras que vêm ocorrendo em outros países da América Latina e do mundo, toma como uma das mais fortes orientações, aquelas produzidas pelos organismos internacionais, particularmente a do Banco Mundial (HADDAD, Sergio, 1998, p.47).

O professor Sérgio Haddad explicita esta interferência. Para Haddad, o sistema educacional gradativamente se ajusta aos interesses da lógica da economia:

valores como cidadania, direitos sociais amplos e para todos, universalidade no atendimento social com implicação na luta pela ampliação dos recursos públicos e na sua distribuição com equidade vêm sendo substituídos pela lógica da racionalidade e da eficiência dos recursos, baixo a lógica de reforma do Estado, produtividade dos gastos sociais sem crescimento do seu montante, ou, até mesmo, uma redução, redistribuição, intra-níveis de governo dos custos financeiros. Opera-se sob a lógica de “custo-benefício”, buscando os insumos mais rentáveis que possam produzir maior “produtividade” educacional com menos recursos (HADDAD, 1998, p. 50).

Conforme o informe das Nações Unidas em 1990, o crescimento econômico nem sempre levou automaticamente ao progresso social; este fato é radicalmente objetado pelos dados dos informes das Nações Unidas em que se pode constatar crescimento econômico, mas as desigualdades se acentuaram, e as poucas políticas sociais acabaram por agravar o problema social. Um exemplo levantado é que, durante os avanços econômicos obtidos na ditadura do Chile, o número de pobres acabou por aumentar em vez de diminuir. Assim como em outros países da América Latina:

outro exemplo citado é o da Bolívia, onde, apesar das alegadas melhorias econômicas (segundo estudos do Fundo de População da própria ONU) piorou sensivelmente o seu desenvolvimento humano caindo, inclusive, abaixo do Haiti, com a pobreza atingindo 80% da população (SOARES, 2001, p. 41).

Assim, pode-se também acompanhar por parte da imprensa este processo:

El organismo internacional aplaude la política social del Ejecutivo y le sugiere focalizar a los grupos más desposeídos para luchar contra la pobreza.

Prevé que el crecimiento de la economía del país será el más alto de la región (LA RAZÓN, 27 de octubre de 2009).

El FMI dice que el crecimiento del gasto público 2005-2008 fue del 9% anual, y los ingresos del 18%. Ahí estuvo el importante ahorro, indica (LA RAZÓN, 27 de octubre de 2009).

Los beneficiarios de los bonos establecidos en el país suman más del 25% de la población nacional, según datos del Gobierno (LA RAZÓN, 27 de octubre de 2009).

El FMI – en el período poscrisis – sugiere al Estado boliviano salir de forma paulatina del impulso fiscal que le permitió hacerle frente a la crisis global. Sin embargo, Arce sostuvo que no seguirá esa recomendación porque ahora Bolivia sigue un nuevo modelo económico. “No creemos que el Estado solo puede intervenir allá donde hay problemas o crisis, que se le requiere solamente para sobrellevar estos momentos coyunturales. Nosotros creemos que la participación del Estado tiene que ser permanente”, afirmó (LA RAZÓN, 27 de octubre de 2009).

En ese marco, destacó el fomento a la demanda interna, la redistribución de los recursos para llegar a los sectores más vulnerables, a través de los bonos para estudiantes, ancianos y mujeres embarazadas. Este factor social aplicado por Bolivia fue destacado por el FMI. “En las políticas que Bolivia está conduciendo, y mirando la Bolivia de hace 10 años, me da mucho gusto ver la política social de este gobierno”, afirmó Terrier (LA RAZÓN, 27 de octubre de 2009).

Após duas décadas de neoliberalismo na América Latina, as privatizações que não aconteceram diretamente, fizeram-se reais de outras formas, como Parcerias Público-Privadas/ PPP's e intervenção no público com base no Terceiro Setor da sociedade civil¹⁴, paralelo ao próprio sucateamento intencional dos espaços públicos como política neoliberal de pré-privatização, redefinindo o papel do Estado. Nessa conjuntura, ao final da primeira década do Século XXI, houve uma nova crise econômica mundial que demonstrou a mesma fragilidade do neoliberalismo de outros modelos históricos; o capitalismo teve grandes dificuldades para resolver contradições sociais e econômicas permanentes à grande parte da população do mundo e da América Latina.

¹⁴ Ver ADRIÃO e PERONI, (2008).

1.2.2 Formação dos Blocos Econômicos na América

O contexto histórico do fim da Guerra Fria e a dissolução do Pacto de Varsóvia criaram a conjuntura no mundo de novos blocos de países a exemplo da própria Rússia que, junto dos outros países da antiga URSS, formaram a Comunidade dos Estados Independentes (CEI). A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) passou por redefinições, sendo utilizada mais como braço armado dos EUA e dos países capitalistas mais ricos do mundo. A União Europeia se organizou e se estabeleceu com mais força econômica e política no mundo. Países da África e da Ásia também procuram organizar blocos regionais. O Mercado Comum do Sul /MERCOSUL surgiu entre Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. A Área de Livre Comércio das Américas /ALCA é o bloco que foi sendo proposto pelos EUA a partir de acordos comerciais que o Canadá e o México já estavam praticando no tratado do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio/ NAFTA. A política do bloco seria abarcar em uma grande área de livre comércio nos moldes do NAFTA, em que, praticamente sem taxaço para produtos e mercadorias, colocou em vantagem comercial as maiores economias capitalistas, desde o Alaska até a região da Patagônia.

Ao final da década de noventa do século XX, iniciou-se um ciclo de derrotas eleitorais para vários governos de política neoliberal que se estabeleceram em muitos países da América Latina. Crises econômicas nacionais, crises sociais, produziram fenômenos políticos em eleições nacionais em muitos países da América Latina. Partidos e organizações políticas de esquerda e/ou progressistas constituíram um fenômeno político e eleitoral, influenciando as relações internacionais da região e do mundo e em suas respectivas políticas públicas nacionais. Países como Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai passaram a constituir governos simplesmente progressistas. Outros países passaram a possuir processos políticos mais radicais, como a Venezuela, a Bolívia, o Equador e a Nicarágua, aproximando-se muito de Cuba, país que possui suas relações com os EUA ainda congeladas, praticamente as mesmas da época da Guerra Fria. Caracterizam-se abertamente muitos desses governos como uma aliança de classes, sendo eles os mais moderados entre os progressistas. Outros arriscam políticas para além do Estado de classe que o capitalismo gerou, não se

configurando até o momento a universalidade das políticas públicas de nenhum destes países como “socialista”, considerando-se os marcos do socialismo em Cuba, por exemplo, que, desde a Guerra Fria, veio de mobilizações populares e alinhou-se com a URSS. São governos oriundos de forças sociais e políticas de esquerda e progressistas que gestam algumas políticas populares, mas também continuam organizando a própria gestão do capital em seus países e que continuam sendo capitalistas¹⁵.

Primeiramente foi na Venezuela. Em 1998, Hugo Chávez Frias elegeu-se presidente pelo Movimento V República. Após quatro anos, houve uma Constituinte, houve a crítica internacional a Bush, os atentados e as invasões de países vinculados ao 11 de setembro, um golpe midiático-militar, greves patronais de petróleo e alimentos; a Venezuela assiste a mais um país em que a esquerda vence uma eleição nacional, o Brasil. Precisou esperar “virar o século”, para que em 2002 o Brasil, que possui um peso econômico, político e diplomático grande na América Latina e atualmente no mundo, abrisse espaço no cenário político regional da América Latina a partir da conjuntura eleitoral para as esquerdas na América Latina, tirando a Venezuela e o processo bolivariano do isolamento internacional e regional.

A partir de então, o Partido Peronista indica Nestor Kirchner para presidente na recém “falida” Argentina devido aos ajustes fiscais das políticas neoliberais do FMI e da bancada internacional, a Frente Ampla vence as eleições no Uruguai em 2004, elegendo Tabaré Vázquez e o ex-Tupamaro Pepe Mujica. Em 2005, Evo Morales é eleito pelo MAS-IPSP em um país de conturbada conjuntura sociopolítica com uma população empobrecida e releveu-se novamente. Neste ciclo, Daniel Ortega, com uma nítida campanha de coalizão de classe em 2006, heroico guerrilheiro da Frente Sandinista de Libertação Nacional na Revolução Nicaraguense, venceu as eleições. No mesmo ano, Rafael Corrêa se elegeu presidente pela “Alianza País” no Equador, assim com Michelle Bachelet no Chile. Em 2008, Fernando Lugo se elegeu presidente do Paraguai pela “Alianza Patriótica” e, em 2009, Mauricio Funes se elege presidente de El Salvador pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, ex-grupo de guerrilha da América Central nos anos oitenta que se tornou um partido político. Desta virada

¹⁵ Ver SADER, (2009).

eleitoral à esquerda na América Latina até este ano de 2010, apenas uma derrota foi sofrida, a de Miclelle Bachelet no Chile em janeiro de 2010.

A Comunidade Andina (CAN) surgiu como uma iniciativa paralela a do MERCOSUL melhor concretizada durante os anos noventa do século XX. Contando com países desde a Venezuela até a Bolívia, passando pelo Peru e pela Colômbia, possui constrações similares a outros blocos que propõem integração dentro da sistema capitalista internacional, acabam sendo engolidos mais rápidos do que conseguem se integrar. Sendo frágeis do ponto de vista político, pois as divergências entre seus governos através das últimas décadas afasta a integração através destes blocos. A CAN tende a desintegrar-se, atualmente, ao estar muito distanciada da ALBA neste momento e com a UNASUL vindo a propor suprir este espaço de forma mais ampla. O projeto da ALCA, impulsionado pelos EUA e seus governos aliados em vários países da América Latina, vem sofrendo grande resistência por parte de muitos movimentos sociais latino-americanos e da esquerda em geral. Partidos e movimentos de esquerda vão formando governos mais críticos ao bloco ALCA durante o início da primeira década do século XXI. O governo Hugo Chávez iniciou tais críticas ainda em 1999 e tenta construir novas formas de integração entre os países da América Latina dentro de uma visão crítica da economia de mercado capitalista e de seu livre comércio característico que são propostos pela ALCA. Cuba e Venezuela, em 2004, lançaram a proposta de um novo bloco de países para a integração latino-americana, a Alternativa Bolivariana para as Américas, a ALBA, posteriormente rebatizada de Aliança Bolivariana para os Povos da América.

1.3 A ALBA

A formação do bloco ALBA foi muito influenciada pelo governo venezuelano de Hugo Chávez por ter sido, e ainda hoje o é, uma proposta politicamente regulamentada, financiada e estruturada por este governo, com uma proximidade grande de Cuba parceiro fundador da ALBA com a Venezuela, influenciando, claro, as propostas deste bloco principalmente no que tange à política externa para a região latino-americana e para as políticas sociais do bloco a serem implementadas nos países a exemplo dos

avanços de Cuba nas áreas da saúde e da educação frente a outros países da América Latina. A política do bloco destaca-se por criticar as políticas neoliberais de integração propostas pela ALCA. Defendendo que as economias se complementem em vez de competir intencionalmente, ela propõe justiça social entre os povos latino-americanos como objetivo importante frente à mercantilização. Propõe uma alternativa quanto ao papel do Estado, contradiz as políticas neoliberais de redefinições que o Estado sofreu no período particular do neoliberalismo¹⁶.

O bloco ALBA destaca-se não só por conter alternativas e propostas dentro da área econômica como também nas áreas da cultura, da saúde e também da educação. Muitos países da América Latina cujos partidos de esquerda venceram as eleições nos últimos anos, como Equador, Nicarágua e Bolívia e até países com setores oriundos da direita, como Honduras, assinaram acordos com o bloco. Não é, portanto, uma “obrigatoriedade” os governos serem de esquerda para participarem do bloco, mesmo tendo a ALBA um perfil ideológico bem definido e explicitado, comparando-se com outros blocos no mundo.

Quando Venezuela e Cuba formaram a ALBA em 2004, tiveram que esperar mais de um ano até encontrarem mais parceiros. A prioridade das esquerdas na América Latina, naquela recente conjuntura, ainda era a luta contra ALCA (diferente de decidir “em que” bloco entrar [MERCOSUL, CAN, UNASUL, ALBA] como é a conjuntura hoje), assim como o é hoje com o Tratado de Livre Comércio/ TLC. Quando Brasil, Argentina e Venezuela disseram não à ALCA no ano de 2005 em Mar Del Plata, o MAS-IPSP estava elegendo Evo Morales presidente da Bolívia, e a ALBA ganhava força de propaganda pela América Latina “para além da esquerda”.

Ao efetivar sua participação no bloco e entrar para a ALBA, a Bolívia propôs o Tratado de Comércio dos Povos, o TCP, que já indicava formas de integração com Cuba e Venezuela desde antes da eleição e após a vitória e antes da posse de Evo Morales em 2006. A transição do próximo governo boliviano já havia assinado termos de cooperação em Saúde e Educação com Venezuela e Cuba. Em 2006 a Bolívia entrou para a ALBA formalmente. Com a vitória eleitoral dos sandinistas, a Nicarágua entrou para a ALBA e, em 2008, participaram também Dominicana e Honduras. Em

¹⁶ Ver PERONI, (2003).

2009, a ALBA alcança o número máximo de integrantes, com as entradas dos países caribenhos de Antígua, Barbuda, São Vicente e Granadinas, assim como o Equador, no governo da “Revolução Cidadã” de Rafael Corrêa. Em 2010, Honduras retirou-se da ALBA através do governo que assumiu o Estado após o golpe no presidente Manuel Zelaya durante o ano de 2009.

O bloco de países da ALBA, assim como os governos dos países que o compõem, indicam o inverso das políticas neoliberais para a educação e/ou alternativas para a política dos órgãos internacionais que a organizam, como a UNESCO e o BM, formando um amplo leque combinado de políticas públicas de educação em geral, caracterizadas como políticas sociais neoliberais, social-liberais, de publicização não-estatal, reformistas, assistencialistas, práticas, políticas de educação com características socialmente transformadoras, considerando-se os marcos do neoliberalismo. Nenhum destes países avançou para formas sociais alternativas às originadas na economia de mercado capitalista. O livre comércio continua sendo imperativo, com exceção de Cuba que já possuía uma economia planificada e de medidas regulatórias por parte do Estado principalmente na Venezuela. As principais ações em direção a formas econômicas de integração mais justas e igualitárias entre os países não afetaram o poder que a economia de mercado continua tendo sobre determinados ramos da economia.

A chamada Revolução Bolivariana ou o *processo bolivariano* impulsionou e teve grande influência na formulação e organização da ALBA. O nome “bolivariano” vem de Simon Bolívar, libertador nacionalista do século XIX que tornou independentes diversas regiões da América Latina do domínio colonial espanhol, que iam desde as Guianas, passavam pelas regiões dos países que hoje são Venezuela, Colômbia, Panamá, Equador, Peru e Bolívia. Seu projeto de independência idealizava uma grande pátria americana unida independente do domínio europeu, daí a perspectiva da ALBA hoje em integrar os povos e países destas respectivas regiões. Em sua época, realizava oposição à política internacional dos EUA de uma “América para os americanos”, que pretendia fazer os EUA ocuparem o lugar da Europa no neocolonialismo e no imperialismo sobre a América Latina¹⁷.

¹⁷ www.alianzabolivariana.org.

Os grupos políticos contemporâneos deste país que reivindicam a memória de Simon Bolívar atualmente intervêm politicamente contra o imperialismo, o neocolonialismo e o neoliberalismo a partir da defesa da soberania nacional e das causas sociais. Estes grupos também possuíam integrantes do ideário marxista (entre eles Hugo Chávez Frias) que, a partir de determinado momento do governo Bolivariano existente desde 1999, passaram a defender o socialismo como o fazem até hoje, sendo diferente, portanto, do projeto de integração de Simon Bolívar do século XIX. Em 2002, a direita venezuelana, apoiada pelos grandes meios de comunicação privados, deu um golpe de Estado no governo Chávez que voltou ao poder em dois dias, apoiado por intensa mobilização popular, social e política. A partir de então, Chávez radicalizou a política do governo para a esquerda, aproximando ainda mais de Cuba, tornando-se uma voz internacional de oposição aos EUA do Governo Bush e à própria ALCA e iniciando o projeto da ALBA.

A Venezuela passou a ser apoiada por Cuba em diversas políticas públicas sociais, como a Missão Robinson I (de erradicação do analfabetismo), a Missão Robinson II (que visa ao término do Ensino Primário), a Missão Ribas (Ensino Médio e Profissionalizante), a Missão Sucre (inclusão no ensino Superior), a Missão Bairro Adentro (voltada à saúde pública nas periferias urbanas onde se concentram de forma precária e prejudicial à saúde a maioria da população), a Missão Mercal (alimentação), a Missão Vuelvan Caras (cooperativização), a Missão Milagre (saúde) e muitas outras políticas sociais, econômicas e culturais. Durante a Missão Robinson I (de 2003 a 2005) é que surgiu a proposta da ALBA, em 2004. A partir de 2004, outros governos passaram a assinar acordos bilaterais com o bloco, e as políticas da ALBA nestes países seguem modelos similares às políticas executadas na Venezuela pelos governos cubano e venezuelano. Na Cúpula das Américas, em Quebec 2001, o Presidente Hugo Chávez propôs, pela primeira vez, impulsionar a comunidade latino-americana de países e povos na construção de um futuro sustentável, em que prevaleçam os princípios de cooperação, complementaridade e solidariedade. No quadro publicado em 2009 pela ALBA, constam os países que atualmente a compõem com suas respectivas características:

Tabela 1

País	Superfície/km ²	Población
Venezuela	916.445	27.000.000
Cuba	110.860	11.400.000
Bolívia	1.098.545	9.630.000
Nicaragua	129.494	5.470.000
Mancomunidad de Dominica	754	70.000
Honduras	122.702	7.326.000
San Vicente y las Granadinas	389	117.500
Ecuador	256.370	14.233.000
Antigua y Barbuda	443	68.700
Total	2.636.002	75.315.200

Fonte: Anexo A – “¿Qué es el ALBA - TCP?”.

Entre suas principais iniciativas, estão as alternativas comerciais, o Tratado de Comércio dos Povos /TCP com objetivos de reduzir a pobreza, preservar as comunidades indígenas e o respeito à natureza, propor alternativas de saúde com a Missão Milagre em âmbito internacional na América Latina e alternativa comunicacional com a TELESUR, uma rede de televisão internacional que cria uma alternativa aos monopólios internacionais dos meios de comunicação privados colocado no ar desde julho de 2005, a alternativa financeira com o Banco da ALBA, inaugurado em 2008 por Venezuela, Cuba, Bolívia e Nicarágua (sediado em Caracas, Venezuela), um sistema financeiro dirigido a atender às necessidades dos setores produtivos latino-americanos, a alternativa energética com a PETROSUR, impulsionando acordos para ministrar petróleo em condições solidárias para regiões menos desenvolvidas, assim como investimentos em energias limpas como o etanol e água ou energias sustentáveis como a energia eólica e a solar, etc.

Abaixo estão sistematizadas, conforme documento da ALBA publicado em 2009, suas principais iniciativas em que se destaca a educação:

Tabela 2

AREAS	PROYECTOS GRANNACIONALES
Finanzas	Banco del ALBA
Educación	Alfabetización y postalfabetización.
Infraestructura	Desarrollo de la infraestructura portuaria, ferroviaria y aeroportuaria
Ciencia y tecnología	Centro de ciencia y tecnología
Alimentación	Empresa productos agroalimentarios y empresa alimentos
Energía	Empresa de energía eléctrica, petróleo y gas
Ambiente	Empresa para el manejo de bosques, producción y comercialización de productos de la industria de la madera
	Agua y saneamiento
Salud	Empresa distribución y comercialización de productos farmacéuticos
	Centro regulatorio del registro sanitario
Minería	Empresa de cemento
Comercio Justo	Empresa importadora exportadora
	Tiendas del Alba
Turismo	Universidad del turismo
Industria	Turismo social
	Complejos productivos
Cultura	Fondo cultural Alba
Telecomunicacion	Empresa de Telecomunicaciones

Fonte: Anexo A – “¿Qué es el ALBA - TCP?”.

Fernando Ramón Bossi, Secretário da Organização do Congresso Bolivariano dos Povos, em sua intervenção no Fórum da III Cimeira dos Povos, no ano de 2005 em Mar del Plata – Argentina –, colocou dez características para construir-se uma ALBA a partir dos povos, que seriam:

- 1) A ALBA é um projeto histórico;
- 2) A ALBA é uma criação heroica;
- 3) A ALBA sustenta-se nas potencialidades da América Latina e do Caribe;
- 4) A ALBA apoia-se em valores anticapitalistas;
- 5) A ALBA é uma construção popular;
- 6) A ALBA é um capítulo do processo revolucionário mundial;
- 7) A ALBA é uma forma de integração que não parte do mercantil;
- 8) A ALBA é uma ferramenta política;
- 9) A ALBA é o programa da revolução latino-americana caribenha;
- 10) A ALBA é um salto estratégico para uma nova etapa. (Anexo B – Fernando Ramón Bossi, 2005).

Em documento do bloco, a ALBA seria:

en tanto que alianza política estratégica tiene el propósito histórico fundamental de unir las capacidades y fortalezas de los países que la integran, en la perspectiva de producir las transformaciones estructurales y el sistema de relaciones necesarias para alcanzar el desarrollo integral requerido para la continuidad de nuestra existencia como naciones soberanas y justas". (Anexo B – Fernando Ramón Bossi, 2005).

A palavra *Alba*, em espanhol, significa “amanhecer”, “alvorecer” e, segundo o pesquisador Alberto Sosa, a ALBA é

una propuesta de integración diferente. Mientras el ALCA responde a los intereses del capital transnacional y persigue la liberalización absoluta del comercio de bienes, de servicios y de las inversiones, el ALBA pone el énfasis en la lucha contra la pobreza y la exclusión social. (SOSA, Alberto. ALBA VS. ALCA, 2007, p.241).

A prioridade é identificar interesses comuns que possibilitem apresentar posições coletivas e realizar alianças estratégicas nas negociações com os países do Primeiro Mundo. Com o fim de compensar as assimetrias e diferenças existentes entre os países da América Latina e da América do Sul, fundamenta-se na criação de mecanismos de cooperação entre as nações. Segundo este autor, a ALBA

se opone a la llamada Reforma Del Estado que llevó a procesos de desregulación, privatización y extranjerización de las capacidades de gestión pública. En este sentido, propicia su fortalecimiento con base en la participación del/a ciudadano/a en los asuntos públicos. Asimismo, impulsa la profundización de la integración latinoamericana a través de una agenda económica, definida por los Estados soberanos fuera de la influencia de los organismos internacionales (SOSA, Alberto. ALBA VS. ALCA, 2007, p.244-5).

Em texto publicado sobre a ALBA chamado “*EL ALBA: La Gran Batalla contra el Capitalismo donde cada día estaremos más unidos*”¹⁸, o presidente Hugo Chávez junto ao vicepresidente do Conselho de Estado de Cuba, Carlos Laje, colocam que a ALCA era a integração dos mercados, e a ALBA é a integração dos povos. A ALCA sustentaria os valores do capitalismo como o enriquecimento a todo custo, o individualismo e o egoísmo, de forma crítica as teses neoliberais do mercado. Neste encontro que ocorreu na Venezuela em 2007, estes representantes de Venezuela e

¹⁸ www.minci.gob.ve.

Cuba firmaram acordos nas áreas de infraestrutura, transporte, seguros, indústria, petróleo, turismo, agricultura e telecomunicações a partir de empresas públicas mistas cubano-venezuelanas, caracterizando elas no contexto de limite as transnacionais privadas.

Para Paul Kellog, que escreveu o texto “A Alternativa Bolivariana para as Américas: Alvorada de uma alternativa ao neoliberalismo?”, a ALBA possui uma característica reformista se for implementada a partir do Estado ou popular se proporcionar relações entre os trabalhadores dos países do bloco, o que não é consenso entre outros autores já apresentados. Ele coloca que a integração econômica proposta por Chávez como alternativa ao Consenso de Washington apenas substitui o neoliberalismo pela iniciativa econômica do Estado, associado a melhorias sociais para a população, mas ainda muito aquém do proclamado “Socialismo do Século XXI” pelo próprio governo venezuelano. Quando afirmam que a ALBA será uma iniciativa “a partir de baixo”, a partir dos povos, Paul Kellog questiona se esta relação econômica será entre os próprios trabalhadores dos países que compõem a ALBA e autogestionando esta economia e não apenas relações entre os governos dos diferentes países¹⁹.

Durante o período de pesquisa na Bolívia, numa Cumbre (evento que os países da ALBA realizam) de 2009, em Cochabamba, foi possível presenciar o acontecimento de fóruns sociais de trabalhadores e de produtores dos países que compõem a ALBA, participando das negociações durante as reuniões de cúpulas. Os movimentos sociais também possuem um grande papel, mas, ao mesmo tempo, fica clara a relação ainda desproporcional de poder e de integração que os governos dos países que compõem a ALBA possuem em relação aos movimentos sociais.

No mês de julho de 2005, a ALBA realizou seu pedido de participação na OEA. No ano de 2006, em março, quando a Bolívia estava prestes a assinar sua entrada no bloco (o governo boliviano já havia assinado acordos em áreas sociais como na educação e na saúde), a OEA enviou a seus países membros um relatório sobre a Organização da Sociedade Civil – OSC – para apreciação. Em seu texto consta que “As atividades da ALBA concentram-se na promoção de espaços de diálogo e na

¹⁹ Documento apresentado à reunião anual de 2006 da Canadian Political Science Association York University, Toronto, 2006, www.cpsa-acsp.ca/papers-2006/Kellogg.pdf.

implementação de programas e projetos de integração socioeconômica”²⁰; verifica-se a participação de empresas do setor privado no documento abaixo:

A ALBA trabalha com organizações comunitárias, associações civis, instituições educativas, movimentos sociais, partidos políticos, foros, agências governamentais e comunidades, entre outros. A ALBA tem participado em encontros sobre economia social, educação, movimentos sociais, parlamentares, assuntos indígenas e rurais, de pequenos e médios empresários e sobre direitos humanos (OEA, 2006).

Continuando no mesmo documento, pode se ler que

A ALBA tem trabalhado conjuntamente com os setores público e privado e tem desenvolvido alianças com o Parlamento Latino-Americano e o Parlamento Andino, o Ministério das Relações Exteriores da Venezuela e com *Empresarios por Venezuela* (OEA, 2006).

Houve a iniciativa de organizar uma instância de ligação com os movimentos sociais dos países participantes da ALBA e de movimentos sociais internacionais, como a Via Campesina. Foi organizado um Conselho de Movimentos Sociais que se reúne conforme uma agenda própria e conforme as Cúpulas e as Cumbres. José Miguel Hernández, funcionário do departamento de Relações Internacionais da Central de Trabalhadores de Cuba, coloca que

A partir de la idea del presidente Chávez, el Consejo de Ministros del ALBA-TCP, en su reunión efectuada en la Habana en Septiembre de 2007, acordó proponer al Consejo de Presidentes que el núcleo inicial del CMS estuviese formado por Consejos Nacionales criados a tal efecto en los países miembros[...] (HERNÁNDEZ, 2008, p.163).

El CMS ocupa en la estructura del ALBA-TCP un lugar jerárquico equivalente al del Consejo de Ministros, ambos subordinados al Consejo de Presidentes (HERNÁNDEZ, 2008, p. 163).

Con el CMS del ALBA-TCP nace un nuevo escenario de actuación para los movimientos sociales, que no solo cumple la importante función de servir de canal con los gobiernos, sino que posibilita y potencia su participación directa en el diseño y ejecución de la colaboración, lo cual constituye, como ya hemos dicho, una innovación política en la historia de América Latina y el Caribe. El reto es hacer de ese espacio un instrumento efectivo de ampliación de la voluntad integradora de los gobiernos miembros y demostrar la capacidad de los pueblos para trabajar en beneficio propio (HERNÁNDEZ, 2008, p. 164).

²⁰ Documento sobre pedido de participação em conformidade com o artigo das diretrizes para a participação das organizações da sociedade civil nas atividades da OEA, CP/RES. 759 (1217/99), 2006, OEA.

A proposição de blocos econômicos que regulem a economia de forma mais moderada, sem grandes riscos, com maior acumulação para regiões menos beneficiadas, etc, tem sido apresentada inclusive pela ALBA e pela UNASUL, sendo uma delas o Banco do Sul. Algumas das bandeiras de integração que a ALBA discutiu desde 2005 foram sendo apresentadas e discutidas na UNASUL desde 2007. Vários países sul-americanos propuseram em 2007 a iniciativa de concretizar a UNASUL. A ALBA também propôs a criação da moeda “Sucre”, uma moeda regional que faz coro à não dependência monetária e financeira e, indiretamente, econômica e produtiva do sistema controlado pelos grandes investidores e elites financeiras dos países mais ricos.

1.3.1 Educação na ALBA

As principais políticas da ALBA na área da Educação são as campanhas de erradicação do analfabetismo na Venezuela em 2005, na Bolívia em 2008 e na Nicarágua em 2009 a exemplo educacional e político da histórica campanha de erradicação do Analfabetismo em Cuba entre 1959 e 1961 e, por esta campanha cubana, são inspiradas política e educacionalmente as atuais campanhas de erradicação do analfabetismo da ALBA no século XXI. Durante a criação da ALBA como bloco, está acontecendo uma Campanha de Erradicação do Analfabetismo na Venezuela através de uma política intitulada “Missión Robinson I”. Ela foi realizada em parceria com Cuba que apoia com suporte material e pedagógico e com profissionais da educação na organização da campanha. Em 2005, a Venezuela foi considerada pela UNESCO País Livre de Analfabetismo, assim como Cuba em 1961.

As políticas educacionais dos países do bloco ALBA seguem, cada um de sua forma, o processo realizado por Cuba desde a erradicação do analfabetismo em 1961. Após levar a taxa de analfabetismo a menos de 4 % em que, segundo a UNESCO, o território é considerado livre de analfabetismo, as políticas apontam para a continuidade da alfabetização e do ensino primário em todas as experiências nacionais da ALBA mesmo que com diferentes particularidades, a partir de outras interações, relacionando-se com diferentes complexos sociais, culturais, políticos, etc., em cada uma das experiências destas políticas públicas.

Na Venezuela chama-se Missão Robinson II, e quem finaliza o curso, o título fornecido é o de “patriota”. Esta política foi adotada para quem superou a Missão Robinson I de alfabetização e terminou seu curso primário. Na Venezuela já coexistem tais políticas também para o ensino secundário, a Missão Ribas, também possuindo caráter técnico, assim como a Missão Sucre para o Ensino Superior, com especificidades diferenciadas como o Ensino Superior Rural, Aldeias Universitárias, etc. Tais políticas venezuelanas, inspiradas e apoiadas pelo governo cubano, formam um tipo de “experiência inicial” do que são e podem ser as políticas desenvolvidas pela ALBA, sem, *a priori*, tornar-se obrigatoriamente um exemplo a ser seguido de forma reta, unilinear, sem considerar as características peculiares de cada espaço onde tais políticas possam ser aplicadas.

A Nicarágua foi declarada território livre de analfabetismo após a Bolívia, em agosto de 2009; esse país já passou por experiências deste tipo durante os anos oitenta com as Cruzadas Nacionais de Alfabetização que, na época, conseguiram reduzir consideravelmente o analfabetismo, mas a guerra civil dos Contras gerou problemas sociais graves inclusive na área da educação, e esta conquista social foi perdida durante os anos noventa, só sendo recuperada agora com a volta dos sandinistas ao governo nacional em 2006 e a entrada deste país no bloco ALBA. Na Bolívia, país considerado o terceiro território livre de analfabetismo da América, após Cuba e Venezuela, iniciou-se a política de pós-alfabetização também com apoio político e pedagógico da ALBA. Na Nicarágua, com o retorno dos sandinistas ao poder pela via eleitoral, formando um governo declaradamente de coalizão em sua plataforma política diferentemente de quando chegaram ao poder pela via armada na Revolução Nicaraguense em 1979, aconteceu, em 2009, a chamada erradicação do analfabetismo na Nicarágua²¹.

O caso boliviano de educação na ALBA é um dos mais emblemáticos do bloco. Um país saído de uma crise sociopolítica, em uma situação econômica muito difícil para a grande maioria da população, elegeu um governo que, desde o primeiro ano de sua gestão, iniciou uma política educacional através do bloco ALBA, conseguindo resultados sociais históricos para o país em pouco tempo. Excluindo Cuba e Venezuela,

²¹ www.alternativabolivariana.org.

a Bolívia é um dos integrantes de maior peso e exemplo no que tange às propostas alternativas à globalização neoliberal. Com certeza, seus processos singulares fornecem matéria para entender a parte importante da educação a partir do bloco.

2 BOLÍVIA: DO NEOLIBERALISMO ÀS ATUAIS LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS

A Bolívia é um dos países mais pobres da América Latina. A exclusão social deste país possui cortes sociais combinados com cortes raciais e étnicos muito evidentes entre ricos e pobres. As etnias indígenas e os mestiços, em sua maioria, foram historicamente excluídos social e culturalmente do movimento de formação societária desde a colonização até desenvolvimento do capitalismo boliviano até o recente período neoliberal. Boa parte da população não fala a língua espanhola, apenas suas línguas originárias e, até o início dos anos cinquenta, não podiam circular em determinados lugares das grandes cidades em uma espécie de *apartheid* sociorracial e socioétnico. Os representantes dos governos nacionais nunca foram indígenas. Desde a colonização espanhola, a escravidão e a servidão indígenas foram muito acentuadas principalmente na mineração de prata e outros metais.

A região da Bolívia era habitada há aproximadamente 21.000 anos. Desde 700 a.C. até 1.200 d.C., desenvolveu-se o império Tihuanaco (formado por aimará, quéchuas e chiquitos). No período do século XIII ao século XVI, esta região foi incorporada ao império Inca. No período da colonização espanhola na América, em 1538, Francisco Pizarro conquistou a região e anexou a região do Rio da Prata. A partir da fixação dos colonos espanhóis, foram fundadas algumas cidades, como Chiquisaca (atual Sucre), Potosí, La Paz e Cochabamba. Com a descoberta da riqueza em Potosí no sul da Bolívia, em 1545, muitos colonos foram para região que se tornou uma das maiores minas de prata do mundo e sua exploração financiou todo o desenvolvimento europeu.

Durante o Século XVII, a cidade de Potosí tinha mais habitantes do que Londres na mesma época devido à extensividade e intensidade do ciclo de exploração dos minérios naquela região. As rebeliões indígenas contra os colonizadores também

tiveram resistências, histórias e heróis. O indígena Tupac Katari e sua companheira Bartolina Sisa foram espartilhados exemplarmente por serem contra a colonização. “Voltaremos e seremos milhões”, teriam dito aos espanhóis antes de morrerem, saindo da vida como originários e rebeldes de uma região, mas que, com o tempo, entraram para a História como heróis nacionais da Bolívia.

A independência da Bolívia aconteceu em 1825 tendo como protagonistas Simon Bolívar, que deu nome ao país, e San Martín, que lutou contra os espanhóis no Chile. Libertadores da América que não conseguiram evitar o processo de neocolonialismo que as próprias elites *criollas* que os apoiaram contra as metrópoles europeias construíssem países aqui no continente americano onde houvesse Liberdade, Igualdade e Fraternidade, ideais que os influenciaram no início do Século XIX. Como o historiador Halperin Donghi nos coloca,

Esse processo é característico da fase histórica da América Latina que se inicia em meados do século passado: chega-se finalmente à instituição, até agora retardada, de um novo pacto colonial, que, como vimos, havia sido para alguns grupos sociais o significado concreto da emancipação da Espanha e de Portugal. Esse novo pacto transforma a América Latina em produtora de matérias-primas para os centros da nova economia industrial e de gêneros alimentícios para os países metropolitanos; além disso, atribui ao continente a função de consumidor de produtos industriais daquelas zonas, o que traz consigo uma transformação, vinculada parcialmente com a estrutura produtiva metropolitana (DONGHI, 1975, p.128).

O processo de independência boliviano não modificou estruturalmente esta sociedade em que a servidão e a superexploração dos trabalhadores foram substituindo a escravidão, devido à atuação das elites *criollas* – compostas no caso da Bolívia por etnias majoritariamente brancas e minoritariamente mestiças – que continuaram a atuar como anteriormente na infraestrutura socioeconômica, mas agora organizando a superestrutura política do país de forma independente da Coroa Espanhola, mas não do neocolonialismo da Espanha, e sim, posteriormente, da Inglaterra e dos Estados Unidos, assim como nos demais países latino-americanos. E as elites locais só se mostravam unidas para lutar contra os escravos, contra o povo e contra a classe que se formava junto ao processo de formação do capitalismo em nosso continente. Para investimentos estrangeiros não estavam unidas, pelo contrário, a disputa pelo capital

produziu desenvolvimentos desiguais entre regiões, elites, classes, cidades, países da América Latina. Conforme Donghi,

A contribuição dos capitais estrangeiros, de qualquer modo, é inferior ao que geralmente se supõe; e isso depende também do baixo rendimento dos investimentos ferroviários durante um longo período. A rede ferroviária assegura um mercado para a indústria metalúrgica e para as exportações de combustíveis do país que investiu capitais; é esse um dos elementos que compensam a modéstia relativa das contribuições de capital estrangeiro. Esses resultados positivos são obtidos inclusive com investimentos garantidos; assim, não é de surpreender que essa tenha sido a fórmula preferida pelos países metropolitanos (DONGHI, 1975, p.134).

As escolhas de investimento não eram realizadas conforme decisões dos povos e de países da região. Se uma região construísse sua primeira estrada de ferro, por exemplo, ela afetaria as relações sociais, políticas e econômicas das formações sociais latino-americanas em prol de determinada elite em particular e, por consequência, em prol dos países governados por essas elites, mesmo estando todos esses países presos dentro da lógica do neocolonialismo contemporâneo.

As oligarquias da mineração e dos latifúndios monocultores continuaram utilizando-se da mão-de-obra indígena de diversas formas de exploração. Sem conseguir completar o sonho de Bolívar de uma América unida politicamente, a Guerra do Pacífico, pelo contrário, dividiu os países sul-americanos. A Bolívia, ao perder a guerra para o Chile, também perdeu sua saída para o mar no Oceano Pacífico e, na região amazônica, perdeu o Acre na Guerra do Acre, como é chamado este conflito na Bolívia. Para o historiador Luiz Roberto Lopez

Na Bolívia, grande derrotada na Guerra do Pacífico, pois perdeu todo o seu litoral para o Chile, ao longo do séc. XIX desenvolveram-se os latifúndios, às custas das comunas indígenas, e a mineração do estanho, na qual foi largamente explorada a mão-de-obra do índio expropriado (LOPEZ, 1998, p.91).

Mesmo entre países vizinhos, com origens etno-históricas semelhantes e que passaram pelo mesmo processo de colonização, o desenvolvimento também foi desigual, acentuado pela lógica neocolonial de continuidade da exploração econômica das metrópoles com o aumento das rivalidades regionais devido à maior autonomia

política após a independência. O capitalismo desenvolveu-se de forma desigual na região boliviana, mesmo estando países vizinhos submetidos universalmente à mesma lógica das relações internacionais do século XIX.

A partir dos anos 1930, o Estado oligárquico na Bolívia já havia passado por inúmeras crises que, posteriormente, culminaram na Revolução de 1952. A exploração do estanho teve grande importância na economia mundial, principalmente a partir do século XX, o que aproximou a Bolívia do mercado internacional. Porém, essas crescentes exportações não refletiam em retorno para o desenvolvimento da economia nacional. A Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929 e a queda internacional dos preços do estanho abalaram profundamente a economia boliviana levando à busca de grandes empréstimos internacionais. Essa depressão econômica mundial teve como consequência uma longa crise política e social que se prolongou durante anos na Bolívia.

A mais visível consequência dessa crise da burguesia boliviana foi a Guerra do Chaco contra o Paraguai entre os anos 1932 e 1935. Os impactos dessa guerra nas relações sociais e políticas do país foram profundos. A ruína da economia e a tensão das relações políticas no plano interno aumentaram as dificuldades do governo. Além de perder a maioria no Congresso, as mobilizações de estudantes cresceram nas ruas. Em primeiro de Julho de 1931, o presidente Daniel Salamanca rompeu relações com o Paraguai, depois de um incidente na fronteira. Alegando ameaças comunistas, tentou aprovar um decreto que lhe daria plenos poderes, mas foi derrotado no congresso. O governo optou por concentrar suas energias nas questões da fronteira no Chaco como forma de desconstituir conflitos internos e de reconquistar autoridade política. No final de Julho do mesmo ano, o governo decidiu investir pesado na Guerra contra o Paraguai.

Segundo Eraldo de Oliveira Andrade,

quando a guerra teve início em julho de 1932, o exército boliviano, composto em sua maioria pelos índios acostumados a viver nas terras frias e de ar escasso dos altiplanos, foi confrontado com uma região inóspita, seca e arenosa, onde a resistência física contaria muito mais que a capacidade militar. E nestas condições, desde cedo os paraguaios habituados àquelas condições superaram em capacidade militar o Exército boliviano. O que os bolivianos pretendiam que fosse uma rápida guerra de conquista, tornou-se um pesadelo.

Milhares de soldados morreram de sede e fome a centenas de quilômetros dos principais centros econômicos do país. Às dificuldades do meio ambiente aliou-se à própria incompetência do corpo de oficiais bolivianos (ANDRADE, 2007, p.31-2).

O governo desenvolveu inúmeras campanhas nacionalistas para sensibilizar a população a apoiar a guerra, mas, em Novembro de 1934, Salamanca foi deposto pelo exército em meio ao desenvolvimento das operações militares. Quem assumiu o governo foi o vice-presidente Tejada Sorzano que se empenhou rapidamente em assinar o acordo de paz em 1935.

A consequência da guerra para Bolívia foi 65 mil soldados mortos, aproximadamente 240 mil quilômetros quadrados de território para o Paraguai e a economia nacional deteriorada. Segundo Andrade (2007), um dos principais motivos da derrota boliviana foi a própria estrutura econômica e social do país. A guerra reafirmou a opressão indígena na Bolívia além dos problemas econômicos ganharem maior proporção, com o enorme crescimento da inflação e a elevação do desemprego nas cidades.

A guerra acelerou a própria crise da burguesia boliviana propiciando uma oposição dos setores sociais atingidos pela crise que se estabeleceu no pós-guerra. Essa burguesia tentou rearticular uma base política para a estrutura estatal. A intensificação do processo revolucionário teve relação com a participação crescente da classe operária na vida política do país. Houve uma consolidação na conscientização revolucionária dos mineiros e em outras proporções para outros grupos populares. Apesar de a burguesia ter aumentado as perseguições e contido as pressões sociais, não conseguiu reagrupar sua base no poder.

Em 1951, ocorreram as eleições que antecederam a Revolução de 1952. Os partidos opositoristas ganharam a adesão das camadas populares, e os partidos MNR, PUCR, PIR e Partido Liberal participaram das eleições. O POR participou das eleições, defendendo o voto nulo como uma crítica ao sistema eleitoral. O MNR teve a maioria dos votos, mas como a maioria dos trabalhadores era analfabeta e não tinha direito a voto, MNR não conseguiu 50% mais um, necessários para assumir a presidência. Com essa justificativa, o governo foi entregue a uma Junta Militar liderada

pelo General Bolliván. Posteriormente, o MNR articulou a tomada do poder através de uma recomposição política que podia incluir acordos com membros da Junta Militar.

Existia uma grande diferença entre a intenção reformista do MNR e a expectativa dos setores populares. Em 1952, o MNR estabeleceu-se no governo e o golpe militar transformou-se em revolução, não pelos dirigentes do MRN, mas pela disposição das massas populares em lutar contra o regime oligárquico.

O movimento revolucionário da população criou dinâmica própria. As ruas foram tomadas transparecendo um caráter cada vez mais social; as massas lá estavam, e a maioria do exército se recusava a combater a revolução. A formação do primeiro gabinete provisório do governo refletiu as grandes tensões e as diferentes concepções políticas internas das forças que tomaram o poder. Para Andrade,

A revolução boliviana sob o governo do MNR não se propunha, portanto, a criar uma nova legitimidade e novos valores, ou romper com o passado. (...) É particularmente notável a ausência de qualquer menção a uma nova constituição, a uma Assembleia Constituinte como marco soberano de reordenamento institucional do país (ANDRADE, 2007, p. 86).

O historiador Luiz Roberto Lopez coloca que os caminhos estavam tão contraditórios que os agentes históricos, naquele momento, não viabilizavam o poder nacional, estatal e social: “Ao mesmo tempo, que a fragilidade da burguesia nacional inviabilizava um projeto capitalista autônomo, também não existia a opção por um programa socialista alternativo” (LOPEZ, 1998, p. 131). Portanto, as relações governamentais que passaram a se estabelecer entre o Estado e a sociedade não foram além do capitalismo dependente, não superaram as contradições daquele momento histórico, diferentemente de Cuba da década de cinquenta, como Lopez coloca:

No setor de estanho, por exemplo, desapropriou as minas, mas pagou imensa indenização aos proprietários (o que Fidel Castro não fez, no caso das usinas de açúcar em Cuba) e ainda continuou mandando o produto para Liverpool. Além disso, o governo só nacionalizou as minas mais antigas, em vias de esgotamento. Quanto à reforma agrária, esteve longe de ser completa. Os aumentos salariais, por outro lado, ampliaram o mercado de consumo, sem haver uma produção industrial capaz de atendê-lo, o que inflacionou os preços. Finalmente, a queda do preço do estanho no comércio externo agravou irremediavelmente a dívida nacional (LOPEZ, 1998, p. 130).

Seguindo o mesmo modelo político após a revolução, o governo de Siles Zuazaro, em 1956, tentando superar a crise econômica, levou à incorporação de um plano de estabilização, com orientação norte-americana, que incluía um crescimento da indústria em torno da exploração mineira e da orientação das empresas estatais para o enriquecimento particular de setores da burguesia. A presença imperialista podia ser percebida pela reorientação das Forças Armadas orientadas pela Doutrina de Segurança Nacional, além do aparecimento da Companhia de Inteligência Americana (CIA), na tentativa de paralisar líderes operários do MNR.

Em 1964, Barrientos deu um golpe de Estado e restabeleceu a ditadura na Bolívia. Seguindo a orientação imperialista, a ditadura visava, entre outros fundamentos, destruir o movimento operário e inserir a burguesia nos setores estratégicos da economia. Com a prisão e morte de Che Guevara na Bolívia, Barrientos ganhou prestígio com o governo norte-americano, consolidou seus interesses com a entrega dos recursos naturais ao capital estrangeiro e reprimiu fortemente a população.

A ditadura militar na Bolívia não destruiu a herança revolucionária de 1952. Essa referência foi mantida através da Central Obreira Boliviana/ COB e das organizações políticas de esquerda nacionalistas nos anos após 1971. Depois da violenta repressão da ditadura contra as organizações operárias, nasceram novos movimentos de origem indigenista. A Corrente Sindical Camponesa desenvolveu uma resistência incorporada na realidade indígena, cuja luta teve maior expressão com o manifesto Tiahuanacu, em 1973, que denunciava a exploração econômica e a opressão dos indígenas.

Outro grupo de resistência foi a Federação Departamental de La Paz, reconstituída em 1975 como Federação Camponesa Tupac Katari; ficaram conhecidos como “os kataristas” e, durante a ditadura, tiveram o apoio da Igreja Católica e foram os primeiros a fazer oposição eficaz ao regime militar. Realizaram o primeiro congresso e um ano depois foi criada uma nova Confederação Camponesa no interior da COB.

O sindicalismo katarista não aceitou inicialmente uma aliança entre operários e camponeses. Os kataristas romperam com a tradição do sindicalismo camponês oficial representado pelo MNR. No processo de mobilização do final dos anos 60, os sindicatos voltaram a ter força num período de profunda instabilidade política. Até 1982,

a Bolívia passou por nove processos eleitorais. Apenas a COB e as Forças Armadas restaram como grupos capazes de articular setores mais amplos.

Em junho de 1980, ocorreram novas eleições com a vitória de Herman Siles e Zamora. No entanto, em julho, o General Garcia Meza realizou um golpe. O grupo que tomou o poder nesse momento pretendia instaurar um regime militar orgânico que destruísse a COB e sua base, assim como rejeitava a democracia constitucional. Foi um período de crise econômica e isolamento no âmbito internacional. Os militares chocaram-se com os movimentos sociais, e o país mergulhou no endividamento, enquanto a COB mobilizava a população com protestos nas ruas, o que acabou enfraquecendo o governo.

2.1 DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL BOLIVIANO ÀS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

A Bolívia mantém sua estrutura pós-colonial com as contradições que o neocolonialismo colocou em relação ao mundo do trabalho. Perdeu partes relevantes de seus territórios nacionais nas fronteiras com o Peru e o Chile, com o Brasil e com o Paraguai, respectivamente nas guerras do Pacífico, do Acre e do Chaco, sendo que todos eles sempre resultaram em derrotas militares. Os governos da elite *criolla* foram se desgastando politicamente em meio ao arrocho socioeconômico, à discriminação sociorracial, às derrotas militares do país e aos operários mineiros e camponeses, categorias compostas quase totalmente por indígenas e seus descendentes. Todavia, mobilizam-se junto a outras parcelas da população, resultando na Revolução Boliviana de 1952. Formou-se um governo de cunho popular e nacionalista com iniciativas de reforma agrária, melhorias salariais, fim do “apartheid” informal, destruição das forças do exército nacional instituído até então. Em seguida, vieram os acordos com a burguesia nacional e a reforma propositiva/modernizante do capitalismo boliviano.

A Guerra Fria não permitiria que avanços progressistas deste tipo pudessem continuar e impôs uma ditadura que, no caso boliviano, conseguiu colocar-se também como legado de parte das reivindicações mais conservadoras da própria Revolução de 1952. As ditaduras de Segurança Nacional apoiadas pelos EUA na América Latina

fizeram parte do contexto histórico boliviano e influenciam sua política social até hoje. Uma das grandes vitórias desse governo foi a própria busca e captura de Che Guevara no território nacional boliviano, uma das poucas vitórias militares da história das forças armadas bolivianas. As redemocratizações conservadoras fizeram parte da história da Bolívia, assim como de muitos países da América Latina. O neoliberalismo privatizante, endividador das economias nacionais com o capital estrangeiro e de ajuste fiscal explorador dos recursos naturais bolivianos, iniciou-se no final da década de oitenta e aprofundou-se pela década de noventa até os primeiros anos do século XXI.

Segundo Samir Amin (2004), que se refere à teoria de Lênin sobre o laço mais fraco do imperialismo internacional, países pobres da África e da Ásia foram protagonistas de revoluções nacionalistas e apontavam para o terceiro mundo ou mesmo para o socialismo por serem o que Lênin chamou a Rússia, ao final do Século XIX e início do Século XX, o elo mais fraco do imperialismo, tornando possível uma reorganização do poder político e social no país devido às contradições cada vez mais insustentáveis entre exploradores estrangeiros e explorados da região. A Bolívia, quando já empobrecida pelo modelo econômico internacional durante a Guerra Fria, foi jogada às políticas neoliberais com a privatização inclusive da água, item de sobrevivência humana necessário a qualquer povo e mais ainda na Bolívia onde este problema ambiental é mais latente que em outros países há décadas.

Nas eleições de 1985, o líder do MNR tornou-se presidente pela quarta vez, com seu núcleo conservador alinhado com o sistema neoliberal. Já a classe operária estava organizada na mineração nacionalizada e havia vários grupos em volta da COB. Em agosto de 1986, foi baixado o decreto 21060, nova política econômica do MNR, um plano de ajuste estrutural apoiado pelo FMI, que ocasionou recessão econômica e um alto desemprego. Essa medida foi uma declaração de guerra à classe operária, e a COB convocou greve geral, paralisando o país; os mineiros realizaram uma marcha em La Paz, porém a repressão, os líderes dos movimentos presos e a situação econômica difícil ocasionaram dispersão; muita gente migrou para zona rural e os movimentos operários cederam lugar a movimentos de caráter camponês ou indigenista. As privatizações avançaram muito com a derrota da COB naquele momento.

Concomitantemente à crise do movimento operário, consolidam-se na Bolívia partidos moderados com vínculos com setores da burguesia. Era uma aparente democracia moderna. A Condepa (Consciência de Pátria) e a UCS (Unidade Cívica Solidária) surgem no centro político agrupado ideologicamente com o MNR, MIR e ADN.

No período pós 1985, o movimento dos plantadores de coca ganhou visibilidade e incorporou algumas experiências políticas dos sindicalistas mineiros e do movimento katarista. A partir dos anos 90, esse movimento seguiu desempenhando um importante papel, assim como a COB. O conflito junto aos plantadores de coca ganhou uma proporção política importante, deixando de ser um embate apenas econômico. Inicialmente a reivindicação era de livre cultivo ou defesa da folha, mas os plantadores articularam-se com setores da sociedade que estavam mobilizados.

De 1987 a 1990 foi desenvolvida a campanha “Hoja de coca, 500 años de resistencia”, com objetivos de dialogar com a opinião pública. Assim, o movimento cocaleiro amadureceu um discurso contra o neoliberalismo. Em 1991, os cocaleiros organizaram “Marcha de la Dignidad y de la Soberanía”. Dois anos depois criaram “Asemblea para la Soberanía de los Pueblos”, articulado com a Izquierda Unida (IU). Paralelo a isso, cresceram as privatizações, o favorecimento de empresas multinacionais no país, foram promulgadas leis referentes ao gás que desrespeitavam os princípios constitucionais da Bolívia cujos recursos naturais são propriedades inalienáveis do Estado.

Ao final da década de noventa, a Bolívia era um dos países mais pobres da América Latina, assim com a Argentina com a população empobrecida e a economia quase em colapso. O gráfico abaixo demonstra como o Banco Mundial conseguia ver “crescimento” ou “desenvolvimento” com a economia do país decrescendo em nome do lucro da financeirização.

Tabela 3

Bolivia: Estructura y tasa de crecimiento en la economía (1984-2003)

	4	198	4	199	2003
Crecimiento		-2,0		3,0	2,8
PIB (millones US\$)		2,7		6,0	8,1
Sectores (em %)					
Agricultura		22,8	1	17,	14,4
Industria		33,3	6	31,	29,1
Servicios		43,9	3	51,	56,6

Fuente: Banco Mundial, 2005.

Apesar da eleição do ex-ditador Hugo Banzer, a resistência popular continuou com a vitoriosa “Guerra da Água” em 2000 e a “Guerra do Gás” em 2003, movimentos que mobilizaram milhões de pessoas e resgataram a lembrança das insurreições populares. Essas manifestações mostraram a fragilidade estatal. O presidente foi forçado a renunciar, e Carlos Mesa assumiu o governo. Em 2005, a COB organizou a primeira Cúpula Nacional Operária e Popular com o objetivo de reafirmar as reivindicações recentes dos movimentos sociais. Nesse mesmo contexto, ocorreu a eleição de Evo Morales visto como uma aposta para as massas populares bolivianas. Para o autor Andrade,

A Guerra do Gás avivou a memória das insurreições populares, das quais a classe operária constituiu o principal núcleo desde 1952. Mais uma vez a situação permitiu reagrupar essas forças às políticas e sociais tradicionalmente ligadas aos grandes proprietários e aos grandes capitais e aos capitais externos. A COB, até então dirigida pelos partidos ligados ao governo Goni, realiza um novo congresso em agosto de 2003, quando uma nova direção de oposição, liderada pelo mineiro Jaime Solares, é eleita. O MAS privilegia a via eleitoral e aposta nas negociações com os partidos governistas (ANDRADE, 2007, p.176).

La Paz foi sitiada e as reivindicações uniram os movimentos em torno do que tinha sido conhecida, desde a Guerra do Gás em 2003, como a “Agenda de Outubro”. As reivindicações pautavam a nacionalização do gás, dos hidrocarburetos e de outras matérias-primas, pensaram uma reforma agrária e melhores condições para os trabalhadores do campo e sem-terra, assim como o desenvolvimento das fontes mínimas de sobrevivência (afetadas pelos ajustes e privatizações das políticas neoliberais) e uma Constituinte.

2.2 LUTAS SOCIOPOLÍTICAS E O GOVERNO EVO MORALES

Em 2000, houve uma grande revolta popular na Bolívia que ficou conhecida como a “Guerra da Água”. A privatização da água por uma empresa estrangeira, situação drástica em um país de clima não favorável a grandes quantidades de água potável, teve que ser revertida pelo governo devido às manifestações dos indígenas e das empobrecidas periferias urbanas.

Em outubro de 2003, houve uma revolta dos mineiros e da população em geral contra o extrativismo privado do gás natural, revoltas sindicais, operárias, indígenas e populares que ficaram conhecidas como a “Guerra do Gás”. Após anos de crises governamentais, instabilidade política e lutas sociais e corrupção, ficou claro o desgaste político do final do último governo de direita, antes da vitória eleitoral de 2005 do principal partido de oposição, o MAS-ISPS, Movimiento al Socialismo – Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos – com o líder cocaleiro Evo Morales Ayma, ocupando a presidência da república. Pela primeira vez na história da Bolívia, um político de origem indígena (Aymará) foi eleito presidente de um país cuja maioria é indígena²².

As reivindicações básicas estavam muito próximas da Agenda de Outubro de 2003. Mas o Movimento al Socialismo – Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos, MAS-IPSP, havia apresentado e se comprometido com a chamada Agenda de Janeiro de 2005, basicamente com as mesmas políticas, só que mais moderadas. Após o primeiro mandato, o governo Evo Morales afirmou estar cumprindo com a Agenda de

²² Ver ANDRADE, (2007).

Outubro, mas setores políticos e sociais mais críticos a ele defendiam que não. Houve uma intervenção nas plantas do gás que, mesmo com tarifas mais altas acordadas com governantes dos países das respectivas multinacionais, não teriam se revertido para empresas bolivianas, e a Constituição aprovada não teria contemplado todos os interesses que o movimento operário, os trabalhadores e os sindicatos desejavam, pois o viés indigenista foi o que prevaleceu mais do que o viés de classe. Onde podemos também encontrar através da expressão de grupos sócio-políticos de oposição de esquerda ao Governo Evo Morales e ao MAS-IPSP²³. Grupos que possuem mesclas entre o viés classista e indigenista, predominando politicamente uma expressão crítica de classe.

Particularidade mediada com as políticas educacionais do governo que também sofreram esta influência predominantemente do caráter indigenista. Neste sentido, o governo continuou similar às Constituições das democracias burguesas, principalmente porque manteve o direito à propriedade privada. Como a parte constrói o todo, o indigenismo do MAS-IPSP do movimento cocaleiro, da própria história da Bolívia e a singularidade dos grupos políticos que assumiram o poder relacionam-se, nesse sentido, para a forma de governar as políticas do Estado, constituindo-se formas políticas particulares. A área da educação foi privilegiada; o indigenismo possui características e diálogo pertinentes e propositivos às reivindicações culturais, à memória histórica do povo, à própria cultura oral, etc. Afinal, quem serão os bolivianos, se não são mais colonizados pelas culturas ocidentais do cristianismo anglo-saxão, latino e ibérico? A área da educação é uma das que o processo de *cambio* boliviano está utilizando para dar respostas a partir das políticas do governo Evo como se verá mais adiante.

O presidente da república, ao tomar posse, realizou cerimônias religiosas indígenas. Evo Morales é comparado ao histórico, heroico e mitológico líder da resistência indígena da Bolívia, Tupac Katari, que liderou rebeliões importantes contra a Colonização Espanhola. O slogan governamental é “Revolución Democrática y Cultural” que, na Bolívia, atualmente, é chamado de *proceso de cambio* ou *el cambio*. Este processo político é tido pelos estudiosos Pablo Stefanoni e Hervé Do Alto como “uma

²³ www.pulsobolivia.com e www.litci.org.

oportunidade para a esquerda indígena”. “Se acabó el saqueo de Bolivia!” e “Si no avanzó lo suficiente, empújenme” são discursos oficiais e políticos do governo.

Como o povo boliviano nunca tinha experienciado antes, seu primeiro ano de governo foi marcado pela nacionalização da exploração de combustíveis fósseis. Os movimentos operários, populares e indígenas reivindicavam inclusive a cooperativização deste ramo da economia. Foi combatida a corrupção apesar de ela ainda ser também uma característica deste governo. O país, junto com o Equador, foi um dos que melhor regulou sua economia durante a última crise econômica de 2008-2009, mantendo umas das maiores taxas de crescimento do pós-crise. O governo ganhou o plebiscito revogatório da lei que impedia a reeleição ao mesmo tempo em que sofreu com movimentos separatistas das províncias de latifundiários do oriente boliviano e de seus opositores políticos locais. Aproximou-se diplomaticamente de Cuba e da Venezuela, desde sua entrada para a ALBA, e continuou as relações com o Mercosul e a Comunidade Andina/ CAN, ou seja, a Bolívia não parte desde o Governo Evo Morales da ALBA, possuindo forma particulares de relação internacional regional.

Segundo os autores Pablo Stefanoni e Hervé Do Alto, podem-se caracterizar os seguintes elementos para entender as oportunidades políticas que levaram o MAS-IPSP e Evo Morales ao poder nas eleições de 2005:

a) La reinención de una narrativa de corte étnico que retoma las tesis del colonialismo interno... ; b) el creciente sometimiento del Estado boliviano a los dictados de la embajada estadounidense – especialmente en la cuentión de la erradicación de la coca – que creó unclima antiimperialista que recorrió transversalmente a diferentes sectores de la sociedad; c) el rechazo a los partidos políticos tradicionales, común a otras naciones del continente, especialmente en la región andina; d) la pérdida de capacidad articuladora del MNR entre los diferentes grupos sociales; e) el espacio “vacío” dejado por la profunda crisis de experiencias neopopulistas... ; f) los resultados político-sociales del Plan Dignidad, que aumentó la violencia del conflicto cocalero y golpeó duramente a la economía del Chapare, con un efecto multiplicador negativo sobre toda la región cochabambina; g) la Ley de Participación Popular y la introducción de las diputaciones uninominales... ...que le permitió al movimiento campesino acceder a varios gobiernos municipales... ; h) ...la irrupción democratizadora de los movimientos sociales... la “guerra del agua” en Cochabamba, en abril y septiembre del mismo año; (STEFANONI; DO ALTO, 2006, p.75-6).

Tais movimentos sociopolíticos se combinaram com as contradições econômicas que a Bolívia vivia e sintetizaram, em um novo processo político, que seus agentes

sócio-históricos souberam liderar e direcionar para que o MAS aproveitasse tais oportunidades para atingir o Estado. O fenômeno político-eleitoral que o MAS apresentou à Bolívia ao final da década de noventa e o início desta década foi uma síntese entre crise do capitalismo boliviano e crise governamental na relação com os movimentos sociais e políticos de oposição ao regime. O primeiro indígena a chegar à presidência da república e o primeiro partido de esquerda a vencer as eleições nacionais possuem seu simbolismo político característico, assim como criam suas expectativas amistosas ou não.

A perspectiva estadunidense era de que Evo Morales não deveria ser eleito. Para tanto, havia o interesse de enquadrá-lo na política de combate às drogas, disfarçada de perseguição política e social que os EUA já utilizavam por toda a América Latina e por todo o mundo, utilizando-se principalmente a origem cocaleira de Evo Morales, vindo do movimento indígena campesino plantador de coca, uma erva original e cultural não só dos Aymará, etnia de Evo Morales, mas de outros povos e etnias da América do Sul. Antes de Evo Morales ter sido eleito, o embaixador do EUA colocava que

el embajador estadounidense en La Paz, Manuel Rocha , manifestó en voz alta su preocupación ante la candidatura del líder del MAS para las elecciones de junio de ese año. “Una Bolivia dirigida por gente que se ha beneficiado del narcotráfico no puede esperar que los mercados de Estados Unidos se mantengan abiertos para las exportaciones textiles”, amenazó (NATANSON, 2008, p.78).

Mesmo já indicando seus pactos com a burguesia, mesmo já apontando um candidato à vice-presidente que possuísse diálogo com as classes médias²⁴, a candidatura do MAS não era a preferida pelo imperialismo estadunidense. Uma própria definição do ponto de vista do vice-presidente Álvaro García Linera²⁵ coloca que

El Estado es lo único que puede unir a la sociedad, es el que asume la síntesis de la voluntad general y el que planifica el marco estratégico y el primer vagón de la locomotora económica. El segundo es la inversión privada boliviana; el tercero es la inversión extranjera; el cuarto es la microempresa; el quinto, la economía campesina y el sexto, la economía indígena. Éste es el

²⁴ Ver STEFANONI e DO ALTO, (2008).

²⁵ Álvaro García Linera, sociólogo, ex-guerrilheiro tupakatarista e escritor marxista.

orden estratégico en el que tiene que estructurarse la economía del país', resumió García Linera. (STEFANONI; Do Alto, 2006, p.115).

A partir desta posição, ficam claras as relações particulares do governo Evo Morales com a burguesia nacional e internacional, assim como sua hierarquização político-econômica frente às classes camponesas e indígenas, que atualmente fazem parte da gerência das políticas educacionais do Ministério da Educação. O próprio vice-presidente García Linera afirmou que a ideia principal seria a formação do “capitalismo andino” no governo Evo Morales, o qual se poderia explicar como uma espécie de “desenvolvimentismo com ajuste fiscal”, vistas as políticas sociais que o governo propunha, assim como sua adequação econômico-financeira aos compromissos financeiros internacionais da Bolívia, característica comum aos países integrantes da ALBA, excluindo Cuba e o Equador; Rafael Corrêa criticou diretamente a dependência financeira internacional do país com bandeira política de sua eleição e de seu governo.

Já ao final do ano de 2005, após o resultado eleitoral com a vitória do MAS-IPSP com seu candidato indígena e cocaleiro Evo Morales, iniciaram-se as aproximações com a ALBA. Através principalmente da Venezuela e de Cuba, assinaram-se acordos de interesse do futuro governo (final do ano de 2005) para as áreas de educação, saúde e desenvolvimento técnico.

No ano de 2006, no dia primeiro de maio, a Bolívia aderiu oficialmente à Alternativa Bolivariana para as Américas, momento em que nacionaliza os hidrocarburetos, ocupando militarmente as plantas de produção, inclusive a da brasileira PETROBRAS. Tal medida tendia a atender tanto à Agenda de Outubro quanto aos princípios da ALBA de soberania, complementaridade, cooperação e integração não mercantil.

Assim como a escolha pela ALBA foi clara por parte do governo Evo Morales, sua relação com a USAID formatou-se diferente, e drásticas medidas foram tomadas em comparação ao relacionamento normal que outros governos latino-americanos possuíam com esta agência. A USAID foi uma agência internacional de papel imperialista em vários países da América Latina. Desde o período da Guerra Fria, foi utilizada de forma incisiva na oposição política desde o primeiro ano de Evo Morales em 2006.

Os conflitos da oposição ao governo foram aumentando no período de 2006 a 2009. Nesse período eram realizadas mobilizações regionais e municipais pela autonomia política, chegando ao extremo separatismo, promovido pela direita aliada aos antigos governos nacionais e pela burguesia industrial e latifundiária. A autonomia sempre foi uma bandeira de reivindicação tanto dos movimentos indígenas quanto de regiões mais desenvolvidas da Bolívia, principalmente como a de Santa Cruz no leste boliviano.

Quando o governo iniciou o processo Constituinte em 2006, esses grupos de direita passaram a fazer oposição a esse processo tanto no Legislativo com seus representantes quanto nas ruas; combatiam, de forma oportuna, o governo por atender à Agenda de Outubro, mas, ao mesmo tempo, utilizavam o processo Constituinte para defender suas propostas de Leis. A polarização chegou ao extremo em 2008, quando aconteceram “plebiscitos separatistas” em três departamentos da Bolívia com grande participação e vitória das bandeiras separatistas, apesar de não terem validade legal e continuaram ameaçando não cumprir a nova Constituição Plurinacional, acusando-a de ser “indigenista” e de só representar a região dos Andes e não “toda” a Bolívia.

Neste processo, o novo embaixador dos EUA teve um papel ativo e militante. Tendo participado dos processos separatistas na Iugoslávia durante os anos noventa sob a administração Clinton, o embaixador Philip Goldberg atuava publicamente, organizando, reunindo, falando abertamente à mídia a favor dos separatistas da “media luna”²⁶. Ao poder comprovar sua participação política e intervenção nesse processo. Ao final de 2008, a presidência da Bolívia solicitou ao governo Barack Obama que retirasse tanto o embaixador estadunidense do país como a própria USAID que estava financiando todo tipo de organização de oposição de direita e aplicando muito pouco em algum tipo de “desenvolvimento” para o país, como podemos ver abaixo:

El gobierno de Bolivia considera que USAID ha mentido al pueblo de Estados Unidos, porque más que una agencia de apoyo local al desarrollo a favor de gente pobre, «se convirtió en una fuente de empleo para favorecer

²⁶ Ver MOLDIZ, (2008). Região oriental da Bolívia, na fronteira com o Brasil, que forma uma meia-lua geograficamente.

empresas ricas de Estados Unidos y agencia locales aliadas políticamente». (CALLONI, 2009, p.189).

Este autor también afirma que

Es falso que USAID destine la mayor parte de sus recursos en apoyo al desarrollo de comunidades pobres. El 80 por ciento de los recursos son usados «para alimentar la rica y poderosa burocracia empresarial norte-americana fuera de sus fronteras». Menos del 20 por ciento de los recursos llega a los beneficiarios finales. «Por lo tanto los pobres son el pretexto ideal para favorecer la expansión del poder estadounidense», señala el informe del gobierno. (CALLONI, 2009, p.189).

O próprio presidente Evo Morales colocou a situação, inclusive no sentido do quanto ela poderia ser prejudicial a partir da chantagem financeira para com seus compatriotas, afirmando que

Hemos tenido que tomar medidas drásticas, como decidir la salida del embajador de Estados Unidos y sus agencias del país, porque tenemos que destruir las bases de esa intervención permanente. No imaginan cómo trabajan las ONG'S, la USAID. Van y hablan con dirigentes para que hagan oposición a Evo Morales. Dirigentes o ex dirigentes campesinos. Van con dinero. No han contado algunos compañeros que ofrecen dos mil o tres mil dólares para que hagan oposición. Incluso a veces hemos hablado con algunos que nos dicen «Mira Evo estamos contigo, pero hay que aprovechar la plata de los gringos». Y uno sabe que el que acepta ese dinero queda en manos de ellos. Confunden con sus campañas y acusaciones. Hay que desmontarlas casa día. Como una anécdota cuento sobre una reunión que tuve con los ayllus del norte de Potosí. Ellos querían verme y nos reunimos y ahí me cuentan que una gente de OXFAM, una de esas organizaciones gubernamentales de la USAID, les llegaron a decir que habían aprobado 20 mil dólares para su organización. Pero la condición era que nos quitaran el apoyo. Y ellos se rebelaron y tuvieron gran dignidad para decirles que iban a seguir dando la vida por apoyarnos a nosotros (CALLONI, 2009, p.341).

Este pode ter sido um grande passo para a democratização anti-imperialista na Bolívia, mas não resolveu de uma vez só todos os problemas da dependência, entre elas, principalmente, a econômica. Simbólico e histórico para muitos países latino-americanos (senão para todos) desde o período da Guerra Fria, as embaixadas e a USAID cumpriram o mesmo papel ilegal e autoritário de intervenção à soberania dos países, demonstrando ser possível outras formas de relações entre os países mais pobres e os mais ricos em suas relações internacionais institucionais. Os países mais pobres puderam participar de relações mais assimétricas e igualitárias com os países

mais ricos, assim como propõe a ALBA, reconstruindo, refazendo ou renegociando suas relações. No caso boliviano, durante o primeiro governo Evo Morales, chegou-se às margens do boicote ilegal da USAID contra o próprio Estado boliviano.

O autor Roberto Regalado realiza uma citação de Rosa Luxemburgo sobre a já antiga polêmica do início do século XX entre Reforma ou Revolução:

La reforma legal y la revolución no son (...) diversos métodos del progreso histórico que a placer podemos elegir em la despensa de la História, sino momentos distintos del desenvolvimiento de la sociedad de clases, los cuales mutuamente se condicionan o complementan, pero al mismo tiempo se excluyen (...) (REGALADO, 2008, s/p).

Como se pode ver, para Regalado, a questão está no ponto em que cada força de esquerda que ascende a um governo na América Latina está decidida ou não a governar com um fim em si mesma ou está decidida a quebrar a hegemonia neoliberal. Quando a direita histórica da Bolívia opta pela oposição frontal e golpista contra o Governo Evo e perde, passa a estar desacreditada por que, além disso, o Governo Evo também está administrando o Capital a partir do Estado além de oferecer avanços sociais para as classes oprimidas, o que nenhum governo de direita anterior conseguiu sintetizar tão bem e especificamente, mesmo os governos do período histórico do populismo na América Latina Tudo isso resulta em sua reeleição para um mandato de cinco anos ao final de 2009. Os protesto que surgiram a partir do segundo mandato de Evo Morales não possuem como protagonistas os mesmo agentes sociopolíticos que lhe fizeram oposição entre 2006 e 2009, agora são as próprias classes oprimidas que estão a reivindicar maiores avanços do Governo Evo Morales, e protestando contra medidas de ajuste fiscal do próprio Governo, vide, o aumento dos combustíveis que gerou protestos e o Governo teve que voltar atrás. Para as políticas educacionais desenvolvidas e postas em prática por estes mesmos governos, pode-se perguntar até que ponto determinada política é um fim em si mesma se sua processualidade configura governar para continuar no governo ou se movimenta de forma resultante em uma quebra da lógica do período particular do capitalismo em que vivemos.

3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA BOLÍVIA

3.1 A EDUCAÇÃO NO GOVERNO EVO MORALES E A ALBA

As políticas educacionais do governo Evo Morales são o objeto de estudo desta pesquisa, determinadas a partir da saída em campo e das políticas públicas que mais causaram impacto e visibilidade na área da Educação no país boliviano durante a gestão 2006 a 2009, assim como pela indicação dos próprios gestores nacionais de tais políticas. Formam o primeiro conjunto de políticas que foram escolhidas no início do governo e que, conforme o tempo e as relações concretas, compuseram mais ou menos suas próprias aplicações e resultados.

Estando na configuração do “Eixo do Mal” da América Latina, segundo declarações do então presidente estadunidense George W. Bush, a Bolívia iniciou sua gestão, colocando em prática as políticas propostas, entre elas as políticas educacionais. Quase com a mesma radicalidade da ocupação militar da nacionalização dos hidrocarburetos, a campanha de Erradicação do Analfabetismo foi iniciada em conjunto com a Venezuela e com Cuba, desde o final do ano de 2005, após as eleições que deram vitória ao MAS-IPSP com seu candidato cocaleiro. No mesmo mês de Maio de 2006, estes compromissos sociais já assumidos com Cuba e Venezuela transformaram-se na integração da Bolívia ao bloco de países da ALBA.

As políticas sociais passavam do “desenvolvimentismo estatal” a partir de ditaduras militares desde os anos sessenta e pelos ajustes fiscais desde 1985. No governo anterior, havia um “ministério social” que contemplava as áreas sociais com Educação, Saúde, Assistência Social, etc. No governo Evo, aconteceu a criação de muitos ministérios sociais e a inclusão tanto de indígenas quanto de mulheres à frente dos ministérios.

Conforme o Ministério da Fazenda boliviano, os gastos sociais em educação e cultura diminuía de 780 milhões de pesos bolivianos para 635 de 2008 para 2009, focando o período final de nossa pesquisa. Proporcionalmente a outras áreas diminuiu 18,6% em 2009, perdendo de longe para as taxas de crescimento das áreas de Mineração, 168%, Energia, 51%, e Hidrocarbonetos com 30.6%. O que corresponde coerentemente as prioridades da hierarquização político-econômica do vice-presidente Álvaro García Linera, como colocamos anteriormente, que mesmo priorizando o investimento no Estado antes do capital privado nacional e estrangeiro, prioriza os setores produtivos e de infraestrutura em relação ao setor social²⁷.

Durante os quatro anos do primeiro governo Evo Morales, houve duas trocas de ministros da Educação, totalizando três gestões dentro do Ministério de Educação e Culturas – MEC – em quatro anos. A primeira foi durante o ano de 2006, a de Félix Patzi, professor de Sociologia no Ensino Público Superior mais ligado ao MAS-IPSP. A segunda gestão, durante os anos de 2007 e 2008, foi de Magdalena Cajías de la Vega, professora de História no Ensino Público Superior e, finalmente, Roberto Aguilar Gómez, economista, a partir de 2009 e continuando à frente do ministério ao ser reeleito Evo Morales para sua segunda gestão.

Os informes do MEC possuem uma característica em detalhe. O informe de 2006 falou em “Proyectos de alto impacto social” que seriam, principalmente, a Ley Avelino Siñani, a Campanha de Alfabetização e o Bono “Juancito Pinto”, entre elas. O informe de 2007 coloca tais ações do governo como “Políticas de Impacto”, e o informe de 2008, já lançado em 2009 pelo ministro Roberto Aguilar, não as classifica nem as categoriza, só as informa praticamente em listagem. Contatos realizados durante a pesquisa com estudiosos, gestores e ex-gestores do MEC, caracterizavam cada gestão do MEC durante o governo Evo de maneiras semelhantes no que dizia respeito às mudanças de gestões ministeriais.

A primeira, de Felix Pazti, normalmente tida como mais “política”, mais “ideológica”, “mais de esquerda” ou “mais radical”, ou “mais nitidamente indígena”, formando um movimento no sentido contrário desta caracterização até a gestão atual de Roberto Aguilar, uma espécie de moderação política que se refletiu nas escolhas e

²⁷ www.economiabolivia.josmelink.com.

caminhos que o MEC foi tomando no decorrer de 2006 a 2009. Nenhuma gestão negou o trabalho da anterior, pelo contrário, verifica-se a continuidade de todas as políticas mais importantes e prioritárias para o governo Evo Morales, mas, dentro disso, foi havendo um movimento de opções por mais atenção a determinadas políticas educacionais e a outras com menos ênfase.

A partir do final de 2008, o Ministério de Educación y Culturas se transforma apenas em Ministerio de Educación, já ao final da gestão de Magdalena Cajías e desde o início da gestão de Roberto Aguilar. As políticas educacionais da Bolívia, no primeiro governo Evo, entre 2006 e 2009, são elementos que se articulam na processualidade política, econômica e social da sociedade boliviana em sua historicidade. Possuem características universais e singulares nas conexões recíprocas com o período particular do capitalismo deste início de século e das mudanças resultantes das contradições pelas quais passa ainda o neoliberalismo na Bolívia, seja a partir da luta de classes ou de grupos socioétnicos, especificamente, que ocupam lugar no espaço sociopolítico da história do país.

3.2 ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E A NOVA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DE ESTADO

As constituições anteriores da Bolívia seguiam o padrão coerente com o que foi desenvolvido em outros países latino-americanos como o Brasil durante os Séculos XIX e XX, passando, inclusive por ditaduras militares semelhantes que, no contexto da crise do capital a partir dos anos setenta, iniciaram a implementação de políticas neoliberais cruzadas com redemocratização aos moldes do modelo de sociedade capitalista e ocidental. Tais ações, na Bolívia, tiveram consequências nefastas, devido ao desenvolvimento desigual que este país possui no capitalismo internacional, com uma maioria populacional étnico-popular das classes mais baixas que estavam muito longe da acessibilidade urbana na sociedade de consumo do mercado neoliberal.

Em seu discurso de posse, Evo Morales Ayma colocou como uma das principais políticas do início de seu governo a convocação para a formação da Assembleia Constituinte como uma reivindicação indígena de todo o país que caracterizasse a

“unidade na diversidade” do povo boliviano, assim como chamou a atenção para as autonomias, as reivindicações indígenas que lutaram historicamente por autodeterminação. A eleição dos assembleístas constituintes foi no dia 3 de julho de 2006, e a Assembleia iniciou seus trabalhos em 6 de agosto de 2006. Seus trabalhos deram-se a até 15 de dezembro de 2007 quando a Assembleia Constituinte apresentou o texto ao Congresso Nacional. Em 25 de janeiro de 2009, a Nova Constituição Política do Estado foi votada e aprovada em um referendo e promulgada em 7 de fevereiro de 2009.

O MAS-IPSP, partido-movimento liderado por Evo Morales, conseguiu eleger 142 dos 255 assembleístas para a realização da nova Constituição Política do Estado. Atingiu mais da metade da Assembleia, mas não conseguiu os dois terços necessários; portanto, os artigos e textos que não chegassem a atingir dois terços das forças políticas presentes teriam que ser colocados em votação para um referendo popular, como ocorreu no início de 2009. Segundo Hugo Moldiz Mercado, a primeira etapa da Assembleia Constituinte foi marcada pela “democracia de la calle” em que prevaleceu a pauta das lutas sociais recentes anteriores no lugar das pautas institucionais, procurando garantir espaço para a materialização institucional de seu poder, entre eles o rechaço à privatização dos recursos naturais, à criação e ampliação de impostos, à proibição e erradicação do cultivo de coca, a uma nova distribuição de terras e à recuperação da propriedade sobre os hidrocarburetos como requisito para a exportação mercadológica.

Também houve todo tipo de boicote ao processo Constituinte, chegando ao próprio golpe *cívico-prefectural*. Ali estavam representadas todas as contradições da sociedade boliviana que influenciam e têm seu preço nas tomadas de decisão das políticas sociais do governo, não só por já possuir um pacto com classes abastadas (mesmo o processo de *cambio* do país estando aberto), mas por adotar a estratégia de hegemonia a partir do Estado, no que Emir Sader coloca como “pós-neoliberalismo”²⁸. Como nos coloca Maristella Svampa,

En Bolivia, la expresión más acabada del proyecto político campesino-indígena ha sido sin duda Pacto de Unidad. 11 Elaborado Y publicado en

²⁸ Ver SADER, 2009.

septiembre de 2006, es una prueba elocuente de la apuesta realizada por importantes organizaciones sociales, de carácter indígena y rural, respecto de los objetivos refundacionales que originariamente planteaba la Asamblea Constituyente. Las organizaciones involucradas en tal propuesta fueron: Confederación Sindical Única de trabajadores Compesinos de Bolivia; Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia; Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia –Bartolina Sisa; Consejo Nacional de Ayllus Y Markas del Qullasuyu; Coordinadora de Pueblos Étnicos de Santa Cruz; Movimiento Sin Tierra de Bolivia; Asamblea de Pueblo Guaraní; Confederación de Pueblos Étnicos Moxeños de Beni, además de una gran cantidad de ONG (SVAMPA, 2010, p. 28).

A Constituinte, segundo a autora, tornou-se o centro do debate nacional e o principal palco de oposição ao governo Evo Morales:

La Asamblea Constituyente fue el centro de la tormenta, fue el lugar donde se expresó la crisis nacional. La crisis política se transfirió definitivamente a la Asamblea y la Asamblea estalló. Peo lo paradójico fue que, a pesar de su diseminación y fragmentación, de las crisis y dificultades, la Asamblea Constituyente logró mantener un hilo en el tejido para mantener a la propia Asamblea; logró aprobar su texto, logró sobrevivir, a pesar de las ciento cuarenta y cuatro modificaciones que hizo el Congreso.’ Raúl Prada, entrevista de los autores, julio de 2009 (SVAMPA, 2010, p.31).

E a alternativa de tal embate deu-se não só no plano parlamentar, como na luta popular e militar nas ruas, mudando inclusive a dinâmica do governo para a organização e instituição da nova Constituição:

Sin embargo, pese a que esta salida ‘pactada’ redujo el alcance de las transformaciones propuestas por el Pacto de Unidad (vertidas inicialmente en la versión aprobada en Oruro), la Nueva Constitución Política constituyó una solución de transición ciertamente exitosa en el mediano plazo. Aun indianistas críticos como el sociólogo alteño Pablo Mamani, que sostienen que la Constitución formalmente es ‘intermedia entre lo liberal y lo comunal’, reconocen dos consecuencias positivas: la primera, que ‘la nueva constitución aydará a que lo indígena pueda crear efectivamente un nuevo imaginario social e histórico porque se lo ‘reconoce’ y se lo nombra, y además, lleva en sus manos esta lucha frente a la oligarquía de los comités cívicos empresariales’; la segunda consecuencia, que ‘se crea un lugar o un vacío para que continúe la lucha por el poder y su institucionalidad en Bolivia (SVAMPA, 2010, p.34).

A partir da Assembleia Constituinte realizada em 2007, analisada e aprovada pelo Congresso Nacional em 2008, segundo ano do governo Evo Morales, mudou-se a antiga constituição que datava de 1967 (período de ditadura militar na Bolívia) que

passara por sua reforma de características neoliberais em 1995. Como diz em seu preâmbulo de 2008: “Dejamos en el pasado el Estado colonial, republicano y neoliberal. Asumimos el reto histórico de construir colectivamente el Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario...”. (BOLIVIA, 2008, p.13). A Constituinte deu origem a uma nova legislação em que se contempla politicamente as nações indígenas, tornando suas línguas oficiais tal como a língua espanhola, o que não tinha acontecido na herança institucional eurocêntrica do Estado colonial e oligárquico-republicano, isto é, o reconhecimento de outras nações dentro do mesmo território. O artigo primeiro da nova constituição afirma que a

Bolívia se constituye em um Estado Unitário Social de Derecho Plurinacional Comunitário, libre, independiente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado y político, económico, jurídico, cultural y lingüístico, dentro del proceso integrador del país (BOLIVIA, 2008, p.15).

Na nova constituição também se averigua diferença na alteração do caráter linguístico de uma educação bilíngue para uma educação plurilíngue, como vemos no Artigo 1º da Lei de Reforma Educativa de 1994: “*Es intercultural y bilingüe, porque asume la heterogeneidad sócio-cultural del país en un ambiente de respecto entre todos los bolivianos, hombres y mujeres.*” (BOLIVIA, 2007, p.11).

A Nova Constituição Política do Estado Plurinacional, em seu Artigo 56, defende o direito à propriedade privada, colocando que “*Toda persona tiene derecho a la propiedad privada individual o colectiva, siempre que ésta cumpla una función social*” (BOLIVIA, 2007, p.38), assim como coloca que será garantida a propriedade privada desde que, através do seu uso, não se prejudique o interesse coletivo, ficando também estabelecido o direito à herança. No Artigo 57, a expropriação é colocada da seguinte forma: deverá acontecer conforme a Lei, com finalidade de necessidade ou de utilidade pública e com prévia indenização justa, com exceção da propriedade imóvel urbana.

Em seu Artigo 78, Capítulo Sexto, sobre Educação, Interculturalidade e Direitos Culturais, Seção I, item II, diz que “*La educación es intracultural, intercultural y plurilíngüe em todo el sistema educativo*”. Esta nova lei acorda-se com a proposta de educação do bloco ALBA em realizar-se a partir da cultura dos próprios povos e valorizando-as frente à cultura eurocêntrica. No artigo 5º do Capítulo Primeiro, estão

incluídos como idiomas oficiais de Estado 36 idiomas indígenas além do espanhol castelhano, que se coloca como idioma obrigatório em todo o território nacional e obriga utilizar mais um, conforme a região. A própria bandeira como símbolo nacional mudou, incluindo-se mais o *wiphala* como bandeira nacional além da bandeira nacional histórica da Bolívia desde o século XIX. Contém formato de pequenos quadrados coloridos alinhados horizontalmente e verticalmente, como um tabuleiro; cada cor existe em cada linha e em cada coluna. Esta bandeira representa todas as nações indígenas da Bolívia.

Segundo Hugo Moldiz, “*echa por tierra la naturaleza monocultural y monocivilizatoria que se mantuvo em la estatalidad boliviana a partir de la fundación de la república, en 1825(...)*”, “*(...) a diferencia del Estado excluyente y señorial, que fue incapaz de ser síntesis del carácter ‘multisocietal’ de Bolivia*”. Estabelece uma “economia plural”, reconhecendo a necessidade de uma articulação entre as economias privadas, estatais e comunitárias. Conforme o Artigo 307,

La economía plural es la recuperación del papel del Estado en la economía en términos de marchar hacia una distribución justa de los recursos que no profundice la brecha entre ricos y pobres, sino todo lo contrario, y la oficialización y/o recuperación de formas de producción no capitalistas. Eso sí, a contramarcha de la concepción liberal y capitalista, el proyecto de Constitución hace una redefinición epistemológica al señalar que la economía plural se basa en los principios de complementariedad, reciprocidad, solidaridad, redistribución, igualdad, sustentabilidad, justicia y transparencia (BOLIVIA, 2009).

Diferentemente do que posteriormente acabou sendo o Artigo 306, não mais o 307, foi suprimido o texto crítico ao capitalismo como modo-de-produção, e a concepção liberal da economia dá uma nova síntese institucional ao caráter econômico-político-material ao *proceso de cambio* na Bolívia:

I. El modelo económico boliviano es plural y está orientado a mejorar la calidad de vida y el vivir bien de todas la bolivianas y los bolivianos. II. La economía plural está constituida por las formas de organización económica comunitaria, estatal, privada y social cooperativa. III. La economía plural articula las diferentes formas de organización económica sobre los principios de complementariedad, reciprocidad, solidaridad, redistribución, igualdad, seguridad jurídica, sustentabilidad, equilibrio, justicia y transparencia. La economía social y comunitaria complementará el interés individual con el vivir bien colectivo. IV. Las formas de organización económica reconocidas en esta

Constitución podrán constituir empresas mixtas. V. El Estado tiene como máximo valor al ser humano y asegurará el desarrollo mediante la redistribución equitativa de los excedentes económicos en políticas sociales, de salud, educación, cultura, y en la reinversión en desarrollo económico productivo (BOLIVIA, 2009).

A descentralização política mediante as autonomias é outro dos principais eixos da nova Constituição Política de Estado. Não só os departamentos podem usufruir de maior autonomia (como é reivindicado pela oligarquia agrícola e as burguesias comercial e industrial), mas também estão contempladas as autonomias regionais, municipais (que já estavam garantidas de determinada forma na lei de Participação Popular durante os anos noventa, mas com o intuito de desresponsabilizar o estado de suas funções, passando-as para os municípios) e a autonomia para as territorialidades indígenas.

O quarto eixo da Constituição boliviana é o da “justicia comunitária” que pluraliza juridicamente a Constituição através do sufrágio popular para o Poder Judiciário. O quinto e o sexto eixos falam sobre as garantias de igualdade de oportunidades para todos os povos em seus direitos individuais e sociais. Neste ponto, o texto aponta para as garantias socioeconômicas que passam a ser implementadas, como o Seguro Universal de Saúde, o Bono Juancito Pinto e a Renda Dignidade (esta uma política compensatória destinada aos idosos). Por fim, o autor apresenta como sétimo eixo mais importante a problemática das terras, a questão da reforma agrária, apresentando mais críticas ao latifúndio do que propostas; como último eixo, a proibição da instalação de bases militares estrangeiras no território nacional boliviano.

Outro autor, Rafael Puente, intelectual e ex-vice-ministro do Interior durante os três primeiros anos de Evo Morales, coloca a nova Constituição não só como uma meta alcançada, mas também como um ponto de partida. Afirma que as “novidades” que caracterizam “uma nova Bolívia” no texto da nova Constituição Política de Estado estão um Estado soberano, independente economicamente, controlando suas fronteiras e recursos, manejando seu endividamento externo e não permitindo forças militares estrangeiras em seu território; um Estado participativo com controle social e eleição direta inclusive para o Poder Judiciário, com revogação de autoridades, referendos, consultas e assembleias; um Estado diverso e unitário, que garante e reconhece os

direitos desde a propriedade privada até as culturas religiosas, com diferentes autonomias (nacional, departamental, municipal, indígena) e com diferentes formatos econômico-produtivos a partir de empresas públicas, privadas e comunitárias; um Estado equitativo, em que são colocados os direitos coletivos sobre discriminação, servidão, humilhação, direitos das crianças, das mulheres, etc.; um Estado social, com direitos trabalhistas, seguridade social, função social da terra, direitos do consumidor, direito à informação e à comunicação, alimentação, combate à corrupção, etc.; um Estado produtivo, promovendo e apoiando a produção, a soberania farmacológica e alimentar, priorizando o consumo interno e os investimentos no país; finalmente, um Estado ecológico, respeitando a biodiversidade e a natureza, controlando os transgênicos, proibindo armas biológicas, assim como resíduos tóxicos e nucleares.

Entre tantos, o autor coloca um início de autocritica sobre a própria Constituição: *“esta Constitución deberá ser puesta a prueba, ser aplicada, y llegado el momento deberá también ser mejorada...”* e problematiza a tomada de poder através da participação que a nova Constituição oferece através de seus novos instrumentos legais com o risco de “todo avanço” até o momento, segundo sua expressão, “ser perdido”.

Sobre a área da educação, a nova Constituição Política do Estado coloca o Estado como responsável financeiro pela educação como sua “suprema” função primeira a qual tem a obrigação indeclinável de sustentá-la, garanti-la e gestá-la. Compreende a educação regular, a alternativa, a especial e a superior de formação profissional. O sistema educativo boliviano é composto por convênios, instituições educativas privadas e fiscais. A educação é unitária, pública, universal, democrática, participativa, comunitária, descolonizadora e de qualidade. Em todo o sistema educativo boliviano, a educação é plurilíngue, intercultural e intracultural. O item III do Artigo 78 prega que

El sistema educativo se fundamenta em uma educación abierta, humanista, científica, técnica y tecnológica, productiva, territorial, teórica y práctica, liberadora y revolucionaria, crítica y solidaria (BOLIVIA, 2009).

O Estado garante a educação vocacional e o ensino técnico-humanístico relacionados com a vida, com o trabalho e com o desenvolvimento produtivo, assim

como a educação fomentará o civismo, o diálogo intercultural, os valores éticos morais, incorporando a equidade de gênero, a não violência e a vigência plena dos direitos humanos. No Artigo 80, a orientação da educação se volta para desenvolver competências, aptidões e habilidades físicas e intelectuais vinculadas com a teoria e a prática produtiva para o viver bem e para a proteção do meio ambiente, a biodiversidade e o território.

A educação contribuirá para o fortalecimento da unidade e identidade de todos como parte do Estado Plurinacional, e a educação “fiscal” é gratuita em todos os níveis até o nível superior. O Estado deverá apoiar com prioridade os estudantes com menos possibilidades econômicas. A participação de pais e mães indígenas nos organismos representativos do sistema educativo é garantida. As escolas privadas são reconhecidas desde que obedeçam à legislação nacional. A avaliação, o seguimento, a medição, a creditação e a qualidade educativa estarão a cargo de uma instituição pública, técnico-especializada, independente do Ministério, mas que sua composição e funcionamento será determinada por lei (entende-se não no texto constitucional e sim posteriormente).

O texto também coloca que o Estado e a sociedade têm o dever de erradicar o analfabetismo. A educação especial e a educação a distância estão contempladas no texto, assim como garante a entrada e a permanência de alunos não importando sua opção religiosa.

Conforme a análise estratégica já citada pelo vice-presidente Álvaro Garcia Linera, o Estado e a iniciativa privada nacional e estrangeira são prioridades frente aos agentes econômicos mais pauperizados da população. Ao mesmo tempo em que o texto representa a inclusão das majorias indígenas da população, reconhecendo sua existência, seus direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, étnicos, etc., reconhece também o atual status quo excludente criado pelo desenvolvimento desigual do capitalismo neste país.

Encontramos expressões sindicais de trabalhadores da área da educação se colocando contra o texto da nova constituição de forma integral, sendo estes sindicatos não governistas como podemos verificar *in loco* na saída de campo, que também possuem uma análise crítica da lei, mas a apóiam com alterações. O *Correo Sindical*,

da Federação Departamental de Trabalhadores da Educação Urbana de La Paz coloca que na Lei Avelino-Siñanez está ausente as respostas necessárias para a crise universal da educação, suas caracterizações e causas. Também vê como subjetivista, unilateral, etnocentrista, retrograda, descentralizadora e ‘inimiga’ da categoria docente a lei Avelino-Siñanez. E a União Revolucionária de Maestros – URNA – de Cochabamba também realizou análises críticas sobre a lei Avelino-Siñanez que possuem um sentido similar. Em geral as críticas sindicais têm em comum a maior atenção as questões ligadas a classe trabalhadora da educação e contrapõem-se as características indígenas, de conteúdo curricular e de gestão da educação apresentadas ao parlamento. A manutenção e conservação do texto constitucional que abre espaço tanto para a burguesia nacional quanto para as multinacionais continuarem suas atividades econômicas (com exceção da intervenção nos hidrocarburetos no início do Governo Evo Morales em 2006) é colocada e criticada por grupos de oposição de esquerda até onde encontramos fontes, entre eles o *O PULSO* (Pueblos por la Libertad y Soberanía, que possuiu candidatura de oposição presidencial à reeleição de Evo Morales em 2009) e *Lucha Socialista*.

A Nova Constituição Política do Estado Plurinacional não possui as características necessárias para configurar-se como uma carta para além do capital. Configura-se, sim, como um documento que rege o próprio direito burguês ou capitalista, com incursões nacionais, sociais, culturais e étnicas acentuadas e comparadas às atuais constituições de países latino-americanos, com exceção de Cuba. Caracterizam fortes contradições, principalmente os relacionados a determinados interesses no que tange aos direitos sociais, ao direito à propriedade privada e à escolha de gestão do Estado (o governo terá que decidir a quem beneficiar primeiro).

A Nova Constituição Política do Estado Plurinacional possui relações particulares significativas com as propostas do bloco ALBA. A inclusão da Bolívia na ALBA antes do próprio processo Constituinte, influenciou para que muitos momentos do texto constitucional tenham os mesmos princípios políticos da política regional do bloco ALBA, desde os direitos sociais até o nacionalismo antineoliberal e os direitos dos povos originários que, neste caso, acabaram influenciando a própria política da ALBA, como é o caso do “viver bien”. Valores anticapitalistas da ALBA como

complementaridade, cooperação, soberania e solidariedade possuem grande convergência sintética com parte essencial do texto constitucional, incluído nisto o “viver bien”, que determina as linhas estratégicas do Plano Nacional de Desenvolvimento lançado por Evo Morales no primeiro ano de sua gestão.

3.3 PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

A partir do entendimento de crise política e social do colonialismo e de vinte anos de políticas neoliberais, o governo Evo Morales apresenta à sociedade em junho de 2006 o Plano Nacional de Desenvolvimento: Bolívia Digna, Soberana, Produtiva e Democrática para Viver Bem. Tal documento contempla orientação e norteamento para a efetivação e elaboração de políticas públicas e sociais em todas as áreas do governo inclusive na área da educação, influenciando, portanto, as políticas educacionais da Bolívia no período entre 2006 e 2009. Segundo esta fonte,

Las propuestas y orientaciones Del Plan Nacional de Desarrollo (PND) son la base de la transición que iniciará el desmontaje del colonialismo y neoliberalismo, y servirán para construir un Estado multinacional y comunitario que permita el empoderamiento de los movimientos sociales y pueblos indígenas emergentes. Su principal aspiración es que los bolivianos y bolivianas vivamos bien” (BOLIVIA, 2006, p. 2).

O “Vivir Bien”, desde sua origem cultural indígena, passa a ser construído como uma proposta política para o novo governo. Baseado em uma cultura de qualidade de vida ligada à natureza, é apresentado à sociedade como uma política anticolonialista, anti-imperialista, anticapitalista e antineoliberal. Ou seja, para “vivir bien”, é necessário realizarem-se políticas neste sentido.

A transformação de um Estado colonial e neoliberal para um Estado social e comunitário seria o principal foco do PND. Para “vivir bien”, o plano coloca que é necessário “desmontar” o neoliberalismo e o colonialismo, sendo o Estado o promotor e protagonista do desenvolvimento produtivo, através da economia privada, estatal e comunitária, com estabilidade macroeconômica e com políticas institucionais que vão ao encontro de valores que se transformam em eixos estratégicos do PND, como produção, dignidade, democracia e soberania internacional. Ou seja, a estabilidade macroeconômica do mercado internacional e o trabalho com a economia privada dão

contornos contraditórios ao PND e que estão constituindo a política do “vivir bien” do Governo Evo Morales. Demonstra apresentar limites a crítica ao capitalismo e ao neoliberalismo que se tornaram balisadoras também para determinadas políticas educacionais. Entram em choque, portanto, regras de mercado que geram exclusão social com políticas de inclusão social a partir do mesmo Estado-nacional e propostas pelo mesmo Governo. Na lógica do capital em sua fórmula geral desenvolvida por Marx²⁹, a estabilidade macroeconômica constitui relações sociais que possuem limites de mais-valia e lucro de acordo com o atual padrão de acumulação que podem ser modificados, mas não superados. O contrário disso no capitalismo é exceção, e não regra. A proposição política do PND coloca uma política coerente ao capital como parte do processo de transição do próprio capitalismo, como se tal ação desenvolvesse o desmantelamento das relações que geram na sociedade ao invés de reproduzi-las. Torna-se clara a escolha em conciliar capital e trabalho, onde continua o capital como relação com maior poder socialmente; apesar do Governo Evo Morales assim como as proposições do bloco ALBA declararem pública e claramente que estão contra o capital e também construir políticas que busquem superar suas contradições sociais inclusive na área da educação. Escolha política e movimento concreto o qual é explicitado claramente pelo vice-presidente Álvaro Garcia Linera, como já colocamos anteriormente.

O plano apresenta um norteamento anti-imperialista e anticolonial e trabalha o “vivir bien” que, por sua vez, engloba uma cosmovisão indígena em várias áreas da vida pessoal, cultural e social. Mas apresenta contradição com iniciativas classistas, mesmo que as permeie, o que reflete na processualidade das políticas educacionais, que se tornam mais nacionalistas e indigenistas do que classistas, não as diferenciando qualitativamente da lógica do capital. Qualidades diferenciadas da agenda neoliberal do Consenso de Washington podem ser encontradas em determinadas políticas educacionais, mas não qualitativamente diferenciadas da lógica do capital pelo que propõe o Plano Nacional de Desenvolvimento neste momento e pelo que foi averiguado das políticas educacionais em específico.

²⁹ Ver MARX, (2010).

O Plano Nacional de Desenvolvimento abrange seis alinhamentos estratégicos: concepção de desenvolvimento boliviano – que País se pretende construir e qual estratégia para conseguir isto; Bolívia digna – coloca que desenvolvimento social implica na ressignificação da concepção de proteção social e no acesso irrestrito aos serviços sociais, no qual está incluída a educação; Bolívia democrática – focado na construção de um poder social territorializado; Bolívia produtiva – pretende conformar a matriz produtiva de forma integrada, transformando os recursos naturais em setores estratégicos, tendo o Estado como produtor, diversificando a economia e a produção, gerando empregos, complementados pelo desenvolvimento tecnológico e dos transportes; Bolívia soberana – relativo à produção econômica nas relações externas comerciais e diplomáticas e sustentabilidade macroeconômica e suas projeções, compondo seus reflexos institucionais e políticos.

Como Bolívia digna entende-se a intenção de desmonte do “colonialismo liberal” através da interculturalidade e do comunitarismo, expressados em uma nova “estatalidade” e em uma nova “societalidade” (que já estão previstas na proposta na Nova Constituição Política do Estado Plurinacional e desenvolvidas pelo PND como proposta de políticas para o Poder Executivo na gestão do governo nacional entre 2006 e 2009). Propõe também o desmonte da institucionalidade colonizante, do disciplinamento, da lógica civilizatória e do centralismo do mercado individualizante e desconstrutor da comunidade.

Conforme o PND, a construção da interculturalidade dar-se-á a partir da reconstituição das unidades socioculturais e dos atores sociais em todos os espaços, de forma crítica das hierarquias de poder criadas pelo Estado Nacional Colonial em uma nova estatalidade. A construção do comunitarismo implica “la toma de decisiones compartidas entre el Estado y la sociedade” (BOLIVIA, PND, 2006, p. 25), uma participação equilibrada na comunidade com a participação individual e permanente. A proposta é centrada na “conformação de harmonias, equilíbrios, interdependências e autonomias que redistribuem e constroem a equidade, dando vida e movimento ao conjunto do entorno” (BOLIVIA, PND, 2006, p. 25). Ou seja, no contraponto ao colonialismo liberal, o PND coloca a construção de um comunitarismo intercultural.

Na crítica à Reforma Educativa dos anos noventa, o PND apresenta propostas de educação que atendam à construção do comunitarismo intercultural. A proposta de mudança desta política educacional apresentada pelo PND, chamada de “La Propuesta de Cambio”, segue pelo seguinte objetivo:

En el plano cultural y civilizatorios se ha estructurado una jerarquización que ha instituido el orden colonial y que ha penetrado las mentalidades de dominados y dominadores y que han negado, negativizado y despreciado a los pueblos indios de tierras altas y bajas y todo su bagaje cultural, filosófico, económico, social y político (BOLIVIA, 2006, p. 43).

En la educación superior, existe poca relación entre la oferta académica de las universidades e institutos técnicos y tecnológicos con las vocaciones productivas de cada región y con un modelo de desarrollo integral, ello ha generado que muchos profesionales no encuentren trabajo en su especialidad, lo que al mismo tiempo contribuye a la informalidad. La falta de vinculación entre la educación y el sector productivo, además de generar problemas laborales, también tiene sus efectos en el área social, entre éstos la desilusión y pérdida de confianza, especialmente, de los jóvenes que tienden a migrar a los centros urbanos del eje troncal y al exterior del país (BOLIVIA, 2006, p. 44).

Los diseños curriculares se han centrado únicamente en necesidades básicas de corte social y no en la dimensión económica productiva; a ello se suma el débil desarrollo de la educación técnica y tecnológica así como el escaso desarrollo científico tecnológico en todos los niveles y modalidades del sistema educativo. La imposición de patrones culturales occidentales en la educación, expresada en los diseños curriculares que evidencian el reconocimiento de la cultura occidental como la cultura legítima de Bolivia, menospreciando otras formas de racionalidad y organización económica, social, política y cultural. La educación no se ha constituido en el espacio para desarrollar modelos y pensamientos educativos propios que permitan superar la condición de subalternidad de las culturas de más de 36 pueblos originarios (BOLIVIA, 2006, p. 44).

El proceso de cambio que impulsa el sector se guiará por el siguiente objetivo: transformar la visión y concepción y operacionalización de la educación en los niveles inicial, primario, secundario, terciario y universitario en sus modalidades formal y alternativa; de tal manera que se articule a la nueva matriz productiva, al desarrollo de la ciencia e tecnología, a los procesos de reconstitución de las unidades socioculturales, a los procesos de reterritorialización y que responda a la diversidad en sus dimensiones económica, cultural, espiritual, social y política; y que en sus procesos de formulación e implementación desarrolle la participación real y estratégica de las organizaciones sectoriales, sociales, territoriales y comunitarias (BOLIVIA, 2006, p. 45).

La educación aporta al vivir bien haciendo que exista una incidencia fuerte en la generación de valores y la recreación permanente de equidades, de

manera que ningún boliviano ni boliviana se sientan excluidos del sistema educativo (BOLIVIA, 2006, p. 46).

(...) expresados en una nueva Ley «Elizardo Pérez y Avelino Sifiani» en la que normará y reglamentará la estructura curricular, la gestión educativa y la participación social (BOLIVIA, 2006, p. 46)

As políticas e estratégias trabalhadas no PND para alcançar tais objetivos são duas: como “Política 1” é colocada a Transformação do Sistema Educativo que abarque todos os níveis, levada a cabo desde a sociedade nos marcos da democracia inclusiva e na perspectiva da nova matriz produtiva em função das necessidades regionais e comunais. Desenvolverá a interculturalidade comunitária, resgatando e promovendo as culturas ancestrais no processo de reconstituição das unidades socioculturais. A “Política 2” é uma Educação de Qualidade que priorize a igualdade de oportunidades. Seu principal objetivo é garantir oportunidades educativas para a população discriminada, excluída e explorada, democratizando o acesso e a permanência no sistema educativo.

As proposições políticas possuem contradições com determinadas políticas do bloco ALBA no que planejam ultrapassar o neoliberalismo com a manutenção da política macroeconômica, mesmo havendo cizânias públicas na forma de condução central deste setor econômico para com o FMI. A própria agenda colocada pelo vice-presidente Álvaro García Linera coloca em contradição o desenvolvimento e os objetivos do Plano Nacional de Desenvolvimento ao priorizar o grande capital logo após o Estado em um regime econômico em que a transnacionalidade continua sendo hegemônica tanto quanto aos hidrocarburetos quanto à economia rural do agronegócio³⁰. A própria ALBA possui como particularidade a mediação entre setores da economia privada, e nestas as de mercado, ao integrar setores empresariais dos países que fazem parte do bloco, assim como também o realiza o Governo Evo Morales. Mesmo que sob uma política de soberania nacional os efeitos do capital sob as políticas educacionais, com seus efeitos sócio-políticos não constituem um experiência política para além do capital como Mézáros nos coloca. Mesmo que crítica e com uma historicidade aberta a novos movimentos concretos no presente e no futuro, entram em

³⁰ Ver STEFANONI e DO ALTO (2008).

contradição com posições anti-capitalistas da ALBA com integração não-mercantil, cooperação, solidariedade, soberania, pois o capital ainda prevalece como relação social a partir do Estado de cada país e internacionalmente.

Tal proposição dá contorno às políticas do Governo Evo Morales e constitui contradição com políticas educacionais que atuam como políticas sociais (VIEIRA, 2007, p.49) de cunho compensatório a partir do Ministério de Educação com remessas monetárias por premiação, como o Bono Juancito Pinto. Premiar é selecionar, discriminar determinados alunos e não garantir a todos de forma equitativa como são as propostas da Constituição Política de Estado.

3.4 CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

No ano de 2006 foi organizada pela sociedade civil, pelos movimentos sociais e pelo Ministério da Educação e Culturas a Conferência Nacional de Educação. Ocorreu a partir de formulações de amplos e diversos setores sociais, em março, primeiro ano da gestão do novo governo. Muitas foram ouvidas pela primeira vez por um governo nacional e a partir dela se organizou um texto guia que se chamou “documento de consenso” organizado a partir de comissões locais, regionais e nacional. Este processo nacional de socialização da construção do texto a partir das demandas locais e regionais teve idas e vindas entre as comissões locais e nacional, até que, em Julho, as propostas receberam alterações no corpo do texto. Este texto passou a ser o projeto de Lei “Avelino Siñani y Elizardo Perez”, cujo nome tem origem em dois educadores populares que organizaram na localidade de Warisata a primeira experiência de escola indígena e auto-organizada, uma educação diferenciada dos padrões tradicionais e eurocêntricos na Bolívia durante a década de trinta do século XX.

Os participantes da Comissão organizadora contavam com quarenta integrantes representantes de 22 organizações públicas, privadas, sindicais, estudantis ou civis, sendo que chegaram a 31 organizações com 684 delegados enviados ao Congresso. Segundo o MEC, entre eles se encontravam: a *Confederación Nacional de Maestros de Educación Rural de Bolivia*; a *Confederación de Trabajadores de Educación Urbana de Bolivia*; *Central Obrera Ooliviana*; a *Central de Pueblos Indígenas del Oriente*; a

Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia; a Confederación de Estudiantes Normalistas de Bolivia; a Confederación de Estudiantes Secundaria de Bolivia; a Confederación Nacional de Colonizadores de Bolivia; o Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu; o Comité Ejecutivo de la Universidad Boliviana; a Confederación Universitaria Boliviana; a Asociación de Universidades Privadas; a Confederación Nacional de Juntas Vecinos; o Movimiento Cultural Saya afro-boliviana; a Policía Nacional Boliviana; a Confederación de Empresarios Privados de Bolivia; o Instituto Boliviano de la Ceguera; a Comisión Episcopal de Educación; a Asociación Nacional de Evangélico de Bolivia-metodista; a Asociación Nacional de Colegios Privados de Bolivia; a Junta Nacional de Padres y Madres de Bolivia; a Universidad Mayor de San Andrés; o Consejo Educativo Aymara y Consejos Educativo de la Nación Quechua; o Consejo Cacional de Suyus Aymaras y Quechuas del Qullasuyu; as Fuerzas Armadas de la Nación; a Defensoría del Pueblo; a Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia-Bartolina Sisa; a Asamblea Permanente de Derechos Humanos; os Servicios Departamentales de Educación; o Ministerio de Educación y Culturas; e a Comisión Nacional de la Nueva Ley Educativa.

Estas organizações entravam em contradição e embate tanto no processo Constituinte que estava acontecendo no país quanto no próprio Congresso Nacional de Educação. Houve inclusive uma retirada coletiva do Congresso por parte dos anti-indigenistas, mas que retornaram para participar de outros pontos do Congresso.

No entendimento de superação da Lei 1565, caracterizada pelo MEC de “anti-indígena e antipopular” de Reforma da Educação na década de noventa, o objetivo do CNE foi

Construir en consenso una nueva ley de educativa comunitaria, descolonizadora, científica, productiva, intracultural, intercultural y plurilingüe, que responda a las características socioculturales y lingüísticas del territorio boliviano, en base al diálogo y análisis del trabajo de la Comisión Nacional. (MINISTERIO DE EDUCACIÓN, 2006, p. 4).

Eram também objetivos do CNE garantir a participação de todas as instituições e organizações sociais que de alguma forma são ligadas ao que fazer educativo, proporcionar o debate crítico e a interação sobre as novas direções das políticas

educativas entre os participantes do CNE e levar até os poderes Legislativo e Executivo o documento elaborado. Quando elegeram para presidir o Congresso uma maioria indigenista, escolas privadas e a Igreja Católica se retiraram, mas, ao final do Congresso, houve atividades conjuntas.

O texto final do CNE intitulou-se “Educação Comunitária e Descolonizadora”. Em geral, as características situaram-se similares ao texto constitucional e vice-versa, pois enquanto o texto final influenciava o processo da Assembleia Constituinte, este mesmo processo trabalhava no sentido de aprovar as ideias fundamentais da esquerda indígena que agora estava no governo.

A própria Ley Avelino Siñani esperou a Assembleia Constituinte encerrar-se para o Congresso Nacional retomar seus trabalhos normalmente e a lei ser votada. O texto reivindica uma educação descolonizadora, comunitária, produtiva e de participação popular. Sua estrutura de organização curricular possui determinadas características gerais, e a abordagem curricular, *um nuevo curriculum*, passa a ser construída desde então.

A educação regular compreende quatro níveis de formação: a Educação em Família Comunitária, de 0 a 5 anos, a Educação Comunitária Vocacional, dos seis aos 13 anos (ali aprendem Matemáticas, Língua, Comunicação, Ciências Naturais e Ciências Sociais), o desenvolvimento vocacional faz parte do aprendizado, as Ciências Naturais (antirracismo darwiniano) e as Ciências Sociais (pró-indigenista) possuem mudanças significativas quanto às culturas indígenas. O quarto nível é a Educação Comunitária Produtiva, dos 14 aos 17 anos, com Ciências Produtivas Tecnológicas, Ciências Humanísticas, Ciências Médicas e Ciências Artísticas, Físicas e Desportivas, assim como o manejo oral e escrito de três línguas: a originária, o castelhano e a língua estrangeira. A formação de professores dá-se de forma única, fiscal, gratuita e diversificada, pois devem desaparecer as diferenças entre a formação dos professores urbanos e rurais, e o Estado assume sua responsabilidade na formação. As instituições educativas militares e policiais também foram contempladas no texto final do CNE, colocando-as a *servicio del pueblo y es parte del Sistema Educativo Nacional*.

A estrutura de organização e administração da educação, conforme o texto final do CNE, organiza a Educação no país em novas estruturas: “1) MEC, 2)

Direcciones generales, de acuerdo com las características ecológicas y culturales, sendo elas: el Altiplano, el Valle, el Chaco y la Amazônia”.

Possuindo características e proposições que colocam a gestão democrática no bojo da política educacional do Governo Evo Morales a partir de 2006, sendo inclusive feita através de uma experiência de tal processo dialógico entre os diferentes *locus* educacionais e nacionalmente, as proposições finais da CNE ficaram dependentes de sua evolução no parlamento a Lei Avelino Siñanez e Eduardo Perez. E a própria lei, como veremos, passou os anos de 2006 à 2009, dependendo da aprovação sa própria Nova Constiuição Política de Estado Plurinacional.

3.5 LEI AVELINO SIÑANEZ E EDUARDO PEREZ

A proposta de Lei Avelino Siñani y Elizardo Pérez apresentou um novo desenho curricular, no sentido de uma educação descolonizadora, comunitária, pluralista, inter e intracultural, plurilíngue, produtiva na vida e para a vida. Conforme o Ministério de Educação, esta Lei busca reafirmar a dignidade, a unidade e a integridade territorial, a consciência de reivindicação marítima e a soberania do Estado. Este novo currículo foi baseado em um documento, resultado de uma construção coletiva com a participação de sábios indígenas originários, professores da área urbana e rural e outros especialistas.

O Ministério da Educação junto com o Ministério de Culturas realizou o debate sobre descolonização, política pública do governo Evo Morales, que tem origem nas reivindicações das populações indígenas originárias³¹, entre elas o “Vivir Bien”, pontos-chave para qualidade de vida e felicidade a partir principalmente de concepções da cultura indígena.

A partir dos pontos que apresentaremos a seguir podemos identificar na proposta de lei os principais conceitos que estavam imbricados nas relações da CNE e disputa entre suas forças sócio-políticas na área da educação boliviana. Os principais pontos do anteprojeto de Lei Avelino-Siñanez que foi enviado para o Congresso Plurinacional da República da Bolívia são os seguintes:

³¹ Ver NUEVA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO (2008).

Objetivo - Cambiar las bases de la educación boliviana para adecuada al proceso de cambio histórico que vive el país.

Actividad - Preparación, realización y consolidación del Congreso Nacional de Educación, cuyo producto final es el anteproyecto de Ley de la Nueva Educación Boliviana.

Resultado - Proyecto de Ley de la Nueva Educación Boliviana consensuado por organizaciones sociales e indígenas así como por instituciones públicas y privadas y que introduce modificaciones de fondo en la educación boliviana. (BOLIVIA, 2006, p. 19)

Artículo 2º a - Es función suprema y primera responsabilidad financiera del Estado, por constituir un derecho humano fundamental; tiene la obligación indeclinable de sostenerla, garantizarla, regularla, gestionarla y ejercer su tutela plena a través del Sistema Educativo Plurinacional.

Artículo 2º e - Es laica pluralista y espiritual porque respeta la cultura y la libertad de creencias religiosas, promueve los valores propios y rechaza todo tipo de imposición dogmática religiosa.

Artículo 3º a - Consolidar una educación descolonizada, como parte del proceso histórico descolonizador e instrumento para garantizar un Estado Plurinacional y una sociedad con justicia social, productiva y soberana.

Artículo 3º g - Desarrollar una educación laica y pluralista que permita el conocimiento de las historias religiosas universales, la espiritualidad de las naciones y pueblos indígenas originarios campesinos, comunidades interculturales y afro bolivianos, respetando las creencias y libertad de conciencia como base del derecho individual y comunitario.

Artículo 5º (Educación Privada) Se reconoce y respeta la educación privada en todos sus niveles, que se rige bajo normas, políticas y el currículo básico del Sistema Educativo Plurinacional. Está sujeta a reglamentación específica emanada del Ministerio de Educación.

Artículo 6º (Convenios en educación) Los convenios en educación se reconocen y se sujetan a las políticas educativas y normativas administrativas del Estado que controla y supervisa su cumplimiento.

Artículo 19º (Desarrollo de la intraculturalidad e interculturalidad)

Intraculturalidad

El desarrollo de la intraculturalidad promueve la cohesión y fortalecimiento de las culturas de las naciones y pueblos indígenas originarios campesinos, comunidades interculturales, afro bolivianas para la consolidación de un Estado Boliviano Plurinacional basado en la equidad, solidaridad, complementariedad, reciprocidad y justicia. Se incorpora en el currículo del Sistema Educativo Plurinacional los saberes y conocimientos expresados en el

desarrollo de la cosmovisión de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afro boliviana.

Interculturalidad

El desarrollo de la interrelación de conocimientos, saberes, ciencia y tecnología propios con los ajenos, que fortalece la identidad propia y la interacción en igualdad de condiciones entre todas las culturas bolivianas con las del resto del mundo. Se promueven prácticas de interacción entre diferentes pueblos y culturas desarrollando actitudes de valoración, convivencia y diálogo entre distintas visiones del mundo para proyectar y universalizar la sabiduría propia.

Fonte: Ante-proyecto de Lei "Avelino-Siñanez"

No final de 2006, tanto o Ministério de Educação quanto os movimentos sociais reivindicavam a aprovação da Lei Avelino Siñani de forma imediata assim que foi apresentada. Até 2009, a Lei ainda não havia sido aprovada, sendo que a Nova Constituição Política de Estado foi a priorizada, além de haver a troca de gestão no Ministério de Educação. A ministra Magdalena Cajías, assim como seu atual sucessor e todo o governo Evo continuam a defender sua aprovação, realizada a partir da Conferência Nacional de Educação em 2006, mas não com a mesma dinâmica do primeiro ano do governo Evo na gestão do ministro Félix Patzi. A Lei é criticada por partidos, sindicatos e movimentos que compõem a oposição de esquerda ao governo Evo quanto à demasiada abstração da "descolonização mental" e por legitimar a educação privada e clérica, indicada por eles como discriminadora, excludente e racista.

Os sindicatos profissionais da categoria dos professores publicaram alguns de seus pensamentos, posições e análises sobre a Lei Avelino-Siñanez. Conforme o documento do magistério urbano da Bolívia, que possui um viés mais econômico, corporativo e de classe, existem muitos pontos de discordância com a proposta governamental, mesmo sendo este sindicato um apoiador da proposta da Lei Avelino Siñanez como um todo. Entre elas estão principalmente três: a) a educação única X a diversidade: defendem a igualdade de oportunidades sustentada pelo Estado, contra a educação privada e os convênios, pois, para eles, a descentralização é parte da privatização e querem que isto conste na Lei, mudando os artigos para atender tal reivindicação; b) a negação da participação da sociedade civil na educação, contra a participação social e os conselhos sociais, em que estariam incluídos Igrejas, ONG's,

instituições privadas e as próprias comunidades escolares entre elas as originárias indígenas; c) a retirada das inclusões e previsões de inclusão e reconhecimento das identidades culturais específicas locais, entre elas, com certeza, a maioria originária e indígena.

3.6 O NUEVO CURRÍCULUM

Conforme as orientações do Congresso Nacional de Educação e da Lei Avelino-Siñani, foi proposto e construído um novo currículo para a educação boliviana. Ao mesmo tempo em que é pautado pela construção comunitária um novo currículo desde a sociedade e não desde o MEC como nos governos anteriores, existe uma assessoria internacional que também pauta novas formas curriculares ou alternativas curriculares a partir de assessoria externa. Os estudos específicos dirigidos (como o uso estruturado do quadro e as regras de convivência), os Estudos Pedagógicos Internos e os planos de situações didáticas e trocas de experiências influenciam o currículo através destes trabalhos de assessoria realizados nas escolas, iniciando inclusive pela própria proposta pedagógica de trabalho de *niños y niñas protagonistas en su propia aprendizaje*.

As orientações do novo currículo estão sendo encaminhadas em seu processo de formação a partir das políticas educacionais anteriores que lhe vão dando contorno e características, pois, durante o período de 2006 a 2009, o currículo foi uma política educacional em construção, não estava pronto para ser desenvolvido e ainda estará sendo analisado no país nos anos de 2010 e 2011. Suas proposições também são referenciadas na Nova Constituição Plurinacional e no Plano Nacional de Desenvolvimento. Como propôs a Conferência Nacional de Educação e a Lei Avelino-Siñanez, o novo currículo deve caracterizar-se por um conteúdo anticolonizante ou de descolonização. Como a Lei Avelino-Siñanez não foi aprovada, o MEC tem realizado, a cada gestão anual ou a cada gestão de Ministro (Pátzi, Magdalena, Aguilar), diferentes dinâmicas de formulação do novo currículo. No ano de 2006, ele colocou-se como uma novidade indigenista a ser conhecida pelo país; nos anos de 2007 e 2008, realizaram-se reuniões, encontros pedagógicos e houve uma construção coletiva entregue como

proposta curricular pela comunidade para a Ministra de Educação de então, Magdalena Cajías. Já na gestão de Aguilar, continuaram alguns debates, mas espera-se a aprovação da Lei Avelino-Siñanez³².

Segundo o informe 2009 do Ministério de Educação, ainda está prevista a luta por um novo currículo, principalmente a partir da aprovação da Lei Avelino-Siñanez que, até este referido ano, não foi aprovada. Mesmo para além da delimitação desta pesquisa, pode se colocar que esta é uma política educacional colocada em prática de forma minoritária e parcial frente a todas as dificuldades das redes escolares na América Latina, como a própria Campanha Nacional de Alfabetização e, principalmente, a política educacional das universidades indígenas, a UNIBOL.

Se for implementada, o “voluntarismo” dos professores e das comunidades empoderadas pela Nova Política do Estado Plurinacional, assim como a própria orientação política assumida e incentivada pelo próprio governo Evo Morales terão maior relevância prática no país do que uma política educacional dirigida pelo MEC boliviano no período entre 2006 e 2009, em que a própria parceria externa de assessoria educacional estava funcionando na Bolívia. A agência JICA estava atuando de forma significativa na formulação e desenvolvimento do setor de formação de professores do MEC que passava por reestruturação conforme foi presenciado *in loco*.

As sínteses desta proposta de política educacional com as propostas do bloco ALBA deram-se de forma complementar. Apesar da proposição do governo em desenvolver o ensino a partir das características deste novo currículo e ele contemplar as propostas do bloco ALBA, qualificando determinados pontos em relação às culturas originárias que não estão desenvolvidas em outros países do bloco e que também possuem populações indígenas significativas, a aplicação prática deste novo currículo no período entre 2006 e 2009 foi alterada pelo processo de políticas educacionais que compõem e fundamentam sua aplicação e que estão em pleno movimento de desenvolvimento e formulação de suas proposições – inclusive junto às comunidades da área da educação indígena – no andamento dos processos burocráticos dos poderes de Estado e na disputa entre os agentes sociais não-indigenistas principalmente.

³² Ver TICONA, (2008).

3.7 UNIVERSIDADES INDÍGENAS BOLIVIANAS – UNIBOL

Foram criadas três universidades indígenas, no sistema UNIBOL³³ – Universidades Indígenas Bolivianas. Em cada campus, as aulas são dadas nas línguas das populações originárias, sendo o castelhano a segunda língua; ainda há o aprendizado de uma terceira língua estrangeira que tornam as universidades trilíngues. Uma universidade em guarani chamada “Apiaguaiki Tupã”, um líder indígena guarani lembrado como herói da última defesa das terras guaranis em 1892, e será localizada no Departamento de Chuquisaca, no sudeste boliviano. A outra em Aymará chamada “Tupak Katari”, líder indígena Aymará que lutou contra os colonizadores espanhóis e foi morto em 1781 e será localizada no Departamento de La Paz. A terceira em Quéchua chamada “Casimiro Huanca”, um dirigente campesino Secretário Executivo da Federação de Colonizadores de Chimoré assassinado por tropas militares em 2001, no Departamento de Cochabamba.

As universidades possuem inicialmente poucos cursos e apenas dezenas de vagas em sua inauguração no segundo semestre de 2009. Tais cursos são voltados para o desenvolvimento da economia local das regiões de acordo com as capacidades humanas e vocação natural da região, nas chamadas “Áreas de implementação”. Na região de língua Quéchua, existem os cursos de Agronomia Tropical, Indústria de Alimentos, Florestal e Piscicultura. Já na região Guarani, haverá cursos nas áreas de Hidrocarbonetos, Florestal, Piscicultura (economia característica da região próxima ao Pantanal), Veterinária e Zootecnia. Todos os cursos terão as chamadas “matérias universais” como Ciências Sociais, História, Economia e Meio Ambiente. Existirão níveis intermediários de formação que são o Técnico Superior, a Licenciatura e a “Maestría”. Qualquer nível só será alcançado com o estudante defendendo oralmente nas bancas e entregando por escrito um trabalho na língua indígena originária que envolva um empreendimento produtivo. Inicia-se, assim, a superação de uma contradição histórica entre a separação eurocêntrica da academia e as populações

³³Ver Decreto 29664 – Universidad Indígena Boliviana – UNIBOL – MEC, (2008).

indígenas da Bolívia, assim como sua própria inclusão social no ensino superior. A política educacional produziu sínteses em favor das populações indígenas e ao processo de câmbio em curso na Bolívia, continuando a produzir novas contradições e desencadeamentos complexos.

As UNIBOL foram criadas a partir do Decreto Supremo Nº 29664 do dia 2 de Agosto de 2008, o *Año de La Revolución Educativa*. Os antecedentes apresentados para a criação da UNIBOL são baseados na crítica à colonização euro-espanhola que interrompeu o processo dos povos indígenas que desenvolviam sua civilização de forma integral, com formas de organização religiosa, estatal, política, econômica e educativa próprias. Através do genocídio e do etnocídio, foi imposta uma cultura estrangeira a qual, por séculos, os povos indígenas resistiram, resultando no estabelecimento da primeira escola em língua indígena da Bolívia em Warisata em 1931 que foi destruída pelo governo da época, pois viviam sobre os princípios organizativos, produtivos e filosóficos da sociedade Aymará.

A partir da Revolução de 1952, a população indígena foi mais incluída no sistema de ensino eurocêntrico e monocultural em um processo ainda maior de aculturação. Sempre as comunidades indígenas têm preservado seus conhecimentos originários frente à colonização, com características complexas, científicas, tecnológicas que envolvem saberes, todos orientados por princípios de equilíbrio com a natureza, responsabilidade individual e coletiva, trabalho cooperativo e complementaridade.

As condições materiais de vida e de reprodução cultural são a unidade de produção que compreende o fundamento da estrutura social indígena, que é a comunidade. Como não existia uma educação universitária indígena nem uma pedagogia indígena, a Revolução Democrática e Cultural do atual governo reivindica as demandas de equidade e justiça dos povos indígenas criarem universidades, sendo este um dos pilares fundamentais do fortalecimento da identidade cultural e da descolonização. As Universidades Indígenas Comunitárias Interculturais Produtivas intencionam transformar o aparato produtivo do país, misturando tecnologia de ponta com os princípios da economia comunitária.

Os fundamentos filosóficos e políticos da UNIBOL são: a) descolonização, intraculturalidade e interculturalidade; b) educação produtiva, comunitária e familiar; c)

democracia comunitária; d) modelo produtivo comunitário; e) integração Universidade e Estado. Suas bases educativas são colocadas pelo MEC como: a) fortalecimento da cultura através do idioma nativo; b) vinculação com o mundo; c) conhecimento pertinente; d) fomento à produtividade; e) respeito à diversidade; f) ensino da condição humana; g) transferências do conhecimento; h) educação livre e libertadora; i) transparência; j) excelência acadêmica; k) melhoramento contínuo. Seus princípios fundamentais são: a) preservação da vida; b) convivência harmônica e pacífica; c) geração de conhecimento para viver bem; d) prática da tolerância; e) amor à verdade; f) defesa da paz como critério de convivência intercultural. Suas finalidades são:

a) Transformar el carácter colonial del Estado y de la Educación Superior con La formación de recursos humanos com sentido comunitario, productivo e identidad cultural;" e "b) Articular la educación superior com las necesidades regionales de desarrollo y la participación de las comunidades organizadas em La región".

As UNIBOL caracterizam-se por serem gratuitas e com base em rendimentos por desenvolverem-se preferencialmente em regime de internato, por uma formação orientada para a produção, por integrar a teoria com a prática, por ser trilingue, por realizar atividades produtivas, por estar sujeita à avaliação permanente e individualizada e por serem incubadoras de empresas comunitárias e familiares. Estas universidades possuem em seu marco institucional as seguintes autoridades e órgãos de governo: a Junta Comunitária, a Junta Universitária, o Reitor e os Diretores de Curso. A Junta Comunitária da Universidade está integrada por Reitor e Diretores de Curso, um representante dos docentes de cada curso, representantes do MEC, um representante dos estudantes de cada curso, representantes das autoridades sindicais e originárias de cada região e representantes das instituições produtivas presentes na região. Os Reitores e os Diretores de curso são eleitos por períodos de três anos, seguindo critérios de antiguidade de contratação, titulação e outros critérios que serão regulamentados posteriormente. A seleção de docentes se dá de forma pública com testes dos conhecimentos específicos e da língua originária da universidade. Assim como são realizadas avaliações periódicas com os docentes a respeito dos Fundamentos Filosóficos e Políticos estabelecidos na criação da UNIBOL. O Estado,

através do Poder Executivo, apoia os docentes com concessão de créditos para investimentos destinados a implementar uma economia comunitária e familiar de produtores diretos, e sua incorporação como força de trabalho nas empresas públicas nacionais, departamentais ou municipais.

A política educacional da UNIBOL conforma síntese como movimento internacional do bloco ALBA no que tange à defesa dos povos originários e indígenas da América com sua representação e inclusão no Ensino Superior. Assim como a política da UNIBOL está de acordo com o projeto político-educacional da ALBA, mesmo sendo uma política educacional proposta pelo governo boliviano, não possui outra ligação senão a relação política com o bloco ALBA, até onde foi verificado. Mesmo que não seja uma política educacional organizada internacionalmente pelos governos que compõe a ALBA (como veremos em seguida no caso da Campanha de Erradicação do Analfabetismo) é a proposta mais avançada até o momento alcançada pelo bloco ALBA a partir da iniciativa governamental de um dos países do bloco, constituindo o próprio bloco ALBA no sentido proposto pela política educacional das UNIBOL através do movimento particular que os agentes sócio-políticos mediam nas relações internacionais; sendo que a Bolívia é o país mais propício para uma experiência autóctone indígena entre os países integrantes do bloco. Em Cuba, por exemplo, ocorreu historicamente uma violência contra os povos indígenas de seu país muito grande desde o início da colonização, tornando mais difícil a implementação de políticas públicas para setores tão minoritários e não significativos na correlação de forças frente a outras classes sociais e frente ao Estado. Na Venezuela, mesmo com a Missão Sucre para o Ensino Superior, não temos informação sobre este nível de educação sendo desenvolvido para os povos indígenas como está sendo na Bolívia, sendo a Venezuela um país com uma população indígena maior do que a cubana, principalmente na região da Amazônia venezuelana, e menor do que a boliviana que a etnização indígena atinge todas as regiões do país de forma intensa apesar do processo histórico de colonização. Esta política educacional consegue unir na prática o acesso a educação, o direito aos povos originários, a inclusão social e educacional a partir das proposições do Governo Evo Morales e do MAS-IPSP assim como da ALBA. Torna-se uma experiência de composição e qualidade singular no movimento concreto

das relações até hoje colocadas pelo capitalismo internacionalmente e na história da América Latina e da Bolívia, mesmo que recém iniciada em 2009 e ainda em seu andamento inicial.

3.8 CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO E POLÍTICA DE PÓS-ALFABETIZAÇÃO

O Vice-Ministério de Alfabetización do Ministério da Educação foi e ainda é o departamento que mais atua junto à ALBA, e a política educacional de maior impacto realizada até agora foi a Campanha de Erradicação do Analfabetismo, realizada de 2006 a 2008, quando a Bolívia foi considerada pela UNESCO território livre de analfabetismo, obtendo uma taxa menor a 4 % segundo os dados oficiais. A campanha foi realizada em três línguas: espanhol, quéchua e aymará, com financiamento via ALBA da Venezuela e com assessoramento pedagógico via ALBA de Cuba, principalmente através do método cubano de alfabetização “Yo Sí Puedo”³⁴, com cartilhas nas três línguas, que é aplicado em diversos países e flexível para realidades locais e regionais.

A partir de 2009, a principal política do Vice-Ministério de Alfabetização tornou-se a “Pos-alfabetización”³⁵ com a intencionalidade de dar continuidade ao processo educacional da campanha de erradicação do analfabetismo. Não há nos informes ministeriais de 2006 a 2008 ligação feita à ALBA com a Campanha de Erradicação do Analfabetismo e, sim, referência a um acordo de cooperação bilateral entre a Bolívia e Cuba realizado em 2006 no primeiro ano do governo Evo Morales.

A Professora cubana Releys desenvolve o método “Yo Si Puedo” a partir da relação ou combinação, da associação de números com as letras. Os números são reconhecidos a partir do senso comum e prático dos iletrados. Utilizando o método de reconhecer as letras e sílabas a partir de números, conseguem construir palavras, frases e orações. Quando a professora trabalhava no Haiti com alfabetização (em torno

³⁴ Decreto Supremo N° 28675 – **Convenio de Cooperación Cuba-Bolivia para el Programa Nacional de Alfabetización “Yo Sí Puedo”** – 2006/04/03.

³⁵ Decreto Supremo N° 0004 – **Programa Nacional de Post Alfabetización PNP “Yo, Si Puedo Seguir”** – 2009/02/11.

de 2001), passou a desenvolver este método. Lá realizou aulas de alfabetização a partir do rádio.

Cuba, em 1985, já havia sido premiada pela UNESCO por um método de educação via rádio para pescadores. Na campanha de alfabetização na Venezuela entre 2003 e 2005, este método foi testado e demonstrou resultados objetivos quanto à alfabetização, utilizando-se, dessa vez, não rádio, mas vídeos de tecnologia VHS para acompanhar os alunos e as classes. A associação por partes é realizada a partir do ouvir: ouvir e olhar, ouvir e ler, ouvir e escrever.

Tanto na Venezuela quanto na Bolívia, a campanha de alfabetização foi acompanhada por um atendimento de saúde e distribuição de lentes oculares conforme o quadro abaixo fornecido pelo Vice-Ministerio de Alfabetización, integrante do Ministério de Educação:

Metodologia

El programa de alfabetización está basado en uso de la televisión y los videos reproductores VHS como apoyo fundamental para las clases.

Las clases de alfabetización duran 65 días por las 65 tele-clases que se imparten aunque ello es flexible y depende del ritmo de avance del aprendizaje de los participantes.

Un Punto de alfabetización funciona sobre la base de la instalación del televisor y el video reproductor VHS, el juego de 17 cassettes VHS que contienen las 65 tele-clases, una cartilla por participante; una guía para el facilitador y la planilla de control y evaluación; un facilitador o profesor y los participantes (hasta 30).

En cada clase se relaciona una letra con un número. Por ejemplo la letra a con el número 1, e-2, c-3, e-5, b-6, y otros, lo que familiariza a los participantes en la construcción de palabras sencillas sobre la base de la relación asociativa o sumatoria de los números.

En cada clase, los participantes, junto a su facilitador, ven una clase de alfabetización en el televisor. A continuación el facilitador refuerza lo visto con ejemplos contextualizados y explicaciones complementarias. La fuerza del mensaje televisivo hace que las clases tengan mayor nivel de aprendizaje en los participantes.

Etapas para la aplicación del Programa Nacional de Alfabetización:

1-Exploración - Comprende el conocimiento gradual de la densidad poblacional, índices de analfabetismo local, características del lugar donde se aplicará el programa, realizar el estudio económico, político, social y cultural del territorio. Esta etapa se inicia con la divulgación, la captación de voluntarios,

sensibilización y la preparación de un grupo de facilitadores. Se aplica a todos los Puntos de alfabetización. 2-Capacitación de facilitadores: antes de inicio de las clases, los alfabetizadores reciben un curso de capacitación que dura medio día, en el que conocen el método de enseñanza-aprendizaje y las labores que deben realizar. 3-Experimentación - Para la apertura de un punto se busca un ambiente de uso exclusivo para las clases, se adecua ese recinto (sede vecinal, sede sindical, CRP, casa parroquial, vivienda particular, otros) para la etapa piloto (febrero a junio 2006) y se comienza con la alfabetización. Se lleva un control sistemático para la evaluación del proceso. 4-Generalización: comprende la extensión del programa de alfabetización a todo el territorio. Supervisión, control y evaluación del proceso. Preparación sistemática de los nuevos facilitadores y supervisores. Esta etapa comenzó en marzo de 2006 y se aplicará hasta la conclusión del programa, a fines de 2008.

Etapas de la aplicación del método en un Punto de Alfabetización:

Primera Etapa

Adiestramiento o aprestamiento: 10 clases

Comprende:

- Actividades de entrenamiento, preparación y guía en el inicio de las clases.
- Las 5 primeras clases son de familiarización, desarrollo de las habilidades psicomotoras (manejo del lápiz, familiarización con el cuaderno, mayor atención en clases. otros) y la representación gráfica de los números del 0 al 30.
- en las restantes se estudian cada día una vocal.

Segunda Etapa

Enseñanza de la lectura y la escritura: 42 clases

En 23 de las clases siguientes se aprende cada día una letra o fonema nuevo y en las restantes 19 se van analizando (y resolviendo) las dificultades que se presentan en el uso de nuestro idioma, por ejemplo: ce-ci, gue-qui.

Tercera Etapa.

Consolidación: 11 clases.

Comprende:

11 clases de consolidación.

2 clases finales para la redacción.

Estas clases tienen importancia vital en todo el proceso de aprendizaje. Se deben crear nuevos ejercicios y comprobar el aprendizaje mediante sistemas de evaluación.

Es un proceso que comienza desde el primer día hasta el último.

Es un sistema en el que se utilizan distintas formas para saber si se ha producido un buen aprendizaje (evaluación sistemática).

Cuarta Etapa

Evaluación final

Los alfabetizados demuestran que ya aprendieron a leer y a escribir sus nombres y apellidos, que leen con cierta fluidez y que son capaces de redactar oraciones, mensajes sencillos y hasta cartas.

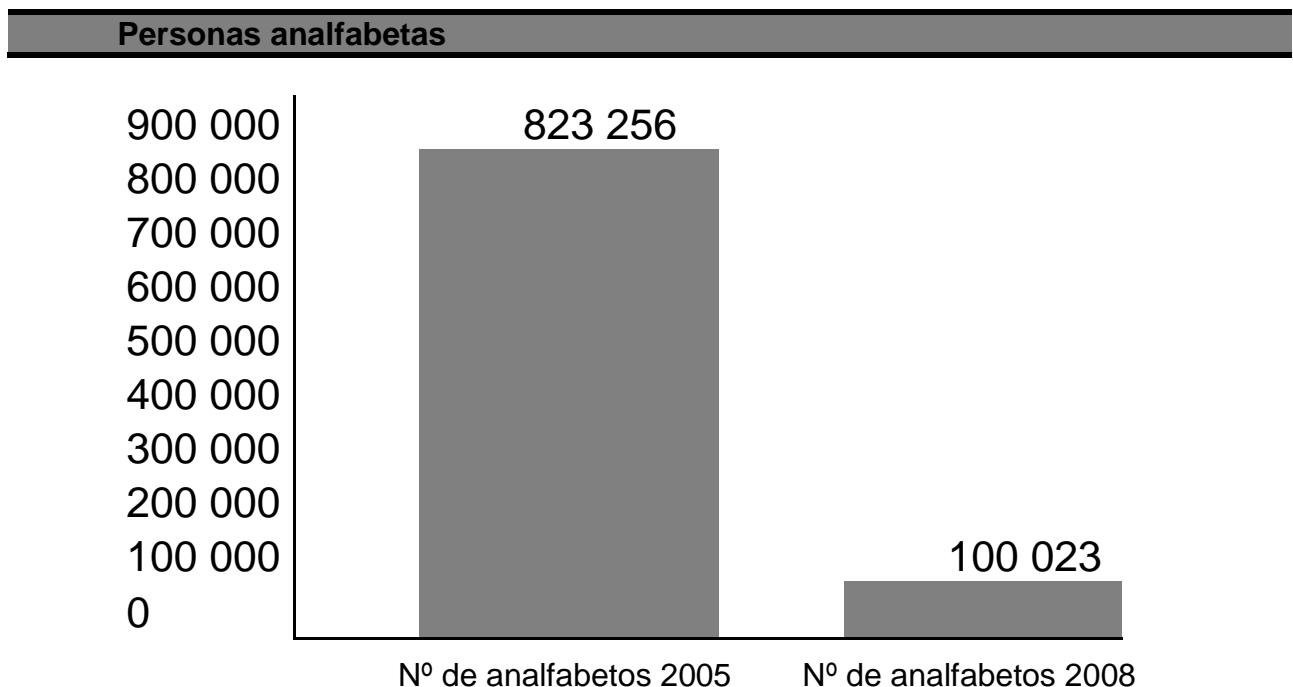
Los errores ortográficos o de signos de puntuación no determinan en que un participante se considere alfabetizado o no.

Desde marzo de 2006, cuando empezó la campaña masiva de alfabetización, se sumaron al proceso gobiernos departamentales, municipales, magisterio, universidades públicas y privadas, organizaciones sociales y originarias, además de otros sectores. Aproximadamente 2.000 universitarios de las entidades públicas y privadas se sumaron al programa de alfabetización en diciembre de 2007, a través de las “Brigadas universitarias de solidaridad y compromiso social”, para coadyuvar en la erradicación del analfabetismo en las capitales de departamento del país, con excepción de Cobija-Pando que ya es libre. El proceso de alfabetización empieza con la enseñanza de la lecto escritura, continúa con la graduación y concluye con la declaratoria de territorio libre el municipio, departamento y país. El proceso cuenta con el apoyo solidario de facilitadores cubanos y venezolanos, que cuentan con la experiencia de ser países libres de analfabetismo (BOLIVIA, 2007)

A Bolívia contava com mais de um milhão de analfabetos no início da década. Já tinham existido campanhas de alfabetização pelos governos da ditadura e também durante os anos oitenta e noventa, mas nenhum conseguiu em tão pouco tempo alfabetizar tantas pessoas.

Tabela 5

**PROGRAMA DE ALFABETIZACIÓN «YO SÍ PUEDO»
BOLIVIA A PUNTO DE SER DECLARADA TERRITORIO SIN
ANALFABETISMO**



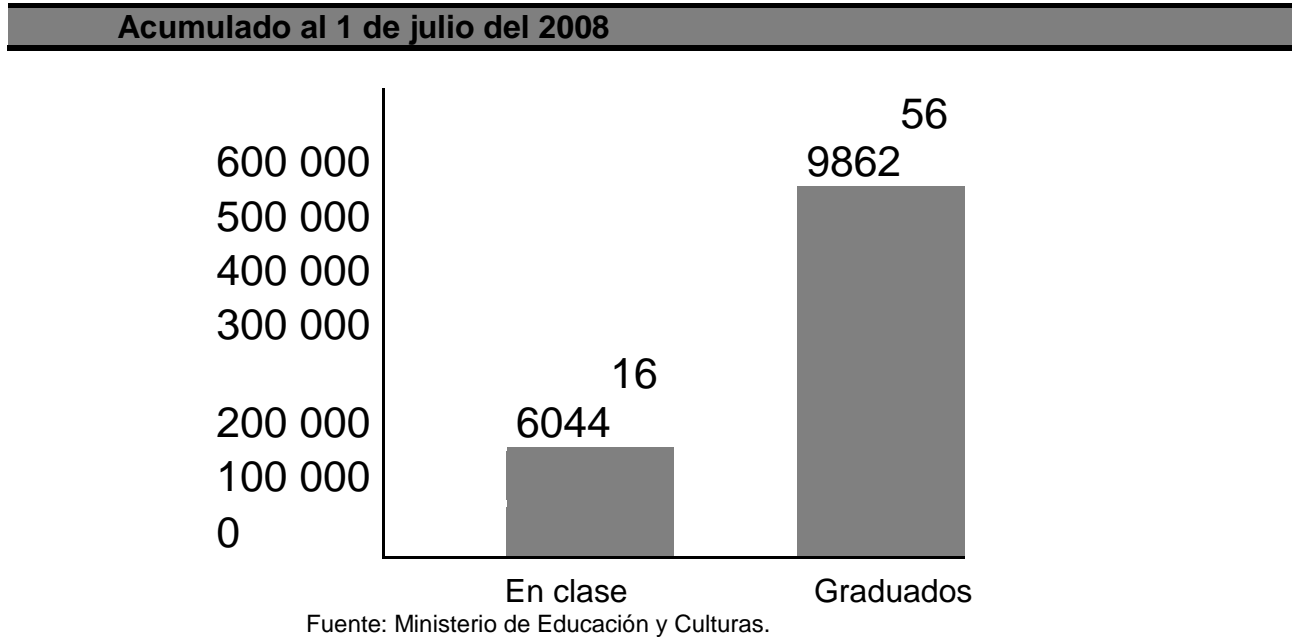
Fuente: Ministerio de Educación y Culturas.

No censo do Programa Nacional de Alfabetismo, entre 2006 e 2007, foram identificadas 823.256 pessoas analfabetas existentes na Bolívia. Ao final da campanha, 819.417 pessoas maiores de quinze anos puderam ler e escrever. Foram instalados 8.350 painéis solares para a utilização do material eletrônico para as aulas. Eram utilizados principalmente nos lugares de difícil acesso – região andina e região da amazônia boliviana – onde não havia redes de luz elétrica. O governo cubano apoiou com a atenção oftamológica em 251.825 atendimentos, e o governo venezuelano com a entrega de 212.078 lentes.

Escolas, igrejas, centros comunais e sedes sindicais foram utilizados para organizar os 28.450 pontos de alfabetização onde se organizaram e funcionaram 50.582 turmas de alfabetização do PNA. Participaram 4.733 supervisores que orientavam, apoiavam e realizavam o acompanhamento e avaliação dos facilitadores, os quais chegaram a 46.460 para propiciarem o processo de aprendizagem, constituindo o vínculo entre o método “Yo sí puedo” e os alfabetizados.

Na língua aymará foram utilizados 881 pontos de alfabetização. Os 238 supervisores e os 1344 facilitadores promoveram a aprendizagem de maneira bilingue, onde 24.699 alfabetizados foram graduados em cinco Departamentos: La Paz (com a maioria, 23.398 graduados), Oruro, Potosí, Beni e Pando. Na língua Quéchua foram 611 pontos de alfabetização; 146 supervisores e 698 facilitadores graduaram 13.599 alfabetizados nesta língua em oito Departamentos: Chuquisaca, La Paz, Cochabamba, Oruro, Potosí, Tarija, Santa Cruz e Beni. A alfabetização constituiu processos singulares de relações na política educacional da Campanha Nacional de Alfabetização. Tais populações foram historicamente excluídas do processo colonizador eurocêntrico durante o desenvolvimento desigual do capitalismo neste país.

Tabela 6

PLAN NACIONAL DE ALFABETIZACIÓN

A declaração da Bolívia como um Território Livre de Analfabetismo possui uma continuidade na política educacional do governo Evo Morales. Entre o período de 2009 a 2012, desenvolverá um programa de pós-alfabetização que equivale do primeiro ao quinto ano da educação primária. Em dois anos e também com teleclasses, o plano de estudos compreende as áreas de Linguagem, Matemática, História, Geografia e Ciências Naturais.

Tabela 7

**RESULTADOS LOGRADOS EN EL PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZACIÓN
“YO, SÍ PUEDO” 2006-2008**

DEPARTAMENTOS	POBLACION	METAS	ALFABETIZADOS
PANDO	52.525	4.887	5.004
LA PAZ	2.350.466	57	233.553
BENI	362.521	6	31.524
MBA COCHABA	1.455.711	10	162.696
CRUZ SANTA	2.029.471	59	131.811
ORURO	391.870	3	32.514
POTOSI	709.013	13	113.436
CA CHUQUISACA	531.522	0	79.548
TARIJA	391.226	1	35.572
TOTAL	8.274.325	56	824.101



Tabela 8

Fonte: Vice-Ministerio de Alfabetización.

MATERIALES Y ATENCIÓN MÉDICA A PARTICIPANTES DEL PNA

DEPARTAMENTOS	OPTOMETRÍA		PANELES SOLARES DONADOS E INSTALADOS
	CASOS ATENDIDOS	LENTES ENTREGADOS	
PANDO	2.882	2.599	152
LA PAZ	66.850	60.603	1.141
BENI	9.249	8.204	731
BA COCHABAMBA	53.655	44.310	1.488
CRUZ SANTA	50.434	39.044	1.078
ORURO	17.499	14.182	292
POTOSI	23.985	19.750	1.991
CA CHUQUISA	14.434	12.836	1.132
TARIJA	12.837	10.550	345
TOTAL	251.825	212.078	8.350



Fonte: Vice-Ministerio de Alfabetización.

Analisando o manual de facilitadores da campanha de erradicação do analfabetismo, atentam-se às seguintes características: O manual dá espaço de construção das aulas e das avaliações para os facilitadores, mas o principal objetivo do facilitador é fazer os estudantes estarem atentos à TV cujo método já vem pronto na língua específica trabalhada. Ou seja, a TV é o principal “maestro”, mesmo que já tenha sido um vídeo trabalhado a partir de características da cultura local, como podemos ver em nossos anexos. A educação especial e inclusiva é contemplada como uma orientação aos facilitadores, mas não é estruturada.

Existe uma conscientização e motivação dos facilitadores para com o processo de erradicação do analfabetismo que ressaltam a importância daquela política para as pessoas e para o país. Existe a “Canción del Facilitador Boliviano” no final do manual que fala em “Revolução”. Mas as discussões do Manual do Facilitador não se dão a partir de elementos concretos que o povo está vivendo na conjuntura neoliberal ou na conjuntura “pós-neoliberal” dos anos de 2006 a 2009, diferenciando-se muito do caso cubano e venezuelano e suas campanhas de erradicação do analfabetismo.

Em Cuba existiam temas geradores que dialogavam com a Revolução Cubana e inclusive com a conjuntura internacional que estava vivendo o país. Na Venezuela existiam manuais que traziam pequenos textos sobre a retomada de antigos ideais dos libertadores da América que haviam sido deixados para trás pelo capitalismo e pelo neoliberalismo – valores nacionalistas e humanos, na maioria deles – assim como reivindicações específicas da população. Os manuais da campanha boliviana só partem da realidade local, mas com exemplos desvinculados da conjuntura política.

A política educacional da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo organizada a partir da ALBA com os apoios de Cuba e Venezuela foi a primeira política educacional priorizada no governo Evo Morales. Durante o primeiro mandato de

governo, entre 2006 e 2009, que é o período pesquisado, ela foi iniciada, efetivada na prática de fato e encerrada antes mesmo do término deste período de tempo.

As mediações particulares dos agentes históricos que construíram esta determinada política educacional constituem uma síntese superadora do analfabetismo boliviano anterior ao ano de 2006. Os objetivos a que se propõe o bloco ALBA foram alcançados na aplicação desta política educacional na Bolívia, uma forma de integração não-mercantil, com valores anticapitalistas como a complementaridade, a cooperação, a solidariedade e a soberania efetiva desses países, assim como a construção popular desta política educacional, principalmente na relação particular com as populações indígenas originárias.

A Campanha de Erradicação do Analfabetismo na Bolívia construiu o bloco ALBA de forma que o país se tornou um dos que melhor conseguiu aplicar a política do bloco na área da educação junto com a Venezuela e a Nicarágua³⁶. Assim, o bloco constrói sua política de inclusão diferenciando-se das políticas educacionais do período particular do capitalismo, mesmo que em um desenvolvimento combinado com políticas de ajuste fiscal que a perpassam e reafirmam um governo que erradica o analfabetismo ao mesmo tempo em que não busca alternativas na macroeconomia.

Desde o ano de 2006, já acontecia a continuidade da política educacional de Erradicação do Analfabetismo na Bolívia via ALBA, que é a política da Pós-alfabetização, mas somente em 2009 ela ganha um impulso decisivo após a proclamação da Bolívia como um Território Livre do Analfabetismo. Durante o ano de 2009, encontrou-se iniciada a política educacional de *Post-alfabetización* através do *Vice-Ministerio de Alfabetización*. Voltada para as pessoas maiores de quinze anos que completaram seus estudos na Campanha Nacional de Alfabetização para seguirem estudando, complementando seus estudos e evitando que retornem ao analfabetismo.

3.9 BONO JUANCITO PINTO

“...el manejo de la moneda no podrán nunca sustituir la producción de bienes materiales.”
(PLA, 2001, p.170)

³⁶ www.alianzabolivariana.org.

O governo Evo Morales criou o “Bono Juacinto Pinto”³⁷, organizado pelo Ministério de Educação. A partir da memória do garoto que tocava seu tambor para os soldados bolivianos durante a Guerra do Pacífico (a memória histórica é de perda do acesso ao mar pela Bolívia, conformando o heroísmo de resistência ao invés do de vitória), é um crédito financeiro com caráter de bolsa social vinculado à presença de estudantes em sala de aula durante o ano. A intenção é garantir a permanência dos estudantes, diminuindo a evasão escolar combinado com auxílio financeiro assistencial. Juntamente com a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, a instituição da política educacional do Bono Juancito Pinto foi uma das primeiras a serem priorizadas e implementadas pelo governo Evo Morales. Foi iniciada desde o primeiro ano de gestão em 2006 e existe até o presente ano de 2010. Seu objetivo e forma de distribuição, conforme o MEC, é “Contribuir a la reducción de la deserción escolar mediante incentivos económicos” (BOLIVIA, 2006, p. 39). Sua principal atividade no ano de inauguração da política educacional foi pagar um incentivo de Bs. 200 para cada estudante do primeiro ao quinto ano do ensino primário de escolas públicas, de convênios e de crianças especiais.

A nacionalização dos hidrocarbonetos foi revertida para o pagamento do Bono Juancito Pinto através do Decreto Supremo 28899, de 26 de outubro de 2006. O pagamento ocorreu em 12 de novembro, em 13.023 unidades educativas do país. As forças armadas (Exército, Aeronáutica e Naval) mobilizaram-se com vários ministérios do governo; além do MEC, também participaram o Ministério de Defesa, da Fazenda, da Presidência, de Planificação e Desenvolvimento.

O MEC afirma neste documento que o Bono incentiva especialmente as crianças das zonas rurais a não evadirem, devido às suas dificuldades sociais e econômicas. Coloca que a nacionalização dos hidrocarburetos se converteu em um benefício direto e concreto para estudantes, mães e pais de família, além de estar a serviço de uma nova percepção que a cidadania começou a ter das Forças Armadas, por trabalharem na segurança do transporte do dinheiro em espécie até as unidades educativas e, principalmente, por participarem oficialmente da entrega do bônus no que tange à sua

³⁷ Decreto Supremo N° 0309 – **Financiamento para el ejecución y entrega del Bono “Juancito Pinto” para la gestión 2009** – Presidencia del Estado Plurinacional de Bolivia – 2009/09/25.

dimensão pedagógica pela premiação estar diretamente ligada à presença em sala de aula de estudantes durante o ano letivo.³⁸

Aumentou sensivelmente a matrícula escolar no período seguinte ao pagamento do primeiro Bono, pois ele beneficia também as crianças de periferia das cidades. O presidente Evo afirmou que é um incentivo para que não se produzam novos analfabetos e que a matrícula escolar privada caiu -3.24% do primeiro ao quinto ano do ensino primário.

No ano de 2008, houve a inclusão até o oitavo ano do ensino primário coberto pelo Bono Juancito Pinto, assim como a inclusão de estudantes de Educação Juvenil Alternativa através do Decreto 29652 de 23 de julho de 2008. O governo afirma que abaixo deste contexto se inicia a Política de Proteção Social e Desenvolvimento Integral Comunitário com a implementação de Subsídio de Incentivo à Permanência Escolar com o Bono Juancito Pinto.

As Forças Armadas conseguem, nesta operação, levar o dinheiro fisicamente até as escolas, fazer um trabalho que o próprio sistema financeiro não provê, pois só está presente em 46,8% dos municípios; há cidades onde só existem Organizações Não Governamentais (ONG's) financeiras ou microfinanceiras. Portanto, foi uma prática permanente da atual gestão do MEC boliviano e até o ano de 2009, momento do término da pesquisa de campo e conforme os jornais que circulavam.

Tabela 9

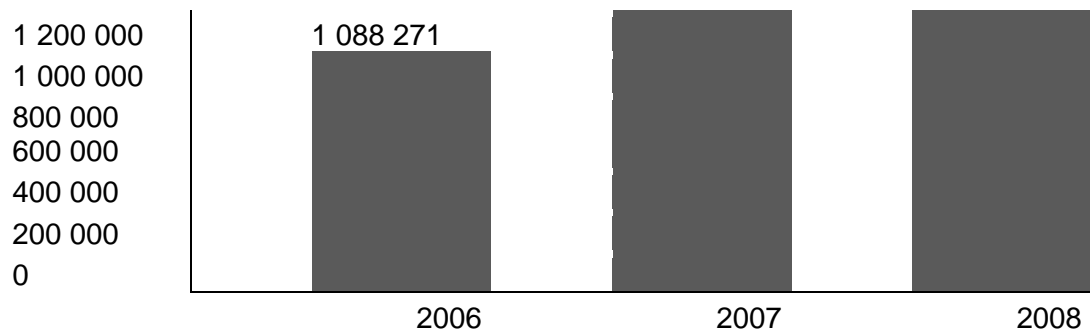
BONO JUANCITO PINTO

Para universalizar la educación de los niños

Número de Beneficiarios del Bono Juancito Pinto



³⁸ Ver BOLIVIA, (2006).



Fuente: Ministerio de Educación y Culturas.

A grande notícia da política educacional do Ministério da Educação ao final do ano de 2009 foi a distribuição anual do Bono Juacinto Pinto por diversas escolas do país para estudantes que atingiram mais de 90 % de presença anual, sendo esta a política educacional de “linha de frente” do Ministério da Educação. As forças armadas da Nação é que são responsáveis por realizar o pagamento, chegando localmente a todas as unidades educativas do país.

O Bono Juancito Pinto é distribuído a partir de um valor pedagógico agregado oficial e publicamente anunciado e reforçado pelo governo e seu Ministério de Educação: “El ministro de Educación, Roberto Aguilar, interpeló a los estudiantes: ‘Ustedes son quienes tienen que decidir qué ES lo que más necesitan’” (LA PRENSA, 2009, p. 4b).

O Ministro de Educação Roberto Aguilar referiu-se ao “que fazer” com o dinheiro dado aos alunos na presença de um pai ou responsável, assim como na frente de seus professores e diretores da escola. A intenção é de incutir um valor moral sobre o Bono para as crianças, fundamentando-se na memória do garoto Juan Pinto da Guerra do Pacífico é reforçado e atualizado a partir da troca do valor monetário de Bs\$ 200 por 90% de presença em aula durante o ano, que se transforma em M’ para o capital³⁹ através do consumo fetichizado de tudo que possa ser trocado e comprado com este dinheiro no mercado, desde que os pais ou responsáveis o permitam⁴⁰. Dinheiro em função da presença na sala de aula e da valorização da Educação em si, a partir de seu

³⁹ Ver MARX, (2010).

⁴⁰ Destacamos que dinheiro não é Capital em si, como o fetiche da mercadoria tende a fazer entender, mas uma das principais formas de valor pela qual o Capital circula na atualidade.

valor de uso, passa a ser presença em aula em função do dinheiro, a partir de seu valor de troca, e de tudo o mais que pelo dinheiro possa ser trocado.

Podemos acompanhar alguns depoimentos no ano de 2009 divulgados na imprensa nacional boliviana:

El dinero lo voya utilizar para mis útiles escolares. Quiero comprar mis útiles , cuadernos y todo lo necesario para el colégio. Mi mamá se llama Maria y ES ama de casa y mi padre se llama Álvaro y fabrica letreros. El dinero nos va ayudar mucho. Muchas gracias AL Gobierno. (alumno Delyn Katrina Mayda) (LA PRENSA, 2009, p. 4b).

Con el 'Juancito Pinto' me voy a comprar ropa, como uniforme y zapatos. Mi padre se llama Luis y ES chofer de microbús. Mi madre se llama Nelly y es modista. Ellos non tienen mucha plata para comprarme regalos, mucho menos a mis hermanos. Este dinerova a ayudarnos mucho. (alumno Valery Flor Quenallata) (LA PRENSA, 2009, p. 4b).

Me va a servir para comprar mi lista de útiles porque a mi papá, Willy, no le alcanza el dinero que gana em su trabajo Él se artesano, al igual que mi mamá, que se llama Mery. Para Navidad también lês puede servir para que me compren um regalo bonito, como um juguete o uma pelota. (alumno Ricardo Castro Espinoza) (LA PRENSA, 2009, p. 4b).

Anunciado por este órgão de imprensa como *Los compromisos* assumidos pelo pagamento do Bono Juancito Pinto, assim como cobrados moralmente em sua troca, observa-se o impacto político-pedagógico que está tendo, mesmo que os agentes envolvidos na sua distribuição local não ajam conforme todo o formalismo institucional, inclusive pela não presença da imprensa em todas as escolas ao mesmo tempo:

Para el Mandatário, al recibir el pago de 200 bolivianos, los niños llevan una felicidad a su padre o madre por el esfuerzo que hacen en educar a sus vástagos. Destacó que el bono es pagado a fines de octubre y mediados de noviembre para que el escolar pueda tener su regalo de Navidad en caso de que sus padre no tengan dinero. En el área rural, según el Ministerio de Educación, en vez de que los niños compren útiles escolares o un regalo, prefieren adquirir una res. El comandante en Jefe de las Fuerzas Armadas, almirante José Luis Cabas, afirmó ayer a la agencia ABI que la institución castrense asumió el encargo de hacer efectivo el pago del Bono Juancito Pinto y reafirma el compromiso de la institución con su pueblo y la patria. "Con esta labor, las Fuerzas Armadas que trajan activamente junto a su pueblo, en especial al lado de los niños contribuyendo a los objetivos propuestos y políticas del Estado para conseguir una sonrisa feliz y el desarrollo y formación cívica de las nuevas generaciones" (LA PRENSA, 2009, p. 4b).

Rodeado por los niños de la escuela Bernal Mariaca, el comandante repasó la historia y dijo: "¿Por qué 'Juancito Pinto'? Porque era un niño que junto a su tambor animaba a los valerosos héroes del Regimiento Colorados de Bolivia" (LA PRENSA, 2009, 5b).

Em um órgão de imprensa mais próximo do governo, pode-se observar o apelo moral e sentimental que a divulgação da notícia de distribuição do Bono Juancito Pinto possuiu ao final de 2009, período final da pesquisa:

El papá, la mamá o el tutor, al momento de recibir el monto, debe recontarlo y luego invertirlo en el apoyo de útiles escolares para la educación de sus hijos', sostuvo (CAMBIO, 2009, p. 13).

En esta gestión se espera pagar a 1.804.000 niños de primero a octavo da primaria, por lo que se desembolsó un presupuesto de 360 millones de bolivianos que provienen de la venta del gas a Brasil y Argentina (CAMBIO, 2009, p. 13).

Javier Alejandro Choque, estudiante de sexto de primaria, luciendo el uniforme del Regimiento 1ro. de Infantería Colorados de Bolivia, representó a los 1,8 millones de niños para rendir homenaje al niño soldado. (CAMBIO, 2009, p. 15)

Los militares, impecablemente vestidos con sus uniformes de campaña, se acomodaron a un costado para cancelar el beneficio a los niños y niñas que no se casaron de agradecer al Primer Mandatario. (CAMBIO, 2009, p. 15)

Javier Alejandro Choque Arteaga, estudiante de tercero de primaria, comentó que el bono escolar le incetiva para seguir estudiando con ahínco para sacar buenas notas. ... 'También me alcanza el dinero para poder comprar algún juguete, pero más me compraré útiles', añadió. (CAMBIO, 2009, p. 14)

Édgar Fabiani, representante de la Junta Escolar de la Unidad Educativa Manuel Bernal Mariaca, agradeció al presidente Evo Morales Ayma por la entrega del bono a todos los niños del país. 'Una vez más nos hace feliz a los niños y a los padre de familia. Queremos decirle al Presidente que no se olvide que gracias al bono Juancito Pinto nuestras escuelas están cada vez más llenas', señaló. Dijo que los projenitores reconocen el compromiso y alta sensibilidad que tiene el actual gobierno con los niños y el pueblo boliviano: 'Así como él está trabajando por nuestros hijos, por su educación, nosotros en su momento responderemos si nos necesitan', expresó. Afirmó que el beneficio de 200 bolivianos cumple con el objetivo de evitar la deserción escolar y que se percibe en el aumentode los matriculadosen la unidad escolar. 'Buscamos una educación con calidad, un lugar en el que los alumnos se encuentren como bolivianos', finalizó. (CAMBIO, 2009, p. 14-5)

Mesmo para a imprensa “mais cética” ao governo Evo Morales, para não dizer de oposição, a notícia do Bono Juancito Pinto foi dada como avanço. Não por apontar desacordo em si com a política educacional de assistência social compensatória de viés meritocrático, mas por ela estar trazendo uma boa impressão do governo junto à opinião pública na Bolívia e junto à população mais pobre, como demonstrou sua

reeleição meses após a distribuição do Bono Juancito Pinto ao final de 2009, com mais votos que na sua primeira eleição. Visivelmente, pode-se identificar a construção pública com a consequente propaganda institucional, constituindo relações particulares que se desenvolveram nos anos seguintes tanto na mídia nacional, quanto nas escolas, devido à prioridade dada ao Bono Juancito Pinto pelo próprio MEC boliviano:

En Sucre, el Ministro de Medio Ambiente y Agua, René Orellana, entregó el Bono a Álex Limachi, alumno de la escuela La Recoleta, que fue el primero en obtener el beneficio. La autoridad del Poder Ejecutivo aseveró que 'esta platita, que parece poco, es muy importante porque los papás sabemos lo difícil que es reunir el dinero cada inicio de año para comprar los útiles y las ropas escolares.' (LA RAZÓN, 2009, p. A15).

El 21 de noviembre del 2007, un año después del inicio del pago del bono Juancito Pinto, el Gobierno informó que la matrícula escolar de 1º a 5º de primaria creció en 9,54% (LA RAZÓN, 2009, p. A15).

'Se va a continuar con más bonos para apoyar a esa gente, esas familias, esas hermanas y hermanos que tienen empresas familiares, microempresas o asociaciones. La mejor forma es como la plata (dinero) del pueblo vuelva al pueblo, mediante rentas y bonos sostenibles para mejorar la economía nacional', afirmó el Primer Mandatario (Presidente Evo Morales) (LA RAZÓN, 2009, p. A15).

O Bono Juancito Pinto, seu incentivo monetário material, seu peso político-pedagógico (inclusive abrindo possibilidades didáticas para a sala de aula), sua divulgação midiática irreduzível à propaganda governamental e ao fetiche gerado entre as pessoas que o governo atinge com esta política educacional (alunos, famílias, juntas escolares, diretores, professores, funcionários de escolas). Este processo deu contorno ao próprio metabolismo do capital e contribuiu na reprodução de sua acumulação quando o dinheiro é entregue em espécie por um militar nas mãos das crianças dentro das salas de aula ou no pátio das escolas, com elas posando para as câmeras no segundo momento, constituindo a *coluna social* do dia em seu cotidiano. Como coloca Mézáros,

O grave e insuperável defeito do sistema do capital consiste na alienação de mediações de segunda ordem que ele precisa impor a todos os seres humanos, incluindo-se as personificações do capital. De fato, o sistema do capital não conseguiria sobreviver durante uma semana sem as suas mediações de segunda ordem: principalmente o Estado, a relação de troca orientada para o mercado, e o trabalho, em sua subordinação estrutural ao capital. Elas (as mediações) são necessariamente interpostas entre indivíduos e

indivíduos, assim como entre indivíduos e suas aspirações, virando essas de “cabeça para baixo” e “pelo avesso”, de forma a conseguir subordiná-los a imperativos fetichistas do sistema do capital. Em outras palavras, essas mediações de segunda ordem impõem à humanidade uma forma alienada de mediação (MÉSZÁROS, 2005, 72).

Conforme Evaldo Vieira, a política social consiste em estratégia governamental e normalmente se exprime em forma de relação jurídica e políticas, e as políticas educacionais compõem tal relação como parte do movimento concreto, produzindo suas determinações singulares no caso boliviano em questão. Entretanto, elas não podem ser compreendidas por si mesmas, pois a política social é uma maneira de expressar as relações sociais cujas raízes se localizam no mundo da produção. Para o autor, as políticas sociais surgem como demanda reprimida a partir do aparecimento do movimento operário do século XIX, o qual trazia em seu bojo as principais reivindicações trabalhistas do século passado.

Portanto, as de políticas governamentais estratégicas existem como resposta às reivindicações dos trabalhadores que passaram a adquirir estas conquistas de formas parciais e por muitas vezes temporárias; afinal, nenhuma política pública de assistência social tem garantia de que vai continuar existindo eternamente. Segundo o autor,

Não tem havido, pois, política social desligada dos reclamos populares. Em geral, o Estado acaba assumindo alguns destes reclames, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais significam, antes de mais nada, a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Não significam a consagração de todas as reivindicações populares e, sim, a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente do momento. Adotar bandeiras pertencentes à classe operária, mesmo quando isso configure melhoria nas condições humanas, patenteia também a necessidade de manter a dominação política (VIEIRA, 2007, p. 144).

Na revista *Nova Escola* na edição de setembro de 2010, encontramos uma reportagem sobre a questão da Escola e do Mercado. É lembrada a iniciativa do atual governo estadual de São Paulo, na gestão de Paulo Renato de Souza (ex-ministro da Educação do Governo de Fernando Henrique Cardoso) ao querer “presentear” monetariamente estudantes que não perdessem suas aulas de reforço em Matemática no turno inverso. A imagem que abre a reportagem é a de uma criança nadando em busca de uma nota de R\$ 50,00 fígada em um anzol como uma isca. Ao querer modernizar a educação, as reformas dos anos noventa do século XX na América Latina

introduziram mecanismos de mercado, entre eles o da premiação. Seus efeitos, em termos, não têm sido compatíveis com a chantagem na aprendizagem, como a reportagem caracteriza, com a própria aplicação das premiações e distribuições de renda via medidas compensatórias, nem mesmo em cidades dos EUA que aplicam políticas educacionais similares como em Nova York, Washington, Dallas e Chicago⁴¹. A descaracterização do *pedagógico* que a premiação provoca é imensa para as relações de ensino-aprendizagem, ainda mais quando a proposta pedagógica do Governo Evo através de outras políticas educacionais em caminho de implementação com a Ley Avelino-Siñanez e o Nuevo Curriculum vão exatamente ao contrário da proposta pedagógica que a premiação provoca e ensina. Quando isto é colocado a partir de políticas sociais que se dão através das redes escolares o efeito possui uma força ainda maior.

Na Bolívia, como ele está sendo aplicado, para acessar o benefício existe um registro único nacional que deve ser realizado tanto pela escola como pelo estudante. Até onde a pesquisa pôde alcançar, não há nenhuma espécie de contrato ou acordo (mesmo que seja pedagógico por parte das escolas) que não mercantilize a presença em sala de aula em troca do bono social e “educativo” que não abra a discussão entre valor de troca e valor de uso ao tratar a educação como mercadoria a partir do próprio sistema público.

A contradição encontrada na educação pública é que o tempo/aula no qual o aluno deve estar presente seja revertido, recalculado, revalorizado, pelos que recebem o Bono Juancito Pinto, a partir de seu valor monetário segundo a lógica do mercado capitalista que se encontra funcionando na Bolívia. O valor tido pelo aluno para as aulas passa a pesar não apenas na educação como um bem público e como um direito, mas como uma oportunidade de participar da sociedade de consumo capitalista, não ocasionando uma característica para além do capital⁴².

A instituição desta política educacional possui mediações particulares complexas que envolvem desde a memória histórica do próprio país, passando pela afirmação das instituições sociais políticas, militares e educacionais, chegando até a inclusão na

⁴¹ *Pelo saber ou pelo dinheiro?* Rodrigo Ratier. IN: Nova Escola, Fundação Victor Cívita, setembro de 2010, p. 32.

⁴² Ver MÉSZÁROS, (2005).

sociedade de consumo do período particular do capitalismo. Mesmo possuindo suas múltiplas determinações, a política social essencial que sustenta o Bono Juancito Pinto é o da assistência social compensatória de viés meritocrático, não constituindo uma síntese superadora das questões sociais que o governo Evo se propôs a solucionar, como a questão da pobreza, contribuindo para a continuidade do padrão de acumulação do capitalismo em seu desenvolvimento desigual histórico, através das relações sociais que estabelece com esta política educacional.

A própria política do bloco ALBA fica prejudicada com as relações singulares que o Bono constrói na Bolívia. Entra em contradição com a proposta de integração não-mercantil, assim como a de construção popular, pois o Bono Juancito Pinto é constituído a partir do Estado somente. A complementaridade, a cooperação, a solidariedade e a soberania, valores anticapitalistas tanto da Bolívia quanto no bloco ALBA, ficam cada vez mais ameaçadas devido às políticas compensatórias que contribuem para a sociedade de consumo, para a inclusão social de mercado, contribuindo para o atual modelo de acumulação flexível a partir do aumento do consumo das famílias que o recebem e não através do trabalho⁴³. Políticas sociais de particularidades que concretizam relações similares às que estão acontecendo na Bolívia possuem já iniciativas em outros países da América Latina, propostas não só por governos advindos do campo da esquerda política histórica da região⁴⁴, com a diferença de que este bono boliviano é dado especificamente a partir do MEC do país e possui um viés pedagógico intencional e efetivo.

3.10 AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL JICA

A Agência de Cooperação Internacional do Japão/JICA iniciou seus trabalhos de assessoria com o governo boliviano no ano de 1978 e manteve-se até então no país realizando assessorias em áreas tecnológicas, científicas, produtivas⁴⁵. Passou a assessorar a área social do governo nacional boliviano em 2003. No ano de 2007 assinou um novo contrato com o governo Evo Morales para a continuidade de seus

⁴³ Ver MARX, (2010).

⁴⁴ Vide o histórico do Programa Bolsa Família no Brasil.

⁴⁵ www.jica.com.bo

trabalhos no país até o ano de 2010. O informe do MEC de 2006, primeiro ano do governo Evo, com o Ministro de Educação mais indigenista e masista⁴⁶, não priorizou colocar o trabalho da Agência JICA no informe anual do MEC, mesmo existindo seu trabalho no país anteriormente. No informe 2007 da Ministra Magdalena Cajías, a Agência JICA ocupava mais espaço e aparecia informando mais atividades, assim como assinando dois documentos com um Vice-Ministro de Educação Formal. No informe de 2008, a Agência JICA aparecia, mas a ênfase já era menor. Nota-se um movimento da aplicação da política educacional no bojo de outras ações do MEC, governo em geral e da sociedade que construíram uma passagem da JICA pelo MEC na Bolívia.

O objetivo deste período seria também fazer uma avaliação do trabalho realizado. Segundo a Agência JICA, houve um consenso com as autoridades bolivianas sobre a cooperação japonesa e a “Seguridade Humana”; seria o espírito de cooperação com os seguintes temas prioritários: Desenvolvimento Social, Melhoramento da Produtividade e Temas Transversais (Institucionalidade e Governabilidade e Mudanças Climáticas). Dentro do tema de Desenvolvimento Social, encontra-se o “Melhoramento da Qualidade na Educação” em que estão o financiamento não reembolsável de construção de escolas e a Cooperação Técnica do Programa de Melhoramento do Ensino Escolar – PROMECA⁴⁷.

Houve iniciativas de formação de professores durante os quatro anos de gestão do MEC. Elas não foram muito precisas, localizadas em uma ação ou tipo de formação somente, não possuindo outra grande política para alicerçar-se. Na verdade, até o momento, a formação para línguas indígenas, o ensino técnico e a formação dos supervisores e facilitadores do PNA eram as atividades de formação de professores de maior impacto da gestão do MEC. Mesmo com uma iniciativa de organizar uma autoformação a partir dos educadores bolivianos, ou seja, autóctone, como é a

⁴⁶ Adjetivo de quem é partidário ou do que é referente, na Bolívia, ao MAS-IPSP, Partido político do Presidente Evo Morales que ocupa o Poder Executivo e a maioria no Legislativo nacional desde a eleição de 2005.

⁴⁷ JICA – Promeca Desarrollo de classes – Material de apoyo para el desarrollo de actividad de capacitación e intercambio de experiencias educativas.

JICA – Promeca – Taller de Capacitación – Equipos Técnicos de apoyo al Distrito (ETAD) material de apoyo para el desarrollo de actividades de capacitación y intercambio de experiencias educativas

JICA – Promeca – Documento de Capacitación para mejorar la calidad de la enseñanza escolar en unidades educativas de primaria gestión 2009.

proposta da ALBA, da Constituição Plurinacional, do PND e do Novo Currículo, decide-se continuar com a assessoria da Agência JICA e ampliar suas ações para a formação de professores de forma integral. Durante a pesquisa, a Agência JICA estava assessorando toda a reformulação do setor de formação de professores do MEC.

O ‘modelo japonês’ de formação permanente, segundo o MEC, responde: aos problemas que se apresentam em aula; fortifica a autoconfiança e as habilidades pedagógicas do professor para melhorar a aprendizagem e o ensino; promove em equipe, com planificação, inovação, de forma reflexiva, autocrítica e com críticas construtivas, ao trabalho de professores e estudantes; e influencia a favor das relações participativas e horizontais. Segundo o guia de estudo pedagógico do programa, o EPI é

una modalidad de investigación educativa que se realiza con la participación del plantel de maestros/as de una unidad educativa o núcleo educativo. El EPI busca resolver problemas pedagógicos, mejorar el proceso de enseñanza aprendizaje y generar espacios de autoformación permanente (BOLIVIA, PROMECA, p.8).

Melhorar a prática pedagógica em sala de aula, estudar os problemas de cada classe (turma) e constituir um grupo de professores que estude através do que o PROMECA chama de “comunidade de autoformação permanente” são características já conhecidas no campo pedagógico universal, tanto em suas matizes liberais quanto socioconstrutivistas na educação e até influenciadas pelo pós-modernismo.

O informe do governo de 2007 coloca a experiência do programa PROMECA como qualificador das atividades educativas. Segundo integrantes da própria Agência, os resultados “superaram as expectativas” e veem as escolas visitadas com uma “melhora da consciência de diretores, professores e pais pela ‘mudança’ educativa”. Os diretores passariam a tratar a unidade educativa como uma comunidade de estudos, e os pais apoiariam os professores que são mais ativos.

Sua principal diretriz é a do protagonismo estudantil. Coloca em sua proposta pedagógica que as crianças, *los niños y las niñas*, devem ser protagonistas de sua própria aprendizagem. Possui uma intenção crítica, mas não um método que promova tal criticidade na organização do ensino-aprendizagem. As tarefas propostas, as ideias

pedagógicas postas em prática, os métodos de auto-organização escolar, os próprios relatos de experiências formam uma proposta pedagógica que transita entre o construtivismo e o próprio ensino tradicional, cuja proposta de protagonismo parece mais solta no objetivo de construir um protagonismo estudantil real como aprendizagem⁴⁸.

A proposta JICA coloca que os professores devem possuir determinadas “capacidades e conhecimentos” para promover uma aprendizagem em que as crianças sejam protagonistas e que, resumidamente, seriam: afetividade, conteúdos curriculares, convivência e aprendizagem. Tal projeto coloca-se principalmente como formador de professores e diretores de escolas para desenvolverem uma aprendizagem voltada para as crianças como suas próprias protagonistas, incluindo a administração da unidade educativa.

O material sobre como utilizar melhor o quadro de giz está entre os materiais trabalhados pela Agência JICA na Bolívia (anexo H). Sua apresentação e ideias são simples e não assumem nem propõem conhecimentos didáticos-pedagógicos para esta atividade do educador em sala de aula que vão para além da pedagogia tradicional ou construtivista no campo das práticas pedagógicas já existentes. Não sendo inclusive nem socioconstrutivistas. Ou seja, este material não possui nem mesmo a preocupação com a relação social em que se encontram educador e educando – relações de tamanha importância para as propostas críticas ao capitalismo propostas pelo bloco ALBA e pelo governo Evo Morales, o que caracteriza contradição com todos os elementos produzidos para a implementação de suas políticas públicas e, inclusive, com políticas educacionais propostas pelo próprio governo no período de 2006 a 2009, como a Nova Constituição de Estado Plurinacional, o PND, a CNE, a Ley Avelino Siñanez, o Novo Currículo e a Campanha de Erradicação do Analfabetismo.

Há encontros frequentes para trocas de experiências a partir o trabalho realizado pela Agência JICA nas escolas e na Rede Nacional de Educação⁴⁹. São tanto

⁴⁸ Claro que, não queremos em nosso estudo desvalorizar o esforço educacional e profissional de gestores, educadores, educadoras da Bolívia, ao colocar a proposta em prática, ao mesmo tempo que não queremos isentar de forma total ninguém no decorrer do processo, onde apesar das propostas governamentais são alcançados os objetivos do direito á Educação e de um ensino-aprendizagem com qualidade dentro das condições de trabalho dos profissionais da Educação.

⁴⁹ PROMECA – Prácticas Pedagógicas – IV Encuentro Internacional Intercambio de Practicas Pedagógicas.

experiências de sala de aula entre professores, experiências de alunos aprendendo a partir da ideia de protagonismo aplicados à autoformação permanente, assim como há publicações para trocar tais experiências⁵⁰. Fatos que nos apontam a abertura que esta política educacional possuiu antes e após o início do Governo Evo Morales em 2006.

O material da Agência JICA sobre o melhor comportamento e postura dos alunos em sua vida familiar e escolar é outro elemento contraditório com as propostas da ALBA e do governo Evo Morales. Como podemos ver no exemplo do anexo G a cartilha contém cinquenta formas de comportamento individuais, pessoais e sociais que propõem uma sociabilidade ocidental e tradicional para os alunos. Tal material é constituinte de um processo civilizatório, de um processo e de uma relação colonizadora eurocêntrica, mesmo que por meio de uma agência internacional de um país asiático. Não pertence à origem cultural boliviana, dos americanos originários ou mesmo dos orientais japoneses. Segundo Samir Amin (2004), a colonização imperialista dos atuais atores internacionais desta política – que é dada a desenvolver o próprio subdesenvolvimento pelo desenvolvimento desigual do capitalismo – a partir das relações político-econômicas, intenciona ajustar o povo às exigências da globalização no atual período do capitalismo em sua reestruturação produtiva, como demonstram os materiais didáticos da JICA: os professores organizando sua própria formação, e os alunos sendo protagonistas de sua própria aprendizagem. Não é propósito colocar em questão em sua forma universal a sociedade capitalista, pelo contrário, tal proposta pedagógica abre espaço para ajustar-se de fato às determinações do atual padrão de acumulação⁵¹. Se a colonização histórica das Idades Moderna e Contemporânea construíram a sociedade capitalista na Bolívia será que no período particular do capitalismo o que está ocorrendo é uma “colonização flexível”?

Podem existir contradições nas políticas educacionais que se propõem democráticas e apontam a valorização das culturas locais, como é o caso da JICA-PROMECA e que, quando propõe um conteúdo em sua política-pedagógica, é de

⁵⁰ JICA – PROMECA – Compendio de Planes de Situación Didáctica – Gestión 2008 – MEC.

⁵¹ Ver HARVEY, (2005).

característica tradicional mesmo que a partir de um método flexível de auto-organização. Uma proposta pedagógica externa que, em simples síntese propõe que os próprios professores auto-organizem sua formação pedagógica permanente e que os alunos sejam protagonistas de suas próprias aprendizagens. Em geral, não coloca nenhuma novidade pedagógica desconhecida na América Latina e na Bolívia, diferencia-se das propostas do bloco ALBA de uma América Latina a partir dos povos e avalia-se o quanto o mesmo trabalho pode ser realizado a partir de projetos pedagógicos do próprio país que atendam de forma mais orgânica e concreta as necessidades de formação de professores, de orientações escolares curriculares e de gestão pedagógica.

CONCLUSÃO

A chamada “Revolución Democrática y Cultural” dos primeiros quatro anos do governo Evo Morales apresenta-se nas políticas educacionais estudadas ao serem priorizadas as iniciativas indigenistas e nacionalistas do que as de classe. Mesmo estando presente a proposição, o incentivo ao desenvolvimento econômico local (da Lei do currículo, da formação educacional à prática educacional), são iniciativas com claros limites econômicos frente ao mercado capitalista nacional e, principalmente, internacional, que se estende pela Bolívia, e respectivamente, ao bloco ALBA com exceção diferenciada do caso cubano por seu histórico. Na autonomia comunitária e indígena e nas diferenciações culturais acontecem às proposições mais claras e significativas de *cambio*, como é identificado o processo sócio-político na Bolívia e refletido em determinadas políticas educacionais que estudamos nos capítulos anteriores. E, entre elas, as de maior impacto social na educação: a extensão do acesso do direito à educação de perspectiva autóctone e, da mesma forma, na erradicação do analfabetismo e no ensino superior com a política educacional da UNIBOL. Comparando-se com as prioridades de todos os governos anteriores da

Bolívia na área da educação, e dentro do próprio bloco da ALBA, este país construiu singular relação entre as políticas educacionais e as reivindicações históricas dos povos originários com todas as contradições *de classe* que o processo boliviano possui. Tal processo concretiza reformas significativas, principalmente para a população pobre e indígena, não vividos anteriormente, para além dos reajustes e continuidades. Constituíram mediação significativa para com outros países do bloco, e internacionalmente – frente a outros blocos, países e potências econômicas ou políticas regionais e mundiais – no sentido de emplacar as proposições mais avançadas da ALBA, mesmo que também apresente relações particulares de limites claros frente à lógica do capital a partir de seus agentes sócio-políticos e históricos.

Tais políticas educacionais, desde a Nova Constituição do Estado Plurinacional, apresentam uma crítica à exclusão educacional que o capitalismo boliviano desenvolveu com a população se encontra de 20 a 30% em áreas rurais, majoritariamente pobre e onde 90% é ou possui descendência indígena. Avançam no sentido do direito à educação que foi historicamente negado com proposições e políticas concretas de retomada e valorização das culturas indígenas e populares nas redes de educação formal; com grande ênfase para a Campanha de Erradicação do Analfabetismo, incluindo duas das línguas indígenas mais faladas no país e no Ensino Superior com a UNIBOL. Podem constituir limites a este mesmo avanço autóctone e às medidas socialmente progressistas se tais medidas atendem à lógica de descentralização administrativa das políticas de Estado, como afirmam setores sócio-políticos bolivianos no período entre 2006 e 2009. E sabemos que, tal processo de descentralização, faz parte da atual conjuntura de políticas educacionais na América Latina tanto a partir de governos nacionais como a partir de organismos internacionais constituindo redefinições do papel do Estado, como analisamos anteriormente. Inclusive, por descentralização estar relacionada com autonomia na América Latina de forma que favorece mais os mesmos grupos sociopolíticos historicamente favorecidos do que em facilitar, viabilizar ou catalizar o protagonismo dos agentes sociais historicamente explorados e oprimidos favorecendo e qualificando, então, a democracia, de forma concreta e para todos e todas. Na Bolívia este processo é mais complexo ainda, pois envolve uma reivindicação histórica muito forte e característica

dos movimentos indigenistas e bolivianos que é a autonomia, realizada pelas políticas de descentralização – já anteriores ao Governo Evo Morales – através de fóruns de participação da sociedade civil, espelhada na figura de Evo Morales como primeiro descendente dos povos originários que ocupou a Presidência da República, mas que sobreviveu entre 2006 e 2009, e ainda sobrevive (mesmo que junto de mobilizações sociais de esquerda e de direita) a partir da relação tradicional (e eurocêntrica) entre Governo/Estado e povo/população facilmente verificável por qualquer observação. Mas para analisar especificamente tal processo precisaríamos criar outro foco de nossa pesquisa, ficando este apontamento para pesquisas futuras.

Verificamos políticas educacionais que fogem integralmente de qualquer avanço das políticas de governos anteriores, inclusive sendo criadas para reforçar a própria lei de valor da sociedade capitalista como o Bono Juancito Pinto. Mesmo que tal caráter não seja assumido formalmente pelo governo, pelo contrário, tal política educacional é adotada em nome da liberação, da emancipação, da “Revolução Democrática e Cultural”, do processo de *cambio*. Assim como a assessoria da Agência JICA não promoveu a descolonização ao ser concretizada como política educacional desde antes de 2006. Tal política é proposta e gerenciada por uma agência internacional estrangeira que, mesmo trabalhando a partir da realidade local, ocupa um espaço de protagonismo pedagógico na organização e implementação da política pública que não se poderia caracterizar como boliviano ou anti-imperialista no sentido cultural, divergindo da política proposta pela ALBA.

Há contradições singulares na área das políticas educacionais que o Bono Juancito Pinto constrói na área da educação. Isto é, um governo que tem origem na luta das classes exploradas e oprimidas, a partir de movimentos sociais críticos ao capitalismo e ao neoliberalismo, constrói uma política educacional capitalista que, além de dar retorno eleitoral para o próprio governo como aconteceu nas eleições nacionais de 2010, constrói uma imagem de “inclusão” e de “resgate social”, inclusive, a partir do exemplo pedagógico da presença nas aulas durante o ano para todo o ensino primário e suas famílias, como um método pedagógico skinneriano e de cunho monetário. O Bono Juancito Pinto constitui uma política educacional combinada com o desenvolvimento histórico da Bolívia que, ao querer contemplar a inclusão social

através do consumo e não do trabalho produtivo⁵² contribui com os fatores universais da acumulação capitalista no período histórico particular em que vivemos. Constitui-se como uma política capitalista através de um discurso crítico à exclusão social, e à exclusão dos indígenas em particular, provocada historicamente pelo próprio capitalismo boliviano e latinoamericano. Ao mesmo tempo, também se combina e integra-se politicamente com o processo de *cambio* característico da Bolívia e do Governo Evo Morales em suas expressões mais radicais, principalmente a partir dos movimentos sociais, que anteciparam o período histórico-político que antecedeu a eleição do MAS-IPSP em 2005 com as guerras da Água e do Gás; seja pelo financiamento de tal política a partir da intervenção estatal no setor econômico do gás; seja pela redução da evasão escolar; seja pelo caráter pedagógico que a propaganda da política do Bono Juancito passa a ter ao querer resgatar o nacionalismo boliviano através das figuras de um menino herói de uma guerra histórica boliviana, a presença militar nas escolas durante a entrega do Bono; e no próprio simbolismo da figura de Evo Morales com um indígena, que também é uma figura nacional da Bolívia.

Como podemos analisar, as dificuldades para colocar em prática um novo currículo nacionalmente estão claras e latentes, mesmo que ainda possíveis no processo aberto do processo de *cambio* boliviano. A cultura escolar tradicional da Bolívia, e característica da Educação na América Latina, é, historicamente, e obviamente, contrária à que o Governo Evo Morales está propondo, demonstrada no atraso de uma gestão inteira (2006 a 2009) para o implementar; mesmo considerando-se as reivindicações indigenistas latentes na sociedade boliviana, críticas ao processo histórico de colonização do país. E se relacionam neste processo as críticas às principais características do novo currículo por parte de sindicatos “governistas” e da oposição integral a tais políticas por parte de sindicatos que se colocam no campo político da oposição de esquerda. São movimentos concretos que podem dar possibilidade a um novo desenho curricular proposto para ser implementado no próximo período, incluindo ou não as propostas de mudanças dos sindicatos, das oposições, das comunidades originárias, dos professores, das escolas públicas e privadas, etc.

⁵² “Todas as forças do trabalho aparecem como forças do capital, do mesmo modo que todas as forças de valor da mercadoria se mascaram em formas de dinheiro” (MARX, 2009, p.706).

Apesar de uma mudança curricular radical ser uma política educacional proposta pelo Governo Evo Morales e estar sendo colocada em discussão na sociedade através da Ley “Avelino-Siñanez”, o lento processo de implementação de um novo currículo trazem mais questionamentos do que constatações favoráveis quanto as possibilidades de concretização desta política educacional até o ponto e o momento em que conseguimos pesquisar.

Nove políticas educacionais do governo Evo Morales entre os anos de 2006 e 2009 foram estudadas aqui. A maioria delas foi proposta no próprio ano de 2006. As exceções são a atuação da Agência JICA que já existia desde 2003 no MEC boliviano, e da UNIBOL que foi proposta somente em 2008, já estando prevista no anteprojeto de Lei “Avelino-Siñanez”. Entre todas estas políticas – desde as que tiveram e estão tendo mais dificuldades de serem implementadas ou as que não conseguiram ser implementadas – está a própria Constituição Política de Estado Plurinacional com todas as dificuldades e graves embates políticos e sociais para sua aprovação e, na conjuntura ainda aberta do processo de *cambio*, poderá ser pautada e implementada socialmente, pois como Evaldo Vieira ensina, a relação social existente é que se materializa em lei.

As políticas educacionais demonstraram acordo e desacordo com a implementação do PND como política balisadora do Governo Evo Morales. Como plano estratégico das políticas educacionais no governo, o PND se concretiza nas políticas de educação que possuem tal viés do acesso do direito à educação, inclusive em seu viés autóctone ou originária. Neste sentido, há um movimento de superação do neoliberalismo e do colonialismo como o PND prevê, mas não prevê uma diferenciação qualificada da lógica do capital como um todo, apesar de o governo assumir uma postura publicamente crítica ao capitalismo e aponte sinalizando um fim para as políticas neoliberais e para o colonialismo seja ele cultural ou econômico. É verificável, que a maioria das políticas educacionais intervém, na prática, questionando mais a herança do colonialismo cultural do que o neocolonialismo econômico do processo de formação desigual do capitalismo boliviano, como bem aponta o slogan governamental “Revolución Democrática y Cultural”. Mesmo estando no âmbito de estudo do MEC boliviano, o Vice-ministerio de Culturas e o Ministerio de la Hacienda boliviano também

orientados pelo PND, durante o período de 2006 à 2009 do Governo Evo Morales, não fogem em geral a este mesmo espectro, conforme pudemos observar e constatar, resguardada suas devidas proporcionalidades de financiamento, estruturas de funcionamento, impactos sociais, etc.

Ao mesmo tempo em que requer e coloca a estabilidade macroeconômica na pauta, o governo acaba negando tal movimento de superação a partir da análise da conjuntura mundial do período particular do capitalismo feita neste estudo, tornando o PND contraditório, abrindo espaço para que políticas que sirvam à lógica capitalista sejam produzidas no período entre 2006 e 2009. Em relação a política econômica de estabilidade financeira dos mercados atuais e com a continuidade do ajuste fiscal, a proposta de superação do colonialismo, que se desenvolve também através do neoliberalismo além das origens históricas desta dominação, possui limites as políticas de educação propostas por um plano nacional de desenvolvimento que também sustenta tal lógica reprodutora do próprio sistema capitalista. Mesmo sendo crítica e com espaço para ser ampliada, a resistência a tal lógica a partir de determinadas políticas desenvolvidas, entre elas, principalmente, o direito à educação das classes populares historicamente excluídas, poderá não ser o suficiente para a superação do colonialismo, assim como outras experiências de governos com políticas sociais progressistas já demonstraram na História do mundo e da América Latina.

A Conferência Nacional de Educação demonstrou ser um importante instrumento de construção coletiva de uma política nacional de educação ao início do governo, em 2006. A partir de uma iniciativa transparente e democrática, iniciou-se uma tentativa de coalizão entre setores contraditórios da sociedade boliviana como a educação pública e a privada, cristãos e indigenistas em uma nova educação nacional de consenso. Ao ser produzida a Lei Avelino-Siñanez, ao final da Conferência, ela seguiu o processo geral da própria Constituinte também possuindo dificuldades para ser posta em prática nacionalmente.

O Congresso boliviano estancou a discussão da Lei para tratar da própria Constituição Plurinacional. Leis que possuíam a mesma nova lógica do resgate indígena e os debates polêmicos da CNE e da Lei Avelino-Siñanez passaram a ser realizados através de debates polêmicos da Constituição do Estado Plurinacional que

possuíam características similares a partir das propostas políticas do governo Evo Morales. O auge desta contradição foi o golpe *cívico-prefectural* realizado em 2008 pelas oposições regionais. O governo venceu nas ruas militarmente e nas urnas com sua reeleição. A partir de 2010 e desse ano em diante, a Lei Avelino-Siñanez e o Novo Currículo terão uma conjuntura de maior estabilidade nacional na sociedade boliviana para serem apresentados e colocados em prática.

Enquanto políticas educacionais seguem os princípios do acordo ALBA (de alternativas ao imperialismo e à exclusão social do capitalismo), ao mesmo tempo desenvolvem-se outras políticas educacionais que são coniventes com a lógica do capital a partir do Ministério de Educação, inclusive, dentro da própria política compensatória de assistencialismo. São movimentos concretos diferenciados que passaram a existir nas políticas públicas de educação da Bolívia entre 2006 e 2009.

O *processo de cambio* afetou e modificou as políticas públicas de educação tradicional assim como as reformas da educação realizadas durante os anos noventa impulsionadas pelo período particular do capitalismo em que vivemos. Houve um impacto sobre as políticas educacionais da Bolívia a partir do movimento concreto dos agentes históricos nos complexos internos da Bolívia. Entre eles estão a ALCA como agente histórico externo nas relações que construiu com os agentes sócio-políticos bolivianos, sendo que parte deles constituiu posteriormente o Governo Evo Morales, assim como a relação da USAID que constituiu de forma singular o movimento concreto de sua relação com o Governo Evo Morales a partir da ação sócio-política deste organismo na sociedade boliviana desde 2006.

Combinam-se, neste processo, as políticas de educação tradicional, políticas concretamente transformadoras e as que se propõem transformadoras, mas são essencialmente tradicionais, produzindo os mesmos efeitos. Algumas inovam realmente para além do que é vendido como “novo”, e outras repetem o mesmo em um processo político aberto, a partir do Estado e da nova Constituição e a partir da sociedade que reivindica sua dignidade sem apontar um caminho claro para além do capitalismo.

Sendo as principais políticas educacionais do Governo Evo Morales no contexto da ALBA estas que buscamos estudar em nossa pesquisa, e só algumas delas foram colocadas em prática, passamos a operar com a síntese do movimento que foi

realizado no período de 2006 à 2009 pelos agentes sociopolíticos do Governo Evo Morales e do bloco ALBA em relação aos objetivos que eles mesmos colocaram e colocam para suas ações. As duas políticas educacionais mais universalizadas foram a Campanha de Erradicação do Analfabetismo e o Bono Juancito Pinto, sendo que o último tende a médio prazo tornar-se mais permanente por possuir mais estrutura de Estado a sua disposição sendo ampliada anualmente em número de estudantes atendidos e de financiamento colocado a disposição, conforme o MEC, diferente da Campanha de Erradicação do Analfabetismo que após sua conclusão ter sido desmobilizada socialmente e reconstruída a partir de órgãos governamentais somente, principalemnte a partir do Vice-ministério de Alfabetização, mesmo que tenha tido resultados jamais alcançados na história da Bolívia e que continue sendo gestada internacionalmente com o apoio da ALBA. Se por um lado havia cidadãos indígenas bolivianos que não imaginavam grandes reduções nas taxas de analfabetismo de seu povo, a instalação de computadores em suas aldeias e existência de universidades indígenas, por outro lado continuam à mercê da economia de mercado ainda balisando e com grande poder sobre a educação. O Estado pode construir políticas educacionais neste sentido já que trabalha também em conciliação com o setor privado da economia e da educação, inclusive com a dependência externa de políticas educacionais e financiamento dos organismos internacionais assim como em geral permanecem outros países latinoamericanos e em desenvolvimento, com exceção do caso da USAID até onde podemos verificar em nossa pesquisa.

O projeto político do bloco ALBA também apresenta uma situação contraditória em evidência, mesmo que seja universal esta relação dos países que compõem o bloco com a exceção de Cuba. Políticas educacionais modificam concretamente a realidade nacional e de setores da sociedade em um sentido popular, possuindo impacto sobre a realidade que a luta de classes construiu na história do desenvolvimento desigual do capitalismo na Bolívia até o período do governo nacional anterior – combinada com as particularidades das reivindicações e lutas de identidades comunitárias que convivem com a lógica da economia de mercado capitalista sem alteração destas relações. Mas, contraditoriamente, existem políticas educacionais que reafirmam esta lógica, diferentemente da proposta geral da ALBA sobre o Bolivarianismo e o anticapitalismo e

que aponta mudanças sociais e políticas mais significativas mesmo que continuem integrando e constituindo o bloco ALBA. Como István Mészáros coloca, “A educação para além do capital visa a uma ordem social qualitativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2005, p. 71). Da mesma forma que é clara a preferência da propaganda governamental do Governo Evo Morales por “políticas sociais de mercado” entre as políticas educacionais que concretiza. Mesmo que acarrete na mercantilização da educação do que pela continuidade dos processos educativos e políticos de superação das contradições criadas pela exclusão educacional histórica forjada pelo desenvolvimento desigual do capitalismo periférico da Bolívia. As políticas de educação do governo Evo Morales se mantêm com idas e vindas entre as políticas conservadoras tradicionais, neoliberais, social-liberais, reformistas e de transformação mais radical com corte popular – considerando-se os marcos políticos atuais do neoliberalismo e do social-liberalismo – assim como as políticas assistencialistas herdadas na máquina estatal aproximadas do Estado de Bem-Estar Social desde o período populista dos países da América Latina que, no caso da Bolívia, começou tardiamente, após a revolução nacionalista de 1952.

O projeto da ALBA no que tange o universo das iniciativas educacionais é frágil? Sim, e é o mais avançado no contexto do neoliberalismo na história da América Latina, principalmente no que tange a integração latinoamericana quando a iniciativa da ALBA torna-se concreta e já apresenta resultados para serem avaliados. E neste processo, em relação com outros países do bloco ALBA, a Bolívia está entre os que concretizou políticas mais críticas ao sistema dominante do capitalismo até o momento, entre elas determinadas políticas educacionais do Governo Evo. Tal processo deu-se de forma maior pela integração entre estes países não planejada pelo mercado neoliberal – papel colocado pelo imperialismo internacional ao continente latino-americano – do que pelas cartilhas de alfabetização da Campanha de Erradicação do Analfabetismo “Yo Sí Puedo”. O Método cubano não significa importação no mesmo sentido que o mercado internacional utiliza nem colonização por parte de Cuba para com a Bolívia. As relações internacionais que estes países estabeleceram a partir da ALBA contituem uma alternativa as relações internacionais construídas historicamente pelo colonialismo, pelo imperialismo e pelo neoliberalismo. As políticas educacionais que visam a erradicação

do analfabetismo a partir de relações internacionais de solidariedade (como Cuba pratica desde o início da Revolução Cubana com vários países de todos os continentes, principalmente nas áreas de Educação e Saúde) constituem um movimento particular de integração latinoamericana experimentada de forma independente pelos próprios governos, com o apoio popular e democrático como é possível verificar, onde o próprio método “Yo Sí, Puedo” é passível de ser adaptado, modificado, para as realidades locais diferenciadas, como foi com as línguas Aymará e Quéchuá na Bolívia e as outras várias línguas em outros países onde Cuba trabalha com este mesmo método (como o MST no Brasil) assim como a orientação para a ensino-aprendizagem não seja dada didaticamente como “fórmula” para ser repetida. Situação esta que não implica, obviamente, no entendimento de que sim, a entrada para a ALBA, a Campanha de Erradicação do Analfabetismo e a utilização do método “Yo Sí, Puedo” não foram escolhas políticas da Bolívia e que o método cubano de alfabetização possua princípios políticopedagógicos. Mas as relações estabelecidas para a constituição destas políticas educacionais e da própria ALBA não são as mesmas do colonialismo, mesmo que, obviamente, também existam relações de poder dentro do bloco que merecem um estudo próprio a parte.

Sempre é preciso considerar no movimento dialético do real que, se a Bolívia é influenciada pelo bloco ALBA no que tange às políticas educacionais de corte mais popular e que atenda à população historicamente excluída do país, a própria ALBA também é influenciada ou construída pelas políticas da Bolívia, entre elas as educacionais. O efeito que é inicialmente *político* pode tornar-se política pública no processo sócio-político entre seus agentes internacionais. Pois, se a Bolívia está construindo políticas populares devido à ALBA, a ALBA pode estar possuindo políticas mercantilizantes na educação devido a algumas políticas educacionais praticadas na Bolívia atualmente. Neste caso, é atenuante tal fato, sendo um país que aderiu ao bloco integralmente e, desde o início de um novo governo de esquerda que foi eleito, o que catalisa suas relações tendo uma ação particular no processo de construção da ALBA ao mediar o projeto geopolítico do bloco também através de detalhes construídos nas políticas educacionais em seu território nacional. A Bolívia contribui de forma significativa tanto para o avanço e aprofundamento das propostas da ALBA como para

o sistema capitalista e colonialista ao qual a ALBA se propõe com alternativa de forma combinada e sem um resultado final claro, pois o processo está aberto e em movimento até o momento de nosso estudo.

Uma nova imanência política alternativa ao capitalismo do início do Século XXI surgiu a partir da Bolívia com sua entrada para a ALBA, assim como a concretização de determinadas políticas educacionais construídas a partir desta relação; mesmo considerando as políticas educacionais que não possuem relação organizacional direta com a ALBA que foram aplicadas a partir do governo Evo Morales tendo coerência com tal proposição de busca por alternativas. Venezuela e Cuba também produzem suas imanências como alternativas ao imperialismo capitalista, mesmo que suas experiências sociopolíticas não atinjam uma totalidade histórica e societária completa para além do Capital, inclusive pelo próprio caráter internacional que o Capital possui.

As políticas educacionais na Bolívia entre o período de 2006 a 2009 construíram-se de forma singular na conjuntura latino-americana. Tal existência material dá-se no vínculo com uma política econômica conservadora que inicia um viés nacionalista no período particular do capitalismo, propondo a transformação deste modelo de sociedade a partir de um nacionalismo econômico e cultural, principalmente por parte do Estado, da participação autônoma da sociedade (comunidades, movimentos sociais, etc.) e da inclusão dos grupos indígenas até o momento excluídos pela forma desigual que o capitalismo se desenvolveu na Bolívia, na própria sociedade do capital. Cria para si um paradoxo do movimento concreto aberto a partir das contradições das políticas governamentais, que os agentes históricos ainda disputam a céu aberto em todos os biomas e regiões bolivianas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. **Público e privado na Educação : novos elementos para o debate** / Theresa Adrião e Vera Peroni (organizadoras). São Paulo : Xamã, 2008.
- BOLIVIA. **Nueva Constitución Política del Estado**. Republica de Bolivia, 2008.
- BOLIVIA. **Contitución Política del Estado**. Republica de Bolivia, 1999.
- BOLIVIA. Ministerio de Educación y Culturas. **Informe de Gestión**. La Paz, Bolívia, 2006.
- BOLIVIA. Ministerio de Educación y Culturas. **Informe de Gestión**. La Paz, Bolívia, 2007.
- BOLIVIA. Ministerio de Educación y Culturas. **Informe de Gestión**. La Paz, Bolívia, 2008.
- BOLIVIA. Ministerio de Educación y Culturas. **Informe de Gestión**. La Paz, Bolívia, 2009.
- BOLIVIA. Ley Nº 1565. **Ley de Reforma Educativa de 7 de Julio de 1994**. – La Paz: U.P.S. Editorial s.r.l., 2007.
- BOLIVIA. **Nueva Constitución Política Del Estado**. República de Bolivia, Asamblea Constituyente, Honorable Congreso Nacional. Vicepresidencia de la Republica – Representación Presidencial para a Asamblea Constituyente, 2008.
- CALLONI, Stella. **Evo en la mira CIA y DEA en Bolívia**. – 1ª ed. – Buenos Aires: Cooperativa Punto de Encuentro, 2009.
- CANFUX, Jaime; LIENDO, Tamara. **Evaluación Del Impacto Del Programa Nacional de Alfabetización de Bolivia**. La Paz, Bolivia: IIIEI – CAB, 2008.
- CASTRO, Moura y Carnoi Martins. **Como anda a reforma educação na América Latina?** organizadores: Claudio de Moura Castro e Martin Carnoy; tradução

Luiz Albeto Monjardim e Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DOMINGUES, Maurício Jose e MANEIRO, Maria. **América Latina Hoje – Conceitos e Interpretações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 2006.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FUNDACIÓN CENTRO DE ESTUDIOS LATINOAMERICANOS RÓMULO GALLEGOS. **ALBA VS. ALCA**. – CELARG: Caracas, Venezuela, 2007. Colección En Foco.

GARCIA DELGADO, Daniel. **El modelo neoliberal en Argentina y la integración: ALCA o Mercosul. In Sociedad**. Facultad Ciencias Sociales. Buenos Aires, Argentina, 2001.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. História **Contemporânea da América Latina: 1960-1990**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HADDAD, Sérgio. Os Bancos Multilaterais e as Políticas Educacionais no Brasil. IN: VIANNA, Jr. Aurélio. (ORG.) **As Estratégias dos Bancos Multilaterais para o Brasil**. Brasília: Rede Brasil, 1998.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo – História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HERNÁNDEZ, José Miguel. El Consejo de los Movimientos Sociales del ALBA. IN: **Contexto Latinoamericano**. México D.F.: Ocean Sur, 2008.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EDUCATIVA PARA LA INTEGRACIÓN, Área de Alfabetización y Educación para Jovenes y Adultos. **Alfabetización, experiencias vivas – prácticas em Bolivia**. La Paz, Bolivia: IIIEI – CAB, 2008.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EDUCATIVA PARA LA INTEGRACIÓN, Ministerio de Educación y Culturas de Bolivia. **Evaluación del Impacto del Programa Nacional de Alfabetización de Bolivia**. La Paz, Bolivia: IIIEI – CAB, 2008.

KRAWCZYK, Nora Rut. **A Reforma Educacional na América Latina : uma perspectiva histórico-sociológica** / Nora Rut Krawczyk, Vera Lucia Vieira. – São Paulo: Xamã, 2008.

LANZA, Gregório. **Votos que revolucionam** . 2ª ed. Bolívia: GCM Publicaciones, 2007.

LOPEZ, Luis Roberto. **História América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

LUKÁCS, György. **Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Vozes Editora, 1979.

MARX, Karl. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Edições Mandacaru Ltda, 1989.

MARX, Karl. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I** / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. – São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLDIZ, Hugo. **Bolívia em los tiempos de Evo – Claves para entender el proceso boliviano**. – México D.F. : Ocean Sur, 2008.

NATANSON, José. *Triunfos y Derrotas de los Gobiernos de Argentina, Brasil, Bolivia, Venezuela, Chile, Uruguay y Ecuador*. 1ª ed. Buenos Aires: Debate, 2008.

PARLAMENTO LATINOAMERICANO SECRETARIA GENERAL. *¡Construyendo el ALBA! Nuestro Norte es el Sur*. – Estudios Sancho C.A

PLA, J. Alberto. *América Latina mundialización y crisis*. Rosário. Santa Fe, Argentina: Homo Sapiens Ediciones, 2001.

PERONI, Vera Maria Vidal. *A campanha que erradicou o analfabetismo em Cuba*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000. (Fontes Novas)

PERONI, Vera Maria Vidal; BAZZO, Lúcia; PEGORARO, Ludimar; Org. *Dilemas da Educação Brasileira em tempos de Globalização Neoliberal: entre o Público e o Privado* / Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. (Série Política e Gestão da Educação).

PERONI, Vera Maria Vidal. *Política Educacional e Papel do Estado : no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2003.

REGALADO, Roberto. *Los Gobiernos de Izquierda en America Latina*. 1ª ed. México D.F.: Ocean Sur, 2008.

REPÚBLICA DE BOLIVIA. *Nueva Constitución Política del Estado*. La Paz, Bolivia: Asamblea Constituyente – Honorable Congreso Nacional, 2008.

SADER, Emir. *A Nova Toupeira – Os Caminhos da Esquerda Latino-americana*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SAMIR, Amin. *El Imperialismo colectivo*. Instituto de Estudios y Formacion de La CTA. Buenos Aires, 2004.

SÁNCHEZ, Germán. *Barrio Adentro y Otras Misiones Sociales em la Revolución Bolivariana*. 1ª ed. Ocean Press, 2005.

SAVIANI, Dermeval. *Para uma história da educação latino-americana*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. (Polêmicas do nosso tempo, 52)

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

STEFANONI, Pablo / DO ALTO, Hervé. *Evo Morales – de la Coca al Palácio – uma Oportunidad para la izquierda Indígena*. 2ª ed. Bolívia: Imprenta Cervantes, 2008.

STOLOWICZ, Beatriz Coord. *Gobiernos de Isquierda em America Latina – un balance político*. 1ª ed. Bogotá: Ediciones Aurora, 2008.

SVAMPA, Maristella. *Debatir Bolivia*. / Maristella Svampa ; Pablo Stefanoni ; Bruno Fornillo. – 1a ed. Buenos Aires : Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2010.

TICONA, Simeón Villca. *Hacia un nuevo curriculum*. 1ª ed. Bolivia: La Paz. Artes Gráficas “AMAUTA”, 2008.

VIEIRA, Evaldo. *Democracia e Política Social*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmica do Nosso Tempo) v. 49.

VIEIRA, Evaldo. *Os Direitos e a Política Social* / 2ª ed. São Paulo : Cortez, 2007.

WASSERMAN, Claudia. *História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)* / Coord. Claudia Wasserman. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

WOOD, Meiksins Ellen. *Democracia Contra Capitalismo – A Renovação do Materialismo Histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SITES CONSULTADOS:

www.alianzabolivariana.org

<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2080> - ¿Qué es el ALBA - TCP?

<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=1858#asterisco> - Construir a ALBA a partir dos povos

<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2009> - Contribution and subscription by the Republic of Bolivia to the joint declaration signed in la Havana on 14th december 2004, by the presidents of the council of state of the republic of Cuba and the Bolivarian Republic of Venezuela

<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=81>
- agreement between the president of the bolivarian republic of venezuela and the president of the council of state of cuba, for the application of the bolivarian alternative for the americas

www.economiabolivia.josmelink.com

www.litci.org

www.jica-bo.org

www.masbolivia.com

www.minci.gob.ve

www.minedu.com.bo

www.pulsobolivia.com

ANEXOS

ANEXO A

¿QUÉ ES EL ALBA - TCP?

ALBA-TCP. ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA / TRATADO DE COMERCIO DE LOS PUEBLOS

Por Portal ALBA www.alianzabolivariana.org

¿QUÉ ES EL ALBA?

El ALBA es el espacio de encuentro de los pueblos y gobiernos que entienden que la América Latina Caribeña conforma una Gran Nación, que nuestros países deben unirse para enfrentar conjuntamente los desafíos del presente y del futuro.

“El ALBA, en tanto que alianza política estratégica tiene el propósito histórico fundamental de unir las capacidades y fortalezas de los países que la integran, en la perspectiva de producir las transformaciones estructurales y el sistema de relaciones necesarias para alcanzar el desarrollo integral requerido para la continuidad de nuestra existencia como naciones soberanas y justas”.

El ALBA entonces, es el proyecto histórico de Simón Bolívar de unidad de la Patria Grande, para garantizar al pueblo *“la mayor suma de felicidad posible, la mayor suma de seguridad social y la mayor suma de estabilidad política”.*

¿CUÁLES SON SUS PRINCIPIOS RECTORES?

“El ALBA se sustenta en los principios de solidaridad, cooperación genuina y complementariedad entre nuestros países, en el aprovechamiento racional y en función del bienestar de nuestros pueblos, de sus recursos naturales - incluido su potencial energético-, en la formación integral e intensiva del capital humano que requiere nuestro desarrollo y en la atención a las necesidades y aspiraciones de nuestros hombres y mujeres”. Del documento político de la V Cumbre del ALBA.

NACE EL ALBA

La propuesta del ALBA la formuló por primera vez el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías, en el marco de la III Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno de la Asociación de Estados del Caribe, celebrada en la isla de Margarita, el 11 y 12 diciembre de 2001.

En esa oportunidad, el Comandante Chávez señaló:

"Ese modelo neoliberal no puede ser la base ni el marco para nuestros modelos de integración. No puede ser, es imposible que nosotros pongamos por delante para integrarnos, a la economía. No es la economía la que nos va a integrar y menos nuestras economías llenas de debilidades, de vulnerabilidades. No. Creo que se impone de nuevo lo que pudiéramos llamar la revancha de la política, que la política vuelva a la carga y que tome la vanguardia de los procesos de integración. Y es la idea de Bolívar. Y es la idea original de muchos otros hombres y mujeres de nuestro Continente, de nuestro Caribe, pero tal cual lo planteaba Simón Bolívar en la Carta de Jamaica, 1815. (...) Bolívar dice allí: 'Sueño como ningún otro ver formado un solo cuerpo político en esta parte del mundo' y esa fue consigna hasta el último día de su vida, porque ocho años más tarde, ya no desde el Caribe vibrante sino desde la Cordillera del Alto Perú, convocaba al Congreso Anfictiónico de Panamá, y decía: 'Vamos a convocarnos a una Liga, a una unión de naciones'. Un pacto político es lo que se impone hoy como era lo que se imponía entonces, y una integración integral, a lo bolivariano. El ALCA, por ejemplo, ¿es ese el camino? No.

"Queremos un modelo que nos integre de verdad. No un modelo que nos desintegre, que integre a unos a expensas de la desintegración de otros, ese no puede ser el camino, por tanto con mucha modestia y humildad proponemos desde Venezuela, a los caribeños y a los latinoamericanos que vayamos pensando de una buena vez en otra alternativa porque esa creemos que no es posible. Y es cuando se nos ha ocurrido lanzar una propuesta, que pudiera llamarse el ALBA, Alternativa Bolivariana para las Américas. Un nuevo concepto de integración que no es nada nuevo, se trata de retraer o de traer nuevamente un sueño que creemos posible, se trata de otro camino, se trata de una búsqueda, porque ciertamente la integración para nosotros es vital: O nos unimos o nos hundimos. Escojamos pues las alternativas".

EL ALBA SE PONE EN MARCHA

El 14 de diciembre de 2004 se realiza en La Habana la Primera Cumbre del ALBA. El Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez, y el Presidente del Consejo de Estado de Cuba, Fidel Castro, firman la Declaración Conjunta para la creación del ALBA y el Acuerdo de aplicación del ALBA.

En el texto de la histórica Declaración Conjunta se señala: *"Afirmamos que el principio cardinal que debe guiar el ALBA es la solidaridad más amplia entre los pueblos de América Latina y el Caribe, que se sustenta con el pensamiento de Bolívar, Martí, Sucre, O'Higgins, San Martín, Hidalgo, Petión, Morazán, Sandino, y tantos otros próceres, sin nacionalismos egoístas que nieguen el objetivo de construir una Patria Grande en la América Latina, según lo soñaron los héroes de nuestras luchas emancipadoras".*

EL ALBA UNA REALIDAD

Así fueron sucediéndose diferentes cumbres de Jefes de Estado: la Segunda (28 de abril de 2005) y la Tercera (29 de abril de 2006), también en Cuba. En esta última se incorpora la República de Bolivia con el presidente Evo Morales, quien suscribe su adhesión al ALBA y propone el **Tratado de Comercio de los Pueblos**, que fue firmado en esa ocasión.

La Cuarta Cumbre (11 de enero de 2007), se realiza en la ciudad de Managua, incorporándose la República de Nicaragua, con su Presidente Daniel Ortega.

La Sexta Cumbre, se realiza en Caracas (24 al 26 de enero de 2008). La Mancomunidad de Dominica, con su Primer Ministro, Roosevelt Skerit, se incorpora al ALBA. En esta misma cumbre, se instala el Consejo de Movimientos Sociales del ALBA y se pone en funcionamiento el Banco del ALBA.

A partir de la Séptima Cumbre Extraordinaria del ALBA (24 de junio de 2009), en Maracay, se comenzó a denominar ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. En esta cumbre se incorporaron a la Alianza Ecuador, San Vicente y las Granadinas y Antigua y Barbuda.

¿QUÉ PAISES INTEGRAN EL ALBA?

Hasta el momento, 9 países firmaron su adhesión al ALBA: la República Bolivariana de Venezuela, la República de Cuba, la República de Bolivia, la República de Nicaragua y la Mancomunidad de Dominica, la República de Honduras, la República de Ecuador, San Vicente y las Granadinas y Antigua y Barbuda.

País	Superficie/km2	Población
------	----------------	-----------

Venezuela	916.445	27.000.000
Cuba	110.860	11.400.000
Bolivia	1.098.545	9.630.000
Nicaragua	129.494	5.470.000
Mancomunidad de Dominica	754	70.000
Honduras	122.702	7.326.000
San Vicente y las Granadinas	389	117.500
Ecuador	256.370	14.233.000
Antigua y Barbuda	443	68.700
Total	2.636.002	75.315.200

¿DE QUÉ FORMA NOS ESTAMOS INTEGRANDO?

Por ejemplo, a través de los Tratados de Comercio de los Pueblos y los Proyectos y Empresas Grannacionales. Acuerdos entre los países para ir avanzando en el desarrollo sostenible, aprovechando las potencialidades de cada uno y atendiendo las necesidades sociales de mayor urgencia para la población.

¿QUÉ SON LOS TCP TRATADOS DE COMERCIO DE LOS PUEBLOS?

Son tratados de intercambio de bienes y servicios para satisfacer las necesidades de los pueblos. Se sustentan en los principios de solidaridad, reciprocidad, transferencia tecnológica, aprovechamiento de las ventajas de cada país, ahorro de recursos e incluyen convenios crediticios para facilitar los pagos y cobros.

Los TCP nacen, para enfrentar a los TLC, Tratados de Libre Comercio, impuestos por Estados Unidos, que conducen al desempleo y la marginación de nuestros pueblos, por la destrucción de las economías nacionales, a favor de la penetración del gran capital imperialista.

¿QUÉ SE ENTIENDE CUANDO SE DICE GRANNACIONAL?

El concepto Grannacional tiene tres fundamentos:

1. Histórico y geopolítico: es la visión bolivariana de la unión de las repúblicas latinoamericanas y caribeñas para la conformación de una gran nación.
2. Socioeconómico: es la estrategia de desarrollo de las economías de nuestros países con el objetivo de producir la satisfacción de las necesidades sociales de las grandes mayorías.
3. Ideológico: la afinidad conceptual de quienes integramos al ALBA, en cuanto a la concepción crítica acerca de la globalización neoliberal, la necesidad del desarrollo sustentable con justicia social, la soberanía de nuestros países y el derecho a su autodeterminación, generando un bloque en la perspectiva de estructurar políticas regionales soberanas.

¿QUÉ SON LOS PROYECTOS GRANANACIONALES?

Los Proyectos Grannacionales materializan y dan vida concreta a los procesos sociales y económicos de la integración y la unidad. Abarcan desde lo político, social, cultural, económico, científico e industrial hasta cualquier otro ámbito que puede ser incorporado.

De los Proyectos Grannacionales pueden surgir, o no, Empresas Grannacionales. Pero toda Empresa Grannacional deber ser el producto de un Proyecto Grannacional, por el cual deberá guiar su desarrollo.

¿Y LAS EMPRESAS GRANNACIONALES?

El concepto de Empresas Grannacionales surge en oposición al de las empresas transnacionales, por tanto, su dinámica económica se orientará a privilegiar la producción de bienes y servicios para la satisfacción de las necesidades humanas, rompiendo con la lógica de la ganancia y acumulación de capital.

PROYECTOS GRANNACIONALES EN MARCHA

Los Proyectos Grannacionales del ALBA están en diferentes etapas de maduración. Algunos con importantes avances, como el Banco del ALBA, el Alba Cultural, Albamed, entre otros. Se destaca el Proyecto Grannacional de Alfabetización y Postalfabetización, a partir del cual el ALBA obtiene el mérito histórico de ser el primer espacio regional libre de analfabetismo. La campaña de alfabetización fue abruptamente interrumpida en Honduras por el criminal golpe de Estado, lo que debe servir de lección para nuestros pueblos, sobre la diferencia entre el proyecto del ALBA, que libera, y el proyecto imperialista que nos oprime y nos conduce a la barbarie.

Enumeramos a continuación los proyectos grannacionales por áreas:

AREAS	PROYECTOS GRANNACIONALES
Finanzas	Banco del ALBA
Educación	Alfabetización y postalfabetización.
Infraestructura	Desarrollo de la infraestructura portuaria, ferroviaria y aeroportuaria
Ciencia y tecnología	Centro de ciencia y tecnología
Alimentación	Empresa productos agroalimentarios y empresa alimentos
Energía	Empresa de energía eléctrica, petróleo y gas
Ambiente	Empresa para el manejo de bosques, producción y comercialización de productos de la industria de la madera Agua y saneamiento
Salud	Empresa distribución y comercialización de productos farmacéuticos Centro regulatorio del registro sanitario
Minería	Empresa de cemento
Comercio Justo	Empresa importadora exportadora Tiendas del alba
Turismo	Universidad del turismo
Industria	Turismo social Complejos productivos
Cultura	Fondo cultural alba
Telecomunicaciones	Empresa de Telecomunicaciones

¿CÓMO SE ORGANIZA EL ALBA?

El ALBA cuenta con una estructura orgánica. La máxima autoridad es el Consejo de Presidentes del ALBA-TCP.

También existe un Consejo de Ministros que está constituido en las áreas política, social y económica: el Consejo Ministerial Político, el Consejo Ministerial para los Programas Sociales y el Consejo Ministerial de Complementación Económica. Además se creó el Consejo Ministerial de Mujeres del ALBA-TCP, para asegurar la transversalidad de género en todos los instrumentos de integración.

En el mismo nivel jerárquico del Consejo de Ministros, se encuentra el Consejo de Movimientos Sociales, actualmente en etapa de organización.

Para articular estas instancias, se creó la Comisión Política y la Coordinación Permanente del ALBA. Además, existe un nivel técnico con grupos de trabajo permanentes (mesas técnicas del ALBA), que son los espacios para el diagnóstico, elaboración, ejecución, evaluación y seguimiento de proyectos por áreas.

EL CONSEJO DE MOVIMIENTOS SOCIALES DEL ALBA

Es el espacio que permite la participación popular en la construcción del ALBA, concibiéndose a los pueblos como el principal motor de la unidad. El Consejo de Movimientos Sociales del ALBA, está en etapa de definición, siendo los

movimientos sociales de los países del ALBA responsables de su organización, la cual deberá incorporar a los movimientos sociales de los demás países de Nuestra América.

EL SUCRE

El SUCRE es el primer paso hacia la moneda común de los países del ALBA, para liberarnos del yugo del dólar. Debido a la complejidad de la tarea, el ALBA ha comenzado a partir de la construcción de una Zona Monetaria que incluya inicialmente a los países miembros del ALBA (la Mancomunidad de Dominica participaría en calidad de observadora), mediante el establecimiento de la Unidad de Cuenta Común SUCRE (Sistema Unitario de Compensación Regional) y de una Cámara de Compensación de Pago

¿POR QUÉ EL ALBA?

Porque como bien lo señala el Comandante Chávez: *“es imprescindible para nosotros lograr la unidad latinoamericana caribeña”*. Y agregaba: *“No habrá independencia en Venezuela si no hay integración de estos países y de estos pueblos de Suramérica y del Caribe”*.

El ALBA entonces, es el espacio de unidad solidaria de nuestros pueblos y, como se lee en el Documento Político de la V Cumbre: *“en la perspectiva histórica de poder realizar los sueños de nuestros Libertadores, de construcción de la Patria Grande Latinoamericana y Caribeña”*.

El Presidente Chávez lo ha manifestado reiteradamente: *“Del Río Bravo hasta la Patagonia decimos, la tierra del sueño posible, esta América, nuestra América” ... “Llegó la hora de la segunda Independencia, necesitamos a hombres y mujeres unidos. Llegó la hora de la segunda Independencia de los pueblos de la América”... “la Patria es la América, toda la América Latina Caribeña, esa es nuestra patria verdadera, la Patria Grande”*.

Copyright © por ALBA .:Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América.: Derechos Reservados.

Publicado en: 2009-12-03 (10550 Lecturas)

ANEXO B

Construir a ALBA a partir dos povos

Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América CONSTRUIR A ALBA A PARTIR DOS POVOS Por Fernando Ramón Bossi [*]

- 1) A ALBA é um projecto histórico
- 2) A ALBA é uma criação heróica
- 3) A ALBA sustenta-se nas potencialidades da América Latina e do Caribe
- 4) A ALBA apoia-se em valores anticapitalistas
- 5) A ALBA é uma construção popular
- 6) A ALBA é um capítulo do processo revolucionário mundial
- 7) A ALBA es uma forma de integração que não parte do mercantil
- 8) A ALBA é uma ferramenta política
- 9) A ALBA é o programa da revolução latino-americana caribenha
- 10) A ALBA é um salto estratégico para uma nova etapa

Quero agradecer aos organizadores deste acontecimento o convite e partilhar convosco algumas reflexões sobre a ALBA.

Devo dizer que é uma verdadeira honra participar nesta tribuna com dirigentes da dimensão de Jorge Ceballos, coordenador nacional do Movimento Bairros de Pé e membro do Secretariado Político do Congresso Bolivariano dos Povos, e também com o amigo Aníbal Mellano, genuíno representante das pequenas e médias empresas argentinas, homem comprometido com a causa dos povos.

Sucede normalmente, nas conferências em que o tema central é a ALBA, **Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América**, não se falar do ALBA, mas falar-se sobre a ALCA. Disserta-se sobre a ALCA, coloca-se todos os males que contém esta proposta imperialista e conclui-se que a ALBA é o seu contrário. No máximo citam-se alguns exemplos: Petrosur, Telesur, ou o Banco do Sul. Poucas vezes se tenta explicar a proposta bolivariana de integração mas, é necessário dizer-lo, não é só uma resposta à ALCA, não é só isso, pois transcende-a em todos os aspectos.

É por isso que, com a intenção de não repetir a tradicional conferência sobre a ALBA, onde não se fala da ALBA, mas da ALCA, que assumi a tarefa de esboçar 10 pontos de aproximação à proposta ALBA e ao papel dos povos na sua construção.

1) A ALBA É UM PROJECTO HISTÓRICO

Apesar de nascer como uma proposta alternativa à ALCA, a ALBA responde a uma velha e permanente confrontação entre os povos latino-americanos caribenhos e o imperialismo. *Monroeísmo* contra o *Bolivarismo* talvez seja a melhor maneira de colocar os projectos em luta. O primeiro, é o que se resume ao "América para os americanos", na realidade "América para os norte-americanos". Este, é o projecto imperialista, de dominação, saque e rapina. O segundo é a proposta de unidade dos povos latino-americanos caribenhos, a ideia do Libertador Simón Bolívar de criar uma Confederação de Repúblicas. Em síntese: uma proposta imperialista enfrentada por uma proposta de libertação. Hoje, ALCA contra ALBA.

Devemos compreender que a ALBA reconhece os seus antecedentes na melhor tradição das lutas pela independência e pela unidade.

Aí aparece-nos, então, a figura do Precursor, Francisco Miranda, com um Plano de Governo para esta região, a que ele chamava Colômbia. E encontramos-nos, sem dúvida, com a obra e o pensamento do Libertador Simón Bolívar. É necessário ler, estudar, reflectir sobre a "Carta de Jamaica", o seu discurso no congresso de Angostura, a carta a Martín de Pueyrredón, a Convocatória para o Congresso Anfictiónico do Panamá, os acordos Mosquera-Monteagudo, Mosquera-O'Higgins, Santamaria-Alaman, a correspondência com José de San Martín e tantos outros documentos que anunciam o caminho da ALBA.

E tampouco podemos esquecer-nos de Sucre, das proclamações de Hidalgo e Morelos, do general San Martín, de Artigas e da sua reforma agrária, da "Lei Gaúcha" de Guemes, do Plano de Operações de Mariano Moreno, dos escritos económicos de Belgrano, da obra do hondurenho Cecilio del Valle e da luta pela Confederação de Francisco Morazán. Em todo esse período de não mais de 20 anos, gerou-se, através do pensamento e da acção, doutrina revolucionária, programas, projectos, empreendimentos e leis conducentes à integração e à independência com justiça social. Creio que é um dos períodos mais brilhantes da nossa história.

Mas também, nessa mesma direcção, depois da derrota do projecto bolivariano, as forças populares recompuseram-se e voltaram à histórica luta. Levantam bandeiras de unidade Eloy Alfaro no Equador, Martí em Cuba, Ezequiel Zamora na Venezuela, Felipe Varela na Argentina, Ramón Emeterio Betances em Porto Rico... e tantos outros.

Também o grande patriota e revolucionário nicaraguense "O General de Homens Livres", Augusto César Sandino, escreverá o seu projecto de unidade latino-americana: "Plano para a realização do sonho supremo de Bolívar". Isto, para mencionar, apenas, alguns marcos da nossa história.

Ao procurar mais recentemente, aparecem Perón e Getúlio Vargas com o ABC; Salvador Allende e a Universidade Latino-americana; a voz de Fidel dizendo-nos que "só haverá salvação na unidade"; Francisco Caamaño desde a República Dominicana; Velasco Alvarado desde o Peru mariateguista e tupamarista; Torres e Marcelo Quiroga Santa Cruz desde a Bolívia; Omar Torrijos desde o Panamá; Carlos Fonseca desde a Nicarágua; João Goulart desde o Brasil; Gaitán desde a Colômbia; Che Guevara desde toda a Nossa América... Enfim... vozes guias que marcam um rumo para a unidade e para a segunda e definitiva independência.

É por isso que o ALBA tem antecedentes gloriosos, vem das profundezas da América insurrecta, tem raízes, fundas raízes que a convertem num projecto histórico de construção da Pátria Grande.

2) A ALBA É UMA CRIAÇÃO HERÓICA

Como bem assinalava o *amauta* [1] peruano José Carlos Mariátegui, a revolução nesta parte do mundo será "criação heróica, nunca cópia ou decalque". "Ou inventamos ou erramos", dizia-nos Simón Rodríguez. Vale a pena dizer que a tarefa de construir a ALBA será sem manuais ou "fórmulas mágicas".

De nada servem os exemplos da União Europeia nem, muito menos, a forma como os Estados Unidos alcançaram a sua unidade, à custa de rapina, genocídio indígena e invasões. A União Europeia também não, porque essa união estabelece-se de maneira defensiva, sob parâmetros do capitalismo e só para acumular força na sua concorrência com os Estados Unidos e o Japão. A União Europeia é uma estratégia de uma série de países no quadro da luta inter-capitalista e interimperialista. Nenhum destes são modelos de integração que possam servir aos latino-americanos caribenhos.

É por isso que os americanos do Sul terão que inventar, mergulhar na nossa história, escutar as "vozes do passado que nos iluminam o futuro", no dizer de Eduardo Galeano; implantar um modelo endógeno regional que conduza à unidade, que seja produto da nossa própria obra, para cobrir as nossas necessidades e representar os nossos interesses.

3) A ALBA SUSTENTA-SE NAS POTENCIALIDADES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

América Latina e Caribe é uma das regiões mais ricas em recursos naturais do planeta. Aproveitar as nossas potencialidades é a chave para o desenvolvimento e bem-estar dos nossos povos.

Onde estão as nossas potencialidades e de que modo as aproveitamos hoje? Onde quer que procuremos, encontramos riquezas imensas no nosso continente. Mas também encontraremos que essas mesmas riquezas não são estruturadas pelos nossos povos. É por isso que em imensas planícies não melhoráveis para a agricultura e pasto, com uma potencialidade infinita para produzir alimentos, encontramos homens que passam fome.

Por outro lado, a nossa região é rica em energia e minerais: Petróleo, gás, carvão e energia eléctrica graças a enormes recursos hídricos. Tampouco nos falta o ferro, cobre, estanho, zinco, alumínio, ouro, prata cimento, cal. No entanto, a ausência de indústrias e o processo de desindustrialização, desencadeado pela implementação das políticas neoliberais, é outro dado da realidade.

Temos a maior reserva de água potável do planeta, um recurso que hoje é estratégico e sê-lo-á muito mais nos próximos anos. Mas apesar de toda essa imensa riqueza, mais de 30% das 500 mil crianças que nos morrem por ano, por razões que seriam facilmente evitáveis, morrem de diarreia infantil, por causa da falta de água potável.

Somos uma das regiões mais ricas em biodiversidade. Por outro lado também somos a região onde mais espécies se vão extinguindo pela acção irracional das empresas transnacionais.

Temos uma cultura de milhões de anos que foi sistematicamente negada pela cultura elitista e estrangeirada. O contributo das culturas dos povos originários, a sua relação com a natureza e a sua cosmovisão têm que ser incorporadas urgentemente pelas nossas sociedades, na luta pela melhoria da convivência humana e a vida em harmonia com o ambiente. A diversidade e a originalidade são os pilares fundamentais de uma frondosa cultura latino-americana caribenha que até hoje foi sequestrada e negada pelos próprios latino-americanos caribenhos.

Também contamos, dentro das enormes potencialidades, com uma história digna, de um povo que nunca se resignou à submissão e à vassalagem. Enquanto os europeus se jactam de ter parido um Alexandre Magno, um César, um Napoleão, nós, os latino-americanos caribenhos, podemos dizer com orgulho que esta foi terra de Libertadores, nunca de conquistadores.

Em síntese: terras férteis, rios importantes, biodiversidade, energia, minerais, uma cultura milenar e uma história heróica de luta são as riquezas principais que sustentam a construção da ALBA.

4) A ALBA APOIA-SE EM VALORES ANTICAPITALISTAS

A ALBA está assente em quatro elementos que são impensáveis dentro dos parâmetros do capitalismo:

- a) A complementaridade
- b) A cooperação
- c) A solidariedade
- d) O respeito pela soberania dos países

Exemplifiquemos com base nos acordos já alcançados:

a) Complementaridade: Aqui encontram-se, entre outros, os acordos entre a Argentina e a Venezuela. A Argentina produz alimentos que hoje a Venezuela necessita e a Venezuela tem combustíveis que para a Argentina de hoje são indispensáveis. Complementaridade na base das nossas potencialidades.

b) Cooperação: Acordos petrolíferos entre o Brasil e Venezuela. O Brasil especializa-se na exploração petrolífera "mar adentro"; a Venezuela na produção em "terra firme". Aí estabelece-se um acordo de cooperação, cada um socializa os seus conhecimentos nas áreas em está mais especializado.

c) Solidariedade: Petrocaribe. Os países caribenhos têm muito pouca riqueza em hidrocarbonetos. A Venezuela, de modo solidário – sem oferecer nada – ajuda estes países a adquirir combustíveis a preços justos.

d) Respeito pela soberania: Todos os acordos, sem excepção, se fazem no respeito pela soberania e o direito à autodeterminação de cada nação subscritora.

5) A ALBA É UMA CONSTRUÇÃO POPULAR

A ALBA é inconcebível sem a participação dos povos, que é "vital como o oxigénio para os seres humanos", disse o comandante Chávez.

Já há muitos anos atrás, o general Perón se tinha manifestado sobre este tema, colocando a importância da participação popular na tarefa da integração. Dizia o três vezes presidente dos argentinos, no mesmo sentido em que o afirma Chávez, que a presença dos povos na luta pela unidade latino-americana caribenha é essencial, "porque os indivíduos morrem, os governos passam, mas os povos ficam".

E nessa tarefa titânica é que os povos definirão o seu futuro.

6) A ALBA É UM CAPÍTULO DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO MUNDIAL

A tarefa dos povos é titânica, colossal, como consequência dos desafios que o momento presente coloca. Vejamos por exemplo:

- Sem a participação activa dos povos é impossível, para qualquer dos nossos países, alcançar a verdadeira independência. Porque não pode haver independência sem justiça social, "de que vale a independência, Simón, se os pobres continuam a mendigar, se os índios continuam a estender a mão para pedir esmola!", escrevia Manuela Saenz ao Libertador, quando este já marchava para a tumba, derrotado pelos interesses egoístas das oligarquias nativas e o colonialismo.
- Mas essa independência com justiça social não se alcançará se os povos não avançarem para a unidade latino-americana caribenha, porque só nessa unidade é que se consolidará a verdadeira independência e justiça social.
- E essa unidade da Nossa América também não será suficiente se não alcançarmos uma nova ordem mundial, não capitalista, que alcance a harmonia entre as nações, a convivência pacífica entre os seres humanos e uma nova relação com o ambiente e a natureza.
- Equivale a dizer que a tarefa dos povos é de luta permanente até alcançar um mundo com justiça, liberdade e igualdade. A ALBA, então, será um sucesso, um escalão nesta cadeia de objectivos do processo revolucionário necessário para conservar a espécie humana e enterrar qualquer forma de exploração do homem pelo homem.

7) A ALBA É UMA FORMA DE INTEGRAÇÃO QUE NÃO PARTE DO MERCANTIL

O que temos de fazer em primeiro lugar, na nova proposta de integração, é romper com a lógica capitalista, a lógica do lucro e da ganância, a lógica da concorrência, a lógica crematística. A ALBA deve partir da integração em primeira instância, depois do político e do social. E isto implica uma mobilização popular.

Aí temos, a partir do social, tarefas que já se estão a cumprir e outras que deverão atacar-se com a mobilização das forças populares: campanhas de alfabetização, de vacinação, de cuidados médicos, a rede de universidades populares, de centros de artes e ofícios, a rede dos meios de comunicação alternativos, a central dos trabalhadores latino-americanos caribenhos, a central de camponeses da Nossa América, a rede de defesa dos nossos recursos naturais, enfim, uma quantidade de empreendimentos que deverão sair do meio do povo e dos governos progressistas do continente. Assim, a partir do político, devemos incentivar iniciativas como a formação da rede de Parlamentares para a Integração, constituída em S. Salvador, a iniciativa da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) e o Congresso Bolivariano dos Povos; contribuir para formar uma poderosa rede de *alcaldes* e *intendentes* latino-americanos caribenhos, que impulsionem mecanismos de integração a partir do poder local; o apoio e a solidariedade permanente com as forças políticas progressistas que aspiram a bons resultados nas eleições que se avizinham por todo o continente... Aí estão os compatriotas Evo Morales, Andrés Lopez Obrador e Daniel Ortega, futuros presidentes da Bolívia, México e Nicarágua, respectivamente.

Resumindo, é cada vez mais necessário que as forças políticas e sociais da América Latina Caribenha, as forças democráticas, patrióticas, anti-imperialistas, revolucionárias se constituam num poderoso movimento popular latino-americano e do Caribe e actuem coordenadas, como um verdadeiro Estado Maior da revolução na Nossa América.

8) A ALBA É UMA FERRAMENTA POLÍTICA

A ALBA deve ser uma ferramenta política para a libertação. Agora, como toda a ferramenta, deverá ser eficiente e flexível face às circunstâncias. Porque digo isto? Porque creio que a ALBA deverá também actuar como barreira de contenção perante as novas tácticas que o imperialismo utilizará para nos dominar. Por exemplo: Face à derrota imperial de impor o ALCA com uma mãozada, aparecem os "alquinhas", os Tratados de Livre Comércio (TLC), como um caminho indirecto para chegar à ALCA.

O governo estadunidense pretende aproveitar a maior debilidade que temos, nós os latino-americanos caribenhos: a desunião. Então aplicam a fórmula, inteligentemente diria eu, de derrotar-nos um a um.

Mas a essa nova iniciativa colonialista, que é a proposta de vinte e picos alquinhas ou TLCs, que somados paririam a ALCA, nós, os povos da Nossa América, com os governos progressistas e as organizações populares, teremos que impor-lhes 100 "albitas", 1.000 "albitas", 10.000 "albitas". Cada um destes acordos que se realizem com o espírito da ALBA serão sólidos tijolos na construção da Confederação de Repúblicas Latino-americanas Caribenhas. Essa é a tarefa de hoje das forças populares pela integração.

9) A ALBA É O PROGRAMA DA REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA CARIBENHA

Os povos da Nossa América passaram a uma nova etapa. Devemos dar o salto da etapa de protesto (sem deixá-la de lado, naturalmente), para a etapa das propostas. A resistência é necessária, mas já chegou a hora de passar à ofensiva.

Por isso o Programa ALBA deve ser construído com os povos e deve ser divulgado entre os povos. Três etapas próprias de toda a luta revolucionária devem ser trabalhadas também na construção da ALBA:

- a) Educar, convencer sobre a necessidade da ALBA.
- b) Propagandear e difundir entre as massas populares a "boa nova" da ALBA.
- c) Organizar e mobilizar em torno da construção concreta da integração dos povos.

Como muito bem dizia o chanceler venezuelano Alí Rodríguez, "é necessário que os povos sintam os benefícios da integração". Essa é a tarefa das forças populares, fazer chegar os benefícios através das campanhas e missões sociais.

Recomendo a leitura do folheto "Construindo o ALBA a partir dos povos", um verdadeiro programa revolucionário de integração, que surgiu das propostas das organizações populares latino-americanas reunidas numa infinidade de acontecimentos e através de vários anos de luta e esforços. Esse material não é um material acabado, antes se enriquece diariamente através de novas experiências, contribuições, estudos e empreendimentos levando a cabo os diferentes artifícios da integração.

10) A ALBA É UM SALTO ESTRATÉGICO PARA UMA NOVA ETAPA

A ALBA já está instalada, gostem ou não gostem os imperialistas e as oligarquias. De nós depende que avance mais ou menos aceleradamente. A ALBA conta com um dispositivo fundamental na hora do combate:

- a) Conta com um líder decidido e que já deu mostras suficientes de convicção e coragem: o comandante Hugo Chávez.
- b) Conta com um Estado Maior de qualidade, que são os dirigentes das organizações populares da América Latina e Caribe.
- c) E conta com um exército de milhões de soldados: o povo latino-americano caribenho, disposto a construir, em paz, a Grande Pátria dos Libertadores.

É por isso que a alternativa hoje já não é "vencer ou morrer"; a alternativa hoje é muito mais exigente, ainda de maior responsabilidade. Como dizia o patriota venezuelano José Félix Ribas: "é necessário vencer".

Muito obrigado.

[1] Sábio entre os antigos povos do Peru.

[*] Secretário da Organização do Congresso Bolivariano dos Povos. Intervenção no Fórum da III Cimeira dos Povos, Mar del Plata, 03/Novembro/2005.

**O original encontra-se em www.alternativabolivariana.org/
Tradução de José Paulo Gascão.**

Este artigo encontra-se em <http://resistir.info/> .

Copyright © por ALBA .:Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América.: Derechos Reservados.

Publicado en: 2008-05-26 (6151 Lecturas)

ANEXO C

BOLIVIA SIGNED ALBA

CONTRIBUTION AND SUBSCRIPTION BY THE REPUBLIC OF BOLIVIA TO THE JOINT DECLARATION SIGNED IN LA HAVANA ON 14TH DECEMBER 2004, BY THE PRESIDENTS OF THE COUNCIL OF STATE OF THE REPUBLIC OF CUBA AND THE BOLIVARIAN REPUBLIC OF VENEZUELA

It is evident that the application of neoliberal projects and policies has brought about the expansion and deepening of dependency, poverty, the pillage of our natural resources and inequality in the region. Therefore, true integration between the countries of Latin America and the Caribbean is an essential condition to achieve sustainable development, alimentary security and sovereignty, and the satisfaction of our peoples' needs.

It is only through joint action by Latin American and Caribbean countries, based on the principles of cooperation, complementarity, mutual help and solidarity, that we will be able to preserve our independency, sovereignty and identity, successfully confronting unilateral tendencies and hegemonic pretensions. Strengthening the Peoples' Trade Agreement, fighting for the advancement of human beings, and friendship, solidarity and peace between the peoples of the world must be the moral obligation of all governments.

Convinced of the need to promote true integration, solidarity and complementarity between our countries and our peoples, in the name of the Government of the Republic of Bolivia, we wish to contribute to this process and the initiative of the Peoples' Trade Agreement, by adopting the objectives, principles and conceptual basis of the Bolivarian Alternative for the Peoples of America (ALBA), as established by the Joint Declaration subscribed in La Havana, on 14th December 2004, by the President of the Council of State of the Republic of Cuba and the President of the Bolivarian Republic of Venezuela.

Signed in La Havana, on 29th April 2006

Evo Morales Ayma

President of the Republic of Bolivia

(Translation for Portal ALBA by Damaris Garzón)

Original document: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=514>

ANEXO D

AGREEMENT BETWEEN THE PRESIDENT OF THE BOLIVARIAN REPUBLIC OF VENEZUELA AND THE PRESIDENT OF THE COUNCIL OF STATE OF CUBA, FOR THE APPLICATION OF THE BOLIVARIAN ALTERNATIVE FOR THE AMERICAS

On the one hand, President Hugo Chavez Frias, on behalf of the Bolivarian Republic of Venezuela, and on the other, the President of the Council of State, Fidel Castro Ruz, on behalf of the Republic of Cuba, gathered at the city of La Havana on 14th December 2004, on the occasion of the 180th anniversary of the glorious victory of Ayachucho, and of the Inauguration of the Confederative Congress of Panama. The Republics have decided to expand and modify the Integral Contract for Cooperation between Cuba and Venezuela, subscribed on 30th October 2000. With such intention it has been decided to sign the present Agreement, on the 10th anniversary of the encounter between President Hugo Chavez and the Cuban people.

Article I

The governments of Venezuela and Cuba have decided to take specific steps towards the integration process, based on the principles defined at the Joint Declaration subscribed between the Bolivarian Republic of Venezuela and the Republic of Cuba.

Article II

Due to the consolidation of the Bolivarian process, following the conclusive victory at the Referendum of 15th August 2004 and at the regional elections on 31st October 2004, and due to Cuba having the possibility to guarantee her sustainable development, the cooperation between these two nations, from these day onwards, will be based not only on solidarity principles. but also and as much as possible, on the exchange of goods and services that are beneficial to the economic and social needs of both countries.

Article III

Both countries will elaborate a strategic plan to guarantee the most beneficial form of productive complementarity, on the basis of rationality, maximization of existing advantages in both countries, resource saving, expansion of useful employment, access to markets or any other aspect that fosters true solidarity and that promotes the respective strengths of both parties.

Article IV

Both countries will exchange integral technological packages developed by the parties, in areas of common interest. These will be facilitated for their peruse and maximization, in accordance with the principle of mutual benefit.

Article V

Both parties will work jointly and in coordination with other Latin American countries, to eradicate illiteracy in third party countries, using methods that can be applied extensively and with proven and rapid efficiency. These methods have been successfully implemented in the Bolivarian Republic of Venezuela. Likewise, the parties will collaborate in health programs carried out in third party countries.

Article VI

Both parties agree to carry out investments of mutual interest and in equal conditions to those carried out by national entities. These investments may be in the form of joint ventures, cooperatives, projects of joint administration and any other form of association that the parties may agree to pursue.

Article VII

Both parties may agree to the opening of subsidiaries of state-owned banks in the national territory of another country.

Article VIII

A Contract for Reciprocal Credit has been established between various banking institutions, in order to facilitate payments related to commercial and financial transactions between countries. Governments will nominate the banking institutions that are to participate.

Article IX

Both governments agree to carry out commercial transactions of compensation, in as much as this is mutually convenient to both nations in their effort of expanding and deepening their commercial exchanges.

Article X

Both governments will promote the development of joint cultural plans that take into account the particular characteristics of the various regions and the cultural identity of both nations.

Article XI

The present Agreement has been reached taking into account the political, social, economic and legal asymmetries that exist between both countries. Over more than four decades, Cuba has created mechanisms that allowed her to withstand the blockade and constant economic aggression. These mechanisms have resulted in a great flexibility permeating Cuba's economic and commercial relations with the rest of the world. On the other hand, Venezuela is a member of international institutions to which Cuba does not belong. All of the above must be taken into consideration when applying the principle of reciprocity in commercial and financial agreements that may come into force between the two nations.

Article XII

Consequently, Cuba proposed the adoption of various measures dedicated to deepen the integration between both countries, and as an expression of the spirit which led to the joint declaration, subscribed on the Bolivarian Alternative for the Americas. Considering the solid reasoning put forward by Cuba, and their convenience as an example of the kind of integration and economic unity we aspire to, this proposal was understood and accepted by Venezuela, in a brotherly and amicable manner, as a constructive gesture that expresses the reciprocal trust that exists between both nations.

Cuba proposed the following actions:

First: The Republic of Cuba eliminates at once tariffs or any other barrier that may apply to any import made by Cuba on Venezuelan products.

Second: All Venezuelan State investments, joint Venezuelan ventures and private Venezuelan enterprises operating in Cuba will be tax-exempt, during the period allocated to the return of capital.

Third: Cuba grants that all vessels sporting a Venezuelan flag will enjoy the same treatment as Cuban vessels during operations taking place at Cuban ports. This is part of the exchange and collaboration relationships between both countries, or between Cuba and other countries. It also reflects the possibility of participating in coastal shipping in Cuba ports, in equal conditions to those enjoyed by Cuban vessels.

Fourth: Cuba will grant Venezuelan airlines the same facilities of Cuban airlines, with regards to passenger and freight transport, and the use of airport services, installations or any other facilities. The above will also apply to the internal transport of passengers and freight in Cuban territory.

Fifth: The price of oil exported by Venezuela to Cuba will be fixed on the basis of international market prices, as defined by the current Caracas' Agreement that applies to both countries. However, and taking into account the typical volatility of oil prices, that have caused prices to fall under \$12 per barrel, Cuba offers Venezuela a guaranteed price not inferior to \$27 per barrel, in conformity with the commitments assumed by Venezuela within the OPEC.

Sixth: With regards to Venezuelan state-owned investments in Cuba, there will be no restrictions to the option of having investments with 100% Venezuelan capital.

Seventh: Cuba offers 2,000 scholarships each year to Venezuelan youths, for the carrying out of studies in any area that may be of interest to the Bolivarian Republic of Venezuela, including areas of scientific research.

Eighth: The importation of Cuban goods and services may be paid for with Venezuelan products, with Venezuelan national currency or in other currencies that may be mutually agreed.

Ninth: With regards to the sporting activities that have regained importance during the Bolivarian process, Cuba offers the use of installations and anti-doping controls, under the same conditions offered to Cuban athletes.

Tenth: Exchange and collaboration will be extended in educational areas, and will be applied to any method, program or technique that benefits the educational process in Venezuela.

Eleventh: Cuba offers the Bolivarian University over 15,000 medical professionals who are currently taking part in the Mission "Barrio Adentro", for the training of doctors and health specialists, as well as the training of candidates to scientific prizes, as required by Venezuela. Training will also be offered to pupils of "Mision Sucre" who wish to study Medicine. Potentially, this project could include tens of thousands of peoples in no more than 10 years.

Twelfth: The services offered by Cuba through the Mission "Barrio Adentro", which covers over 15 million people will be offered in conditions and economic terms highly preferential, which will be mutually agreed.

Thirteenth: Cuba will facilitate the consolidation of tourism projects arriving from Venezuela, without tax surcharges or restrictions of any type.

Article XIII: The Bolivarian Republic of Venezuela proposed the following actions, with the same intention to those defined in Article XII of the present Agreement:

First: Technological transference in the energy sector

Second: The Bolivarian Republic of Venezuela eliminates at once tariffs or any other barrier that may apply to any import made by Venezuela on Cuban products.

Third: All Cuban State investments, joint Cuban ventures and private Cuban enterprises operating in Venezuela will be tax-exempt, during the period allocated to the return of capital.

Fourth: Venezuela will offer scholarships to Cuba, to carry out studies in the energy sector, or in any other sector that may be of interest to the Republic of Cuba, including the area of scientific investigation.

Fifth: The following projects will be financed: productive and infrastructural, those in the energy sector, electric industry, paving of roads and other related projects, development of port facilities, aqueducts and sewerage, agro-industrial sector and services.

Sixth: Tax incentives will be offered to projects of strategic interest to the economy.

Seventh: Cuban vessels and aircrafts will be offered preferential facilities whenever they are in Venezuelan territory, within the limits of the legislation.

Eighth: Consolidation of tourism projects arriving from Venezuela, without tax surcharges or restrictions of any type.

Ninth: Venezuela offers to Cuba her infrastructure and teams of air and maritime transport on preferential terms, to support the plans of social and economic development of the Republic of Cuba.

Tenth: Facilities will be offered to enable the establishment of joint ventures with Cuban capital, for the transformation of raw materials.

Eleventh: Collaboration with Cuba in the investigation of biodiversity.

Twelfth: Cuban participation in the consolidation of endogenous bi-national centres.

Thirteenth: Venezuela will develop agreements with Cuba in the area of telecommunications; this may include the use of satellites.

Fidel Castro Ruz
President of the Council of State of the Republic of Cuba

Hugo Chavez Frias
President of the Bolivarian Republic of Venezuela

Translated for Portal by Damaris Garzón.

Copyright © por ALBA .:Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América.:
Derechos Reservados.

